

POLLYANA MARTINS SANTOS

**LICENCIAMENTO, CONFLITO E JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS COLETIVOS EM REDE NA ZONA DA MATA
MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2012**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S237L
2012

Santos, Pollyana Martins, 1981-
Licenciamento, conflito e justiça ambiental: uma análise a
partir dos coletivos em rede na Zona da Mata mineira /
Pollyana Martins Santos. – Viçosa, MG, 2012.
xi, 169f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Márcia Pinheiro Ludwig.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 156-163

1. Ecologia social. 2. Meio ambiente. 3. Direito ambiental.
4. Sociologia. 5. Barragens e açudes - Aspectos sociais.
6. Justiça ambiental. 7. Política ambiental. I. Universidade
Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 304.28

POLLYANA MARTINS SANTOS

**LICENCIAMENTO, CONFLITO E JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS COLETIVOS EM REDE NA ZONA DA MATA
MINEIRA.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 18 de junho de 2012

Nilo Américo R. Lima de Almeida

Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Coorientador)

Márcia Pinheiro Ludwig
(Orientadora)

Dedico o presente trabalho ao universo de homens, mulheres, jovens e crianças que, resignados, satisfeitos, atônitos ou inconformados diante do desenvolvimento que lhes bate às portas na figura de mais uma barragem, nos emprestam suas histórias de vida, para que, a partir delas, possamos refletir sobre a realidade que construímos.

AGRADECIMENTOS

Ao esboçar as últimas linhas deste trabalho, percebo que grande é a minha lista de agradecimentos, o que me torna uma pessoa especialmente afortunada. Se dificuldades houve, estas agora assumem papel muito pouco significativo diante da satisfação em concluir uma empreitada que, se não carrega a pretensão de estar livre de imperfeições, traz em seus acertos a marca indelével daqueles muitos que a tornaram possível.

Desta forma, agradeço especialmente à minha querida família – minha avó Julita, meu avô Nereu, minha mãe, Edna, minha irmã, Júnia, minha tia, Elizeth, meu primo, Abner (e também a muitos e amados animaizinhos que também fazem parte da casa) – pelo amor incondicional, por perdoarem minhas (muitas) ausências e por serem meu porto seguro, inabalável e sempre presente. E por me fazerem compreender que o significado todo especial de que se reveste o lugar em que fomos criados, por mais simples que ele seja, se deve às pessoas amadas que ali nos ajudaram a construir nossa história.

Ao Afonso, pelo amor e pelo companheirismo inabaláveis mesmo naqueles momentos em que eu mesma não pude me fazer tão presente - e por, assim, ter se tornado também parte tão preciosa em minha vida.

Ao professor Franklin, por ter sido o responsável por me despertar para o outro lado da realidade que acompanha a construção de uma barragem – e por apoiar e abrir portas para minhas incursões no mundo da pesquisa científica. Nunca é demais lembrar que a grande razão de ser deste trabalho foi a admirável história de luta deste professor em favor dos atingidos por barragens na Zona da Mata mineira.

Ao meu corpo de orientação – Márcia, minha orientadora, e Marcelo e Dorinha, meus coorientadores, pelo apoio, compromisso, ensinamentos e questionamentos na trajetória de construção desta pesquisa, sem o que teria sido impossível retomar o fio da meada quando tudo parecia muito maior do que aquilo que seria possível abarcar. Porém, mais que ser grata por me possibilitarem

transmudar em possível aquilo que antes era apenas possibilidade, me sinto especialmente agradecida pela amizade que remanesce ao término dos trabalhos.

Ao Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, nas pessoas de seus docentes e funcionários, por se fazerem presentes em minha vida acadêmica desde 2010.

A todos aqueles que, a partir de suas memórias e história de vida, contribuíram para a elaboração deste trabalho. Professora Irene Cardoso, professora Júnia Marise, professor Jorge Dergam, Padre Claret, Leonardo Rezende, Zé Roberto, Zé Antônio – pessoas que me receberam de braços abertos, dispostos a compartilhar suas experiências e percepções mais profundas de forma generosa.

Aos amigos do mestrado, com quem compartilhei as alegrias e as dificuldades da vida na pós-graduação. E também aos amigos de fora da academia, que sempre estiveram por perto, e me ajudaram a não esquecer que sim, existe vida fora da pós-graduação. Afinal, nem tudo que possui importância necessariamente está expresso na forma de artigos científicos.

O agradecimento especial fica para todos aqueles que um dia viram suas trajetórias serem atravessadas pela construção de empreendimentos como as hidrelétricas, e em razão disso, tiveram suas vidas transformadas em nome do que hoje se costuma chamar desenvolvimento: estes sim os verdadeiros autores do enredo que se descortinou nas páginas desta pesquisa.

.

*Quem me dera, ao menos uma vez,
Que o mais simples fosse visto como o mais
importante.*

Renato Russo
Índios, 1986.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO.....	1
<i>O tema e sua relevância acadêmica</i>	<i>1</i>
<i>Contextualização e delimitação do problema</i>	<i>7</i>
<i>Dos objetivos do trabalho</i>	<i>16</i>
<i>Da organização do trabalho</i>	<i>17</i>
CAPÍTULO 1	18
DA TEORIA E DO MÉTODO.....	18
1. DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	18
1.1. Área de estudos	18
1.2. Eixo metodológico da pesquisa: quadro teórico de fundamentação, tipo de pesquisa e técnicas de coleta e tratamento de dados.....	25
2. MARCO TEÓRICO	32

<i>2.1. Conflitos ambientais e justiça ambiental</i>	<i>32</i>
<i>2.2. A temática das barragens hidrelétrica pela perspectiva das redes sociais</i>	<i>40</i>
CAPÍTULO 2	53
<i>ATINGIDOS POR BARRAGENS E A CONSTRUÇÃO DA REDE SOCIAL NA ZONA MATA MINEIRA: O TECER DA REDE</i>	<i>53</i>
CAPÍTULO 3	86
<i>O SER, O DIZER E O AGIR: AS TRAMAS DA REDE</i>	<i>86</i>
<i>3.1. Os diferentes “eu’s” dentro da rede social: a respeito dos “nós”</i>	<i>87</i>
<i>3.2. O discurso na rede</i>	<i>101</i>
CAPÍTULO 4	123
<i>LIMITAÇÕES, POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DA REDE: O AVANÇAR DO FIO</i>	<i>123</i>
<i>4.1. O que se procura, o que se conquista: das limitações e potencialidades da rede.</i>	<i>124</i>
<i>4.2. Qual o caminho a seguir? As novas perspectivas da rede.</i>	<i>136</i>
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS: REDE E NÓ NA CONTRUÇÃO DE JUSTIÇA AMBIENTAL</i>	<i>149</i>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXO A – Lista de municípios da Zona da Mata, Minas Gerais, de acordo com a classificação do IBGE.....	164
ANEXO B – Lista de municípios da Zona da Mata, Minas Gerais, de acordo com a área de abrangência da SUPRAM Zona da Mata, Minas Gerais.....	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais.....	19
Figura 2. Localização do município de Viçosa no Estado de Minas Gerais	21
Figura 3. Localização do município de Ponte Nova no Estado de Minas Gerais	22
Figura 4. Regiões Hidrográficas do Brasil	23
Figura 5. Região Hidrográfica Atlântico Sudeste.....	23
Figura 6. Articulação da rede social estudada a partir da figura do professor Franklin.	82
Figura 7. Coletivos em rede na Zona da Mata, Minas Gerais	83
Figura 8. Rede de movimento social do MAB Nacional, mostrando como um dos nós que a compõem a rede social presente na Zona da Mata mineira.	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Coletivos inicialmente identificados como integrantes da rede social e respectivo município de localização.....	20
Tabela 2. Relação de entrevistados e respectivo vínculo com a rede social	28
Tabela 3. Tipologia dos movimentos ambientalistas	49

RESUMO

SANTOS, Pollyana Martins, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, junho de 2012.
Licenciamento, conflito e justiça ambiental: uma análise a partir dos coletivos em rede na Zona da Mata mineira. Orientadora: Márcia Pinheiro Ludwig.
Coorientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira e Maria das Dores Saraiva de Loretto.

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e analisar o processo de formação da rede social identificada na Zona da Mata mineira, estruturada em prol da defesa dos interesses de comunidades atingidas por barragens. Buscou-se identificar o campo de valores em torno do qual a mesma foi construída, bem como destacar as limitações, conquistas e perspectivas de sua atuação na construção de justiça ambiental. Assim, tomando-se como pano de fundo a perspectiva da sociedade organizada em rede, tal como trazida por Castells (1999), a rede social sob análise foi problematizada enquanto uma rede social formada por nós coletivos, ou, em outras palavras, conforme expressa Sherer-Warren (2006), enquanto *coletivos em rede*, ou seja, uma rede que é formada por outras redes. Nesta medida, a rede social que consistiu em nosso objeto de estudo insere-se num contexto muito mais amplo, tornando-se, ela mesma, enquanto rede, também o nó de uma estrutura mais complexa que é designada por Sherer-Warren (2006) como *rede de movimento social*. Desta maneira, ao buscar evidenciar as contradições advindas da implantação de empreendimentos como as hidrelétricas que, legitimados como indispensáveis para o desenvolvimento do país, pouca margem de opção têm deixado para as populações locais a respeito das escolhas do chamado “desenvolvimento”, a rede social analisada, como *rede* e também como *nó*, tem evidenciado a sua importância na contribuição para com o processo de legitimação de direitos e construção de justiça ambiental.

ABSTRACT

SANTOS, Pollyana Martins, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, June, 2012. **Licensing, conflict and environmental justice: an analysis from the collective network in Zona da Mata mineira.** Adviser: Márcia Pinheiro Ludwig. Co-adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira and Maria das Dores Saraiva de Loretto.

The present study aims to describe and analyze the formation process of the identified social network in the Zona da Mata in the state of Minas Gerais, Brazil, structured for the defense of the interests of communities affected by dams. We sought to identify the field of values around which the network was built, as well as highlight the limitations, conquests and prospects for its performance in the construction of environmental justice. Thus, taking as background the prospect of organized society in network, as brought by Castells (1999), the social network under analysis was understood as a social network formed by collective nodes, or, in other words, as expressed by Sherer-Warren (2006), collective in network, ie, a network that is formed by other networks. To this extent, the social network that was our object of study is part of a much broader context, becoming itself not only a network, but also the node of a more complex structure that is designated by Scherer-Warren (2006) as a social movement network. Thus, seeking to highlight the contradictions arising from the implementation of ventures such as dams that, legitimized as essentials to the development of the country, have left little room of choice for local people imposed by the choices made for the "development", the social network analyzed, as network and node, has shown its importance in contributing to the process of legitimation of rights and construction of environmental justice.

INTRODUÇÃO

O tema e sua relevância acadêmica

No trabalho desenvolvido, conflitos ambientais¹ foram tratados enquanto relações assimétricas de poder entre diferentes atores sociais, em situações nas quais existe divergência de interesses. De um lado, segmentos que lutam pela permanência do domínio do espaço apropriado e vivido; de outro, interesses que visam a sua exploração orientada pela lógica de mercado.

O tema nasceu da proposta de se pensar as questões ambientais em termos de justiça e distribuição dos impactos ambientais e, neste sentido, guarda relação com a linha de pesquisa do PPGED² “Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais”, na medida em que propõe o estudo da tensão recorrente entre a tentativa de gerenciamento de conflitos ambientais a partir da interação entre redes sociais/famílias atingidas/empreendedores, no contexto do mais importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente: o licenciamento ambiental.

Assim, tendo como referência a perspectiva da sociedade organizada em rede, tal como trabalhada por Castells (1999), direcionamos nosso olhar para a rede

¹Vale fazer, neste momento, algumas considerações quanto à nomenclatura aqui adotada. Embora grande parte da doutrina e dos pesquisadores empregue o termo “conflitos sócio-ambientais”, “impactos sócio-ambientais”, etc., no presente trabalho adotamos, assim como Acselrad, os termos conflitos *ambientais*, impactos *ambientais*, por nos alinharmos à postura teórica adotada por este autor de que social e ambiental são dois conceitos indissociáveis, de tal maneira que o ambiental já traz ínsito em si a noção do social. Neste contexto, torna-se desnecessária a inserção do prefixo “sócio” ao termo “ambiental” para indicar as consequências referentes às relações humanas.

² Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

social identificada na Zona da Mata mineira, organizada originalmente em prol da defesa dos interesses de comunidades atingidas por barragens³ procurando problematizá-la enquanto integrante de uma rede de movimento social (Scherer-Warren, 2006) na busca pela construção da justiça ambiental.

A relevância científica do estudo encontra respaldo no cenário mundial. De acordo com o relatório elaborado pela *World Commission on Dams*⁴, nos últimos 50 anos, cerca de 40 a 80 milhões de pessoas no mundo foram deslocadas em virtude da construção de barragens (WCD, 2000, *apud* ROTHMAN, 2008a, p. 20). Estima-se a existência de 800.000 barragens em todo o mundo, sendo que 45.000, aproximadamente, são consideradas grandes (mais de 15 metros de altura). Mil e seiscentas grandes barragens estão sendo construídas em todo o mundo, em uma indústria cujo volume financeiro anual gira em torno de 50 bilhões de dólares⁵.

Apesar do número elevado de barragens, o citado relatório aponta para uma falta generalizada de compromisso ou de capacidade para se lidar com o deslocamento de pessoas, além dos efeitos adversos sobre o patrimônio cultural, em

³ De acordo com a ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, o Brasil possui atualmente 2.577 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, com capacidade de 117.112.755 kW de potência, provenientes das seguintes fontes de energia: eólica (vento), fotovoltaica (luz solar), hidrelétrica (potencial hidráulico), maremotriz (produção de energia a partir do movimento das massas de água proveniente das marés) e termelétrica (combustíveis). Importante frisar que, no presente trabalho, ao empregarmos expressões como “barragem”, “hidrelétricas”, “represas”, etc., estamos nos referindo especificamente a empreendimentos hidrelétricos que têm por finalidade produzir energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico de um rio. Dentre eles, encontram-se as Usinas Hidrelétricas (UHE’s), as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), que são os empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 km² (Res. ANEEL 394, de 04 de dezembro de 1.998), assim como as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH’s), que são os empreendimentos hidrelétricos com potência inferior a 1.000 kW. Dados obtidos no site da ANEEL, disponíveis em <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>>, acesso em 04 de março de 2012.

⁴ A *World Commission on Dams* (Comissão Mundial de Barragens) foi criada em 1997, na cidade de Gland, Suíça, num workshop que reuniu 39 participantes de governos, do setor privado, de instituições financeiras internacionais, de organizações da sociedade civil e de populações afetadas para discutirem os resultados apresentados pelo relatório do Banco Mundial a respeito das grandes barragens. Em 1998, esta Comissão iniciou a elaboração de um estudo de caráter mundial que objetivava analisar as grandes barragens enquanto opções de desenvolvimento. O relatório final, *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*, foi publicado em novembro de 2000. A Comissão responsável pela construção do relatório preparou oito estudos de caso detalhados de grandes barragens, elaborou resenhas especiais sobre a Índia e a China e preparou um relatório sobre a Rússia e os Novos Estados Independentes. Foi realizado ainda um levantamento de 125 grandes barragens, acompanhado por 17 estudos temáticos sobre questões sociais, ambientais e econômicas, sobre alternativas às barragens e sobre os processos institucionais e de governo. Além disso, 947 trabalhos e apresentações foram submetidos a quatro consultas regionais. Todo esse material foi reunido para formar a Base de Conhecimentos da WCD, que forneceu informações à Comissão sobre as principais questões envolvendo as barragens e suas alternativas. Dados obtidos no site da World Commission on Dams, disponíveis em <http://www.dams.org/report/wcd_sumario.htm>, acesso em 26 de novembro de 2011.

⁵ Todas as informações são constantes do relatório da WCD “Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões”.

razão do desaparecimento de monumentos arqueológicos e dos recursos culturais das comunidades atingidas para formação dos reservatórios.

Ainda no que se refere ao deslocamento das populações ribeirinhas, os estudos realizados pela WCD concluem que grande parte das populações deslocadas: a) não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas; b) nos casos em que houve indenização, esta quase sempre mostrou-se inadequada; e c) nos casos em que os deslocados foram devidamente cadastrados, muitos não foram incluídos nos programas de reassentamento; já aqueles que foram reassentados raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento concentram-se, em geral, na mudança física, excluindo a preocupação com a recuperação econômica e social dos deslocados.

Outra importante consideração da WCD é de que é provável que os pobres, grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens, sem que obtenham uma parcela correspondente dos benefícios econômicos.

Logo, se de um lado as barragens representam pontos positivos, por permitirem a irrigação, fornecimento d'água, controle de inundações e geração de energia elétrica, por outro, barragens e represas podem ser sinônimo de redução de vida vegetal e animal, ameaça à biodiversidade aquática, sem falar nos impactos sobre a vida humana, já que cerca de quatro milhões de pessoas ao ano são deslocadas em todo o mundo.

Diferentes trabalhos têm abordado a questão dos impactos ambientais causados pela construção de barragens (CERNEA, 1991; DUQUE, 1984; GERMANI, 1982; MCCULLY, 2004; REIS, 2001; SIGAUD, 1988; SIGAUD, MARTINS-COSTA e DAOU, 1987; VAINER e ARAÚJO, 1990; ZHOURI, 2005; LUDWIG, 2003). Na mesma esteira, estudos elaborados por cientistas sociais do Banco Mundial demonstram que o deslocamento involuntário provoca a deterioração da organização social e o empobrecimento de populações locais (CERNEA, 1991, *apud* ROTHMAN, 2002, p. 02).

Em linhas gerais, a literatura nacional e estrangeira tem acompanhado as conclusões do relatório da WCD, e demonstrado que as assimetrias de poder na relação acarretam a distribuição desproporcional dos encargos ambientais da construção da barragem, que se personificam principalmente na remoção

compulsória e na conseqüente destruição dos modos tradicionais de apropriação do espaço por populações locais:

Via de regra, tais comunidades rurais e ribeirinhas não só perdem a base material de sua existência, as condições ambientais apropriadas ao seu modo de produção – terras férteis agricultáveis, as beiras dos rios, as nascentes, etc. – como também suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar, etc. (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005, p.51).

Desta forma, percebe-se que, de fato, os segmentos sociais mais vulneráveis, ou seja, as comunidades ribeirinhas, são os que arcam com os maiores impactos do empreendimento, muitas vezes sem que sejam efetivamente beneficiados pelo propagado desenvolvimento, permeado no discurso que procura legitimar a construção da barragem. No Brasil, Bermann (2002, p. 02) aponta que foram inundados mais de 34.000 km² de terras para formação de reservatórios de hidrelétricas, o que resultou na expulsão, ou “deslocamento compulsório” de cerca de 200.000 famílias, todas elas constituintes de populações ribeirinhas diretamente afetadas.

Assim, no caso da construção de barragens, a amplitude das conseqüências ambientais advindas nos permite situar esse campo como exemplo da distribuição injusta dos prejuízos ambientais para os setores mais desfavorecidos da sociedade.

O cenário acima exposto passou a fazer parte do nosso cotidiano desde 2008, a partir da experiência como aluna da disciplina ERU 614, Sociologia do Desenvolvimento, ministrada no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa pelo professor Franklin Daniel Rothman, uma das principais lideranças no movimento de apoio à comunidades atingidas por barragens na Zona da Mata mineira. Nosso interesse foi despertado sobretudo pelo reconhecimento do grande número de barragens previstas ou em processo de licenciamento para a região (principalmente PCH's) e, conseqüentemente, pela preocupante dimensão dos impactos acumulados de tais empreendimentos na vida das comunidades locais.

Posteriormente, ao integrar os quadros do PACAB (Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens), à época coordenado pelo referido professor, tive a oportunidade de tomar conhecimento da história de populações afetadas por barragens na Zona da Mata, e também de conhecer, por fatos muito

próximos, a realidade que ordinariamente acompanha a implantação de um empreendimento hidrelétrico: o das propriedades alagadas, da perda da história vivida no lugar (freqüentemente construída por várias gerações), da dificuldade de readaptação, da luta por indenizações precárias e, por vezes, inexistentes.

Chamou nossa atenção especialmente o fato de que, em contrapartida à diversidade de importantes empresas do setor elétrico⁶ com interesse na região, como a Alcan, Cemig, Novelis, etc., encontravam-se, em sua grande maioria, famílias de pequenos produtores rurais, pessoas simples, de convívio pouco afeito aos grandes centros, e que pouca margem de escolha tinham diante do “progresso” que batia às suas portas na figura de mais uma barragem e seus empreendedores. A expressão “chegada do estranho”, cunhada por Martins *apud* Ludwig (2003), traz em si a exatidão de um processo que, comandado pela lógica capitalista, é capaz de desterritorializar pessoas, desestruturar-lhes o cotidiano, destruir relações sociais e romper identidades. (LUDWIG, 2003, p. 10)

Diante do panorama descortinado com a participação no projeto de assessoria, sucessivas visitas ao escritório da SUPRAM⁷ regional Zona da Mata, na cidade de Ubá, em novembro de 2010, complementaram nossa visão acerca do cenário de construção de barragens na região. Tivemos, nestas ocasiões, a oportunidade de compulsar os autos dos processos de licenciamento ambiental de barragens constantes na serventia, e um levantamento preliminar constatou que existiam, à época, 45 empreendimentos, dentre PCH`s e UHE`s, registrados para os municípios da Zona da Mata mineira.

Esse número englobava apenas os empreendimentos já em operação ou aqueles que tiveram seus processos ao menos formalizados até novembro de 2010, ocasião da consulta. Se fossem considerados todos os empreendimentos registrados,

⁶ Neste trabalho, ao nos referirmos ao setor elétrico ou energético, adotamos o entendimento esboçado por Zhouri, Laschefski e Paiva (2005, p. 90). Desta forma, “estamos considerando como Setor Elétrico aquele composto por empresas privadas e estatais envolvidas no processo de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, bem como as empresas de consultoria ambiental que elaboram os Estudos de Impacto Ambiental para a construção de empreendimentos hidrelétricos e linhas de transmissão, além do setor da construção civil correspondente”.

⁷ Em Minas Gerais, a SUPRAM, Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, é um órgão integrante da SEMAD, Secretaria de Meio Ambiente, e tem por finalidade planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos formuladas e desenvolvidas pela SEMAD dentro de suas áreas de abrangência territorial. Na Zona da Mata, a regional localizada na cidade de Ubá é a responsável pelo recebimento e gerência dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos ambientalmente impactantes requeridos para os municípios da região, dentre eles as barragens hidrelétricas.

incluindo-se aqueles ainda pendentes de formalização, ou indeferidos pelo órgão ambiental, esse quantitativo subiria para cerca de 83 empreendimentos⁸.

Da leitura dos documentos oficiais constantes dos processos também emergiram considerações relevantes. Dentre outros dados obrigatórios nos documentos, os estudos oficiais trazem seções destinadas à descrição e qualificação dos meios físico (clima, pedologia, geomorfologia, etc.), biótico (fauna e flora) e socioeconômico da área a ser atingida pelo reservatório da barragem. Estes relatórios têm por finalidade apresentar as propostas e medidas de mitigação de impactos a serem adotadas pelo empreendedor, caso ocorra a construção da barragem.

O ponto que nos chamou a atenção é que nas seções destinadas ao meio socioeconômico, as palavras podiam não ser as mesmas, mas a mensagem final era invariável: em todos os estudos, a região do empreendimento era sempre apresentada como área estagnada, sem perspectivas de crescimento, e as atividades desenvolvidas pelos habitantes do lugar tratadas como pouco importantes e sem maiores retornos financeiros. A barragem sempre era a promessa de salvação, de desenvolvimento local, a chance de grandes oportunidades. A impressão que tivemos ao término da leitura era que as pessoas que moravam no local não faziam outra coisa da vida a não ser esperar pela barragem como possibilidade de salvação do marasmo ao qual se encontravam condenadas. Nas palavras de Vainer (1993, p. 191), “estamos face a uma sugestão ainda mais sutil, de que apenas os proponentes do projeto – no caso, hidrelétrico – são capazes de engendrar mudanças, ou seja, de fazer história”.

O conteúdo dos estudos parecia indicar que não haveria mesmo porque ser tão complicado realocar as pessoas, uma vez que estando em situação tão precária, não existiria melhor opção do que aquela representada pela construção da barragem: não haveria motivo para descontentamento, já que os modos de vida “estagnados” seriam facilmente reproduzíveis em outros locais, inclusive com vantagens de ordem financeira.

Assim, a partir da análise dos processos de licenciamento ambiental, aflora a negligência no tratamento destinado por aqueles que se propõem a construir uma barragem para com aqueles que serão diretamente afetados por ela. Vainer (2003, p.186) se referiu a este processo como “a naturalização do social”, ou seja, do

⁸ Em janeiro de 2012, procedemos a um novo levantamento deste quantitativo, por meio de consulta ao site da SUPRAM. O novo levantamento levou em consideração, além das PCH's e UHE's, também as CGH's previstas

ponto de vista técnico, a população é ambientalizada (tornada também meio ambiente), mais uma “restrição ambiental a ser superada na limpeza do terreno”.

Dentro desta perspectiva, o estudo da atuação da rede social identificada na Zona da Mata, Minas Gerais, se mostra relevante, uma vez que, conforme Zhouri e Rothman (2008, p. 126), o principal objetivo destes núcleos é “adicionar capital simbólico⁹ aos segmentos dos atingidos para minorar as desigualdades de poder”. Desta forma, ao cumprir seus objetivos, estes agentes podem não apenas contribuir para que os procedimentos de licenciamento ambiental de barragens sejam mais democráticos e participativos, como também para dar visibilidade a segmentos sociais mais frágeis, que sofrem e resistem a um processo ambientalmente injusto de monopolização do acesso aos recursos naturais.

Contextualização e delimitação do problema

No Brasil, a produção de energia por meio de hidrelétricas é prioritária, o que pode ser atribuído em grande parte ao enorme potencial hídrico do país. Segundo Ludwig (2003, p.32), o Brasil é um dos vinte países onde as hidrelétricas representam a fatia mais importante da matriz energética, visto que respondem pela geração de 93% da energia consumida no país. Sob o argumento de que as hidrelétricas consistem fontes energéticas limpas e racionais, a produção e demanda deste tipo de energia são estimuladas e frequentemente associadas como indispensáveis ao crescimento econômico do país (BERMANN, 2002, p. 02).

O discurso expansionista que impulsionou a construção de hidrelétricas no Brasil remonta à década de 50, podendo-se citar a construção da Usina de Paulo Afonso¹⁰. É o início de um processo que tem como ponto-chave a criação da

para a região. O resultado deste levantamento posterior será apresentado no capítulo 2.

⁹ Por capital simbólico, entendemos aqui o universo dos valores e representações de um determinado grupo social, que o legitima a questionar, no espaço da luta discursiva, a distribuição de poder no campo material, tal como trazido por Acserald (2005). Essa questão será melhor discutida no capítulo 01.

¹⁰ Hoje Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I, integrante do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. Esta represa foi inaugurada em 1955, e localiza-se no rio São Francisco, estado da Bahia. Atualmente, o complexo de Paulo Afonso é formado pelas usinas de Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales (Moxotó), produzindo 4.279.600 kW de energia gerada a partir da força das águas da cachoeira de Paulo Afonso, um desnível natural de 80 metros

Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras SA), no ano de 1962, ocasião em que se abrem as portas para a estatização do setor elétrico no país. Nesta época, são construídos empreendimentos de grande porte, tais como Furnas¹¹ e Três Marias¹², alavancadas pelo regime militar vigente à época, que procurava estimular o crescimento econômico por meio da modernização e expansão industrial, principalmente através de grandes projetos de apropriação do meio ambiente.

Na década de 70, este processo desenvolvimentista marcado pela retórica do progresso e modernidade atinge seu ápice, inaugurando a fase de implementação de megaprojetos, como as hidrelétricas de Itaipu¹³, Tucuruí¹⁴ e Sobradinho¹⁵. Neste cenário, o setor elétrico brasileiro assume um papel de destaque no modelo progressista adotado no país, o qual visava a reestruturação dos padrões de produção, a fim de preparar o Brasil para se colocar dentre as potências emergentes no século XX. Nesta lógica, o crescimento nacional estaria necessariamente vinculado ao desempenho do setor elétrico, que seria então o responsável pela disponibilização da infraestrutura indispensável para o desenvolvimento dos setores urbano, industrial e agrícola (EPE, 2007).

do rio São Francisco. Dados obtidos no *site* do Ministério de Minas e Energia, disponíveis em <http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/sistema_chesf/sistema_chesf_geracao/container_geracao?p_name=8A2EEABD3BDFD002E0430A803301D002>, acesso em 26 de novembro de 2011.

¹¹ Furnas foi a primeira usina de grande porte do Brasil. Localizada no rio Grande, estado de Minas Gerais, foi criada em 28 de fevereiro de 1957, através do Decreto Federal nº 41.066, e começou a funcionar efetivamente no ano de 1963, em Passos (MG). O reservatório, um dos maiores do Brasil, com 1.440 km² e 3.500 km de perímetro, banha 34 municípios de Minas Gerais. Dados obtidos no *site* da Eletrobrás Furnas, disponíveis em <http://www.furnas.com.br/institu_relato.asp>, acesso em 26 de novembro de 2011.

¹² A Usina de Três Marias foi inaugurada em 1962, e está localizada no rio São Francisco, Minas Gerais. Seu reservatório possui 21 bilhões de metros cúbicos de água, com capacidade atual de 396.000 kW. Dados obtidos no *site* da CEMIG, disponíveis em <<http://www.cemig.com.br/NossosNegocios/Paginas/usinas.aspx>>, acesso em 26 de novembro de 2011.

¹³ Itaipu é uma usina hidrelétrica binacional, construída entre os anos de 1975 a 1982, e está localizada no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. É a maior hidrelétrica do mundo, com um reservatório de 1.350km² de extensão, e capacidade geradora de 14.000MW. Mais de 42.000 pessoas foram deslocadas em virtude da construção da represa. Dados disponíveis em <<http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>>, acesso em 26 de novembro de 2011.

¹⁴ Tucuruí está localizada no rio Tocantins, estado do Pará. Foi construída entre 1976 a 1984, e possui reservatório de 2.850 km² de extensão, com capacidade geradora de 8.340MW. Dados disponíveis em <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/geracao/estados/tucuru/index.html>>, acesso em 26 de novembro de 2011.

¹⁵ A Usina Hidrelétrica de Sobradinho está localizada no Rio São Francisco, município de Sobradinho, estado da Bahia, distante aproximadamente 470 km do complexo hidro energético de Paulo Afonso. A hidrelétrica possui um reservatório de 4.214 km² de extensão e tem uma potência instalada de 1.050MW. Dados disponíveis em <http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/sistema_chesf/sistema_chesf_geracao/container_geracao?p_name=8A2EEABD3C01D002E0430A803301D002>, acesso em 26 de novembro de 2011.

Logo, neste primeiro momento, a importância estava calcada quase que exclusivamente no crescimento econômico, sem maiores preocupações no que tocasse à questões ambientais. Desta forma,

Nesse período, o importante era o crescimento nacional, ficando em segundo plano as questões socioambientais. Assim, os empreendimentos hidrelétricos implantados, via de regra, causaram grandes impactos tanto do ponto de vista ambiental como do social, provocando a migração das comunidades afetadas para as periferias de centros urbanos, e a desarticulação de redes sociais locais e de todo um modo de vida específico. Observa-se que não havia, da parte do setor elétrico, exclusivamente estatal, **o compromisso em incorporar a variável ambiental no seu planejamento**¹⁶, situação que começa a se modificar no final da década de 80 e início da década de 90. (EPE, 2007, p.93). (grifei)

Lins Ribeiro, *apud* Ludwig (2003, p. 34), destaca que os empreendimentos hidrelétricos estavam assim lastreados ao que chamou de discurso da ideologia da redenção, segundo o qual os projetos hidrelétricos iriam redimir a nação, a região e as populações atingidas do atraso no qual se encontravam. A lógica em vigor era que os custos e impactos advindos dos empreendimentos deveriam ser suportados por algum setor da sociedade, por se tratarem de externalidades inerentes ao “desenvolvimento”, não fazendo diferença se recaíssem sobre os segmentos sociais mais fragilizados, ainda que estes pouco ou nada se beneficiassem do projeto.

Assim é que, na esteira da construção de megaprojetos hidrelétricos, emergem no sul do país as primeiras manifestações da insatisfação social com o *modus* de construção das barragens e, em última instância, com o pouco compromisso do Estado para com as populações atingidas pelos empreendimentos. Scherer-Warren e Reis (2008, p. 67) indicam como ponto de partida deste processo a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), no ano de 1979, através da articulação entre representantes da CPT¹⁷ e pequenos agricultores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, agentes pastorais, vigários da Igreja Católica,

¹⁶ De notar-se a redação empregada pela EPE: *variável ambiental*. Tratando-se de empresa integrante do setor público de produção de energia, percebe-se manifesto o discurso que classifica a natureza como mais um elemento a ser gerido pelas políticas energéticas.

¹⁷ De acordo com Rothman (2008a, p. 21), “no contexto das transformações progressistas da Igreja Católica no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, influenciadas pelas encíclicas dos Papas João XXIII e Paulo VI, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em 1975 com a missão de servir os camponeses, inicialmente na região amazônica. No final da década de 1970 e início da de 1980, a CPT teve uma importante função na assessoria aos movimentos sociais rurais incipientes no Sul do Brasil”.

pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, sociólogos e agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior. O movimento surgiu como reação ao inventário realizado para instalação de 25 hidrelétricas no vale do Rio Uruguai, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Projeto Uruguai).

Posteriormente, a CRAB atravessaria várias reestruturações por meio de articulações locais e municipais, sendo criadas, em março de 1985, quatro comissões regionais¹⁸, cada uma responsável pela coordenação de suas respectivas regiões, ocasião em que o movimento foi unificado, passando então a ser conhecido como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Porém, somente em março de 1992, durante o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, é que o movimento se institucionaliza enquanto organização nacional (VAINER, 2004, p. 201).

O surgimento do MAB no sul do país pode ser considerado um divisor de águas no que toca à questão da discussão acerca da construção de barragens. Não que focos de resistência não existissem antes do surgimento do MAB: na verdade, Germani *apud* Scherer-Warren e Reis (2008, p. 65), assim como Ludwig (2003, p. 35), informam que já havia ocorrido resistência em relação às hidrelétricas de Sobradinho e Tucuruí, na final da década de 70, bem como no caso da hidrelétrica de Itaipu, esta última caracterizada pelo surgimento, em 1978, do Movimento Justiça e Terra, também de iniciativa da CPT. Vainer (1994, p. 188), apropriando-se de Soares, afirma ainda que existem referências acerca da existência de manifestações de resistência à construção de barragens já no anos 40 e 50.

Porém, a criação do MAB veio sinalizar mudanças no cenário brasileiro, ao trazer *visibilidade e força* a um universo de atores sociais oprimidos, deslocados e sem voz em função da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. Emerge, desta maneira, um espaço institucionalizado e, portanto, mais formalizado, para a atuação de tais movimentos sociais no Brasil.

Importante ressaltar que, ao lado de uma maior organização dos atingidos, materializada no surgimento dos movimentos sociais, a implantação de dispositivos legais que estabeleciam regras para o procedimento de licenciamento ambiental

¹⁸ Scherer-Warren e Reis (2008, p. 67) identificam as comissões regionais como Itá/Machadinho; Itapiranga/Iraí; Lages/Vacaria e Chapecó/Chapecozinho.

consistiu também um grande avanço e uma importante conquista das populações afetadas pelas barragens. Assim, além da Constituição Federal de 1988¹⁹ e da Lei 6.938/81²⁰, o licenciamento ambiental encontra hoje embasamento legal nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97, que detalham as etapas do procedimento.

Nos moldes da legislação atual, para obtenção da autorização definitiva para o funcionamento da obra em processo de licenciamento ambiental, é exigido que o empreendedor obtenha dos órgãos ambientais competentes três tipos de Licenças: a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO). A concessão destas licenças, que têm caráter obrigatoriamente sucessivo (ou seja, é vedada a “supressão de etapas” pelo empreendedor no decorrer do procedimento) está condicionada à realização de estudos prévios de impacto ambiental, que servem como parâmetros de verificação da viabilidade ambiental da obra sob análise.

A aferição da viabilidade ambiental do projeto ocorre a partir da análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), um documento altamente técnico, que descreve todas as implicações, conhecidas e potenciais, da atividade licenciada, e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), um documento que resume as conclusões do EIA, de forma mais simplificada, com linguagem mais acessível à população leiga. Os estudos de impacto ambiental devem ser elaborados por equipe técnica multidisciplinar, às expensas do próprio empreendedor.

Outro fator de extrema relevância na base legal de licenciamento ambiental consiste no fato do procedimento possuir como etapa obrigatória a realização da Audiência Pública, que é o espaço institucionalizado para que as populações afetadas e interessados em geral sejam ouvidos e esclarecidos a respeito do empreendimento. Embora diversos autores venham apontando que a audiência

¹⁹ Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público (...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

²⁰ A Lei 6.938/81 dispõe acerca da Política Nacional de Meio Ambiente e estatui em seu artigo 10 que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”.

pública não tem cumprido satisfatoriamente seu papel de assegurar a premissa da participação popular, a disponibilização legal desta esfera, aliada ao surgimento dos movimentos sociais, sem dúvida contribuiu para formalizar as ações de resistência.²¹

Contudo, em substituição ao modelo estatal de megaprojetos das décadas de 70 e 80, vivenciamos nos dias de hoje uma forte tendência à construção de pequenos empreendimentos hidrelétricos. Isto se deve principalmente à privatização do setor elétrico brasileiro, acentuado a partir da década de 90, que contribuiu para a formação de consórcios de empresas privadas. O Plano 2010²², que previa a instalação de novas usinas hidrelétricas no Brasil, foi lançado pela Eletrobrás em 1987 e deu início a este processo de privatização. O aumento da capacidade nacional de geração de energia a partir de investimento privado era a meta final do Plano (BERMANN *apud* LUDWIG, 2003, p. 39).

O incentivo à entrada de empresas privadas no setor elétrico foi uma estratégia política que se fez presente desde o governo Collor, início da década de 90, passou pela edição da Lei de Concessões de Serviços Públicos²³, no governo Itamar Franco, acelerando-se no governo FHC, a partir de 1994. A construção de PCH's tem sido desde então apontada frequentemente como alternativa mais sustentável para

²¹ A respeito das etapas do procedimento de licenciamento ambiental, dada a sua pertinência e caráter esclarecedor, interessante trazer a síntese elaborada por Ludwig (2003, p. 38): “As etapas do licenciamento ambiental iniciam-se com o pedido de concessão para estudo de viabilidade do projeto ao Governo Federal. A FEAM (Fundação Estadual de Meio Ambiente) orienta o conteúdo dos EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), que são elaborados por técnicos de empresas de consultoria, que vão ao local onde se pretende construir a usina para coletar dados sobre os meios físico, biótico e socioeconômico. As empresas de consultoria são contratadas pelo interessado. O RIMA é um resumo do EIA e, embora utilize linguagem técnica, destina-se a informar à população, em geral, prefeituras locais, população atingida e entidades sobre os impactos sociais e ambientais, medidas mitigadoras, etc. A Audiência Pública é um direito assegurado por lei e constitui em fóruns de debates, abertos à todos os interessados e realizado na região envolvida. Têm direito à voz os representantes da empresa proponente, da consultora, da comunidade, de entidades, autoridades e pessoas em geral, entretanto a reunião não tem poder deliberativo. Após a Audiência Pública coordenada pela FEAM, esta apresenta um parecer técnico sobre tudo o que foi levantado e questionado, o qual deverá ser analisado pelo COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental). Posteriormente, numa reunião aberta à empresa e atingidos, o COPAM apresenta, ou não, o deferimento do projeto. Caso não seja concedida a Licença Prévia, o projeto volta à estaca zero, mas, em caso de concessão, outra etapa se apresenta: a Licença de Instalação, quando a empresa deverá apresentar à FEAM o plano de controle ambiental, que terá também parecer técnico a ser julgado pelo COPAM. Só com a Licença de Instalação aprovada é que a construção da barragem pode ser iniciada.”

²² O Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010 foi lançado pela Eletrobrás como instrumento de planejamento a longo prazo do setor energético brasileiro. De acordo com o documento, o objetivo fundamental do planejamento “consiste em, traçando as trajetórias de referências para a evolução do setor elétrico, evidenciar as principais opções que se apresentam aos agentes envolvidos e motivar a oportuna tomada de decisões, com o necessário grau de reflexão e avaliação técnica”. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA – MME. CENTRAIS HIDRELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Plano 2010. Relatório Executivo. Rio de Janeiro, dezembro de 1987. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96652-88.pdf>, acesso em 04 de março de 2012.

²³ Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

produção de energia elétrica, ao argumento de que os impactos por elas causados seriam significativamente menores do que aqueles causados por grandes empreendimentos. A ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, é uma importante precursora do discurso da sustentabilidade das PCH's, ao oferecer diversos incentivos e facilidades legais e tributárias aos responsáveis por tais empreendimentos. A retórica trazida pela agência é determinante, por representar a postura do próprio governo federal no que toca à política de produção energética brasileira²⁴.

Ao lado da implantação de inúmeras PCH's no país, o que Rothman (2008a, p. 23) considera como uma tendência à “despolitização dos processos de construção de hidrelétricas”, percebe-se ainda uma forte investida de partidários da liberalização contra os mecanismos ambientais legais, exigindo a sua flexibilização. Percebe-se que o licenciamento ambiental tem sido duramente criticado, por ser tratado como “lento” e, conseqüentemente, um “entrave ao desenvolvimento nacional”, um panorama que Acselrad (2005, p. 07) considerou como uma “forte ofensiva contra a responsabilidade ambiental do Estado”.

A problemática acerca da usina hidrelétrica de Belo Monte²⁵ ilustra muito bem a pressão recorrente por flexibilização das normas do licenciamento ambiental.

²⁴ Constam no site da ANEEL as seguintes considerações a respeito da construção de PCH's: “As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) representam um dos principais focos de prioridade da ANEEL no que se refere ao aumento da oferta de energia elétrica no Brasil. Por suas características - usinas com potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW e com o reservatório com área igual ou inferior a 3 Km², esse tipo de empreendimento possibilita um melhor atendimento às necessidades de carga de pequenos centros urbanos e regiões rurais. A partir de 1998 a construção destas unidades de geração foi incrementada por meio de uma série de mecanismos legais e regulatórios. Assim que começou a atuar, a ANEEL abriu um processo de consulta pública para ouvir a população brasileira sobre quais deveriam ser os critérios para definir estas hidrelétricas de pequeno porte. Foi o primeiro passo. Depois viriam as resoluções que facilitariam a integração destes empreendimentos ao sistema elétrico. Na consulta pública, 32 instituições enviaram sugestões à ANEEL. Ao final, a Agência publicou a resolução que estabelece os critérios para o enquadramento de empreendimentos hidrelétricos na condição de Pequenas Centrais Hidrelétricas. As resoluções elaboradas pela Agência permitem que a energia gerada nas PCH's entre no sistema de eletrificação, sem que o empreendedor pague as taxas pelo uso da rede de transmissão e distribuição. O benefício vale para quem entrou em operação até 2003. As PCH's são dispensadas ainda de remunerar municípios e Estados pelo uso dos recursos hídricos. Caso sejam implantados no sistema isolado da Região Norte, podem também receber incentivo do Fundo formado com recursos da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), para financiar os empreendimentos, caso substituam as geradoras térmicas a óleo diesel nos sistemas isolados da Região Norte. A PCH Monte Belo foi o primeiro projeto deste porte a contar com o financiamento”. Disponível em <<http://www.aneel.gov.br/68.htm>> acesso em 26 de novembro de 2011. (grifei)

²⁵ A usina de Belo Monte, hoje carro-chefe do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, está prevista para ser construída no rio Xingu, estado do Pará, e poderá vir a ser a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira do mundo, com um reservatório de 516 km². O projeto teve início em 1975, e desde a sua idealização, sempre esteve cercado por polêmica. Em 26 de janeiro de 2011, em meio a forte tensão instalada entre comunidades indígenas, ambientalistas e acadêmicos, de um lado, e empresários e políticos, de outro, o IBAMA concedeu à empreendedora Consórcio Norte Energia a “autorização para supressão de vegetação”, o que significa a autorização para o desmate de cerca de 238,1 hectares de área, sendo 64,5 hectares localizados em Área de Preservação Permanente (APP). A eficiência da hidrelétrica tem sido questionada, já que

Em 26 de janeiro de 2011, o IBAMA concedeu à empreendedora a licença para início das instalações do canteiro de obras. Embora a concessão desta licença tenha recebido fortes críticas, devido à alegação de que as condicionantes da Licença Prévia não foram atendidas a contento, o que valeu inclusive a intervenção do Ministério Público do Pará, ficou expresso no desenrolar do caso, acompanhado de perto pelos meios de comunicação, a pressão realizada principalmente pelo Ministério de Minas e Energia para a liberação total da obra, criticando-se especialmente a atuação do IBAMA, por conduzir, conforme entendimento do Ministério, com muita lentidão, o procedimento de licenciamento ambiental.

É preciso ainda ter em mente que, se os impactos de uma pequena barragem podem ser menores que os de uma grande barragem, isto não quer dizer que os efeitos negativos cumulados de um grande número de barragens "pequenas" e "médias" não impliquem a continuação de grandes impactos ambientais. É este o cenário da Zona da Mata mineira a partir da década de 90, já que, acompanhando a tendência nacional, inúmeros projetos de hidrelétricas – a grande maioria, PCH's – foram previstos para esta região²⁶.

Possivelmente esta seja uma das razões que levaram Zhouri e Rothman (2008, p. 140) a informar que a Zona da Mata é uma das regiões mais organizadas do MAB em Minas Gerais. Este movimento possui instalado um núcleo local que atua na região desde 1995, sendo que a partir do início de 2000, o MAB estabeleceu uma secretaria permanente na cidade de Ponte Nova para gerenciamento dos trabalhos.

É também em 1995 que, segundo Rothman, Firme, Oliveira e Costa (2004, p. 02) é criado na região um projeto de extensão da UFV com objetivo de prestar assessoria às comunidades atingidas por barragens. Já em 2001, o grupo dá início ao processo de formação de uma ONG, que é registrada oficialmente em 2002.

esta dependerá da sazonalidade da época de chuvas, o que faria com que em época de seca, a hidrelétrica gerasse menos de 1000 MW, o que, somado aos passivos ambientais, colocaria em xeque a viabilidade da obra. De acordo com dados oficiais, cerca de 12.000 famílias, dentre comunidades indígenas, rurais e urbanas seriam afetadas pela construção de Belo Monte, mas esse número não é exato. Estima-se um número muito maior de atingidos, especialmente aqueles que não têm documentos para provar a posse de terras.

²⁶ Antes do processo de privatização, algumas barragens já haviam sido construídas na região, tais como as PCH's Tombos (1912), no rio Carangola, em Tombos; Guary (1914), no rio Pinho, em Santos Dumont; Joasal (1915), no rio Paraibuna, em Juiz de Fora; Henrique Portugal (1953), no rio Bananal, em Santa Rita do Jacutinga. Porém, o processo de construção de empreendimentos hidrelétricos se intensificou a partir dos anos 90.

O projeto de extensão, que até este momento era conhecido como NACAB, passa então a ser chamado PACAB²⁷, e a ONG recebe o nome de NACAB²⁸.

Merece destaque também o seminário acerca de impactos ambientais de barragens organizado em maio de 1996, assim como um curso sobre o processo de licenciamento ambiental e capacitação para o processo de negociação, em que participaram cerca de 40 atingidos provenientes de 08 comunidades rurais (ZHOURI e ROTHMAN, 2008, p. 136).

É possível perceber que estes organismos locais não atuavam isoladamente, mas sim acabaram por se articular em rede, procurando atuar na defesa dos interesses das comunidades rurais potencial e efetivamente atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos previstos para a região. Assim, Zhouri e Rothman (2008, p. 135) apontam que a assessoria prestada por esta rede social aos atingidos foi organizada a partir de dois pressupostos básicos: a) existência de uma evidente assimetria no acesso a recursos e nas relações de poder entre Estado e capital, na figura do setor elétrico e empreendedores, de um lado, e atingidos, de outro; e b) acentuação da assimetria com o processo de privatização.

É neste cenário de tensão permanente que parece sobressair a atuação da rede social construída a partir da interação entre organismos coletivos, em função dos interesses das populações atingidas por barragens, na defesa dos direitos destas pessoas e limitação das injustiças ambientais. Isto porque a assessoria prestada por esta rede poderia possibilitar condições favoráveis para que as populações afetadas pelas represas obtivessem visibilidade e voz no cenário do licenciamento ambiental dos empreendimentos, já estas, muitas vezes, se opunham fortemente ao projeto, mas não possuíam condições técnicas de resistir à implantação da obra.

A atuação desta rede, em algumas situações emblemáticas ocorridas na Zona da Mata mineira, como os casos da UHE Pilar, PCH Cachoeira Grande, PCH Cachoeira da Providência²⁹, UHE Candonga, PCH Emboque e PCH Fumaça³⁰,

²⁷ Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens.

²⁸ Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens.

²⁹ Cachoeira da Providência e Cachoeira Grande (1996), e Pilar (1997) são exemplos de casos em que houve atuação da assessoria. Nos dois primeiros, os respectivos projetos foram indeferidos pelo COPAM, e no último, houve a retirada do empreendedor. É preciso porém ressaltar que, no caso Pilar, o projeto foi recentemente retomado, porém sob a forma de cinco novos empreendimentos de menor porte.

³⁰ No caso da UHE Fumaça (1999), a assessoria se fez presente especialmente na elaboração do plano de negociação com a empreendedora ALCAN. Em maio de 2004 e dezembro de 2006, foram elaborados e enviados à Comissão Especial de Direitos Humanos relatórios de denúncias de violações de direitos humanos das

dentre outros, convidam a problematizá-la dentro de uma pesquisa científica, nos seguintes termos: *como se deu o processo de formação da rede social identificada na região da Zona da Mata mineira, e a partir de qual campo de valores se estruturou seu discurso?* O pressuposto do trabalho desenvolvido é que, na Zona da Mata mineira, *o processo de construção desta rede social se dá a partir da articulação havida entre coletivos cujo objetivo comum é a capacitação de populações atingidas ou ameaçadas pela construção de barragens, em defesa de seus direitos e limitação das injustiças ambientais, a partir de sua percepção simbólica acerca das injustiças ambientais que marcam o setor energético.*

Dos objetivos do trabalho

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo central descrever e analisar o processo de construção da rede social identificada na Zona da Mata mineira, estruturada em prol da defesa dos interesses de comunidades atingidas por barragens, buscando identificar o campo de valores em torno do qual a mesma foi construída, assim como destacar as limitações, conquistas e perspectivas de sua atuação na construção de justiça ambiental. Especificamente, procurou-se:

- a) Identificar os coletivos que integram a rede social, bem como resgatar e descrever o seu processo de construção;
- b) Analisar como os indivíduos que integram os coletivos percebem-se dentro da rede social, além de identificar e analisar o discurso que, no campo simbólico, orienta e embasa a sua ação;
- c) Destacar as principais limitações, conquistas e perspectivas da rede social, na construção de justiça ambiental.

comunidades atingidas respectivamente pela UHE Candonga, hoje Risoleta Neves, e pelas PCH's Emboque e Fumaça.

Da organização do trabalho

O presente trabalho encontra-se organizado, além da introdução e do capítulo presente, em mais quatro capítulos. A Introdução traz uma apresentação geral acerca da temática da construção de barragens: a partir de um breve resgate do assunto no cenário nacional e internacional, procuramos destacar a relevância acadêmica do assunto, assim como descrever os caminhos pelos quais viemos a nos envolver com a temática do presente estudo. Na sequência, são trabalhadas a contextualização e a delimitação do nosso problema de pesquisa, e apresentados os objetivos propostos, gerais e específicos. O Capítulo 01 cuida da base teórica que fundamenta o estudo, assim como as técnicas e procedimentos metodológicos através dos quais se procurou atender aos objetivos propostos. No Capítulo 2, procuramos resgatar o processo de formação da rede social na Zona da Mata mineira, identificando os coletivos que formam os seus nós. Já no Capítulo 3, o foco foi direcionado para os indivíduos que compõem os coletivos da rede social, buscando tanto identificar como estes sujeitos se percebem dentro da rede, quanto descrever e analisar o campo de valores que marca seu discurso. No capítulo 04, são destacadas as principais limitações, conquistas e perspectivas da rede social, a partir da percepção de seus próprios integrantes. Por fim, o capítulo 05 traz as considerações finais da pesquisa, buscando contextualizar as questões levantadas a partir da atuação da rede social objeto da presente pesquisa.

CAPÍTULO 1

DA TEORIA E DO MÉTODO

Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.

Castells, 2008, p.17

1. DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

1.1. Área de estudos

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Minas Gerais, a mesorregião da Zona da Mata³¹ está localizada na porção sudeste do estado de Minas Gerais. É formada por 142 municípios, agrupados

³¹ Embora a análise aponte para uma concentração da atuação da rede social nos municípios integrantes da Zona da Mata mineira, não nos pareceu conveniente definir a área de estudos a partir dos municípios onde se identificaram empreendimentos hidrelétricos que ensejaram a atuação da rede, já que nada impede que esta venha a ter participação em municípios que não integrem a Zona da Mata. A Zona da Mata mineira é trazida como área de estudos nesta pesquisa devido à classificação da SUPRAM, órgão estadual mineiro licenciador dos empreendimentos ambientalmente impactantes (dentre eles as hidrelétricas). Logo, tomando-se como referência a Zona da Mata mineira, foi possível identificar, a partir dos dados obtidos na seccional SUPRAM Zona da Mata, o grande número de barragens previstas para a região, o que inclusive foi um fator decisivo para a formação da rede social, conforme poderá se observar no capítulo 2 desta pesquisa.

em sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa (Figura 01).

Figura 1. Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais



Fonte: minas-gerais.net, 2012³²

A área dos municípios integrantes da Zona da Mata é de 35.747,729 km², com uma população de 2.145.945 habitantes, com densidade demográfica de 60 habitantes por km². A região ocupa posição o 6º lugar em termos do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A densa cobertura florestal, que em suas condições originais era constituída por vegetação de Mata Atlântica, é que deu origem ao nome Zona da Mata. A ocupação da região se deveu principalmente à introdução das lavouras de café, no início do século XIX, num desdobramento do ciclo já iniciado no Rio de Janeiro. A cafeicultura, hoje ainda muito presente na região, foi fundamental para o povoamento da Zona da Mata mineira, ocasionando o surgimento de povoados, vilas e cidades. Contudo, este processo de colonização que se estabeleceu na Zona da

³² Disponível em <http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=763>, acesso em 26 de novembro de 2011.

Mata foi responsável pela devastação da cobertura florestal originária, que viria a ser sistematicamente substituída pelas lavouras; assim é que, atualmente, a vegetação nativa encontra-se restrita a áreas esparsas em pontos mais elevados do terreno (SOUZA, TOLEDO e FERNANDES FILHO, 2012, p. 03-04).

Os municípios que integram esta região têm como base uma economia tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária. Vale ressaltar também a presença das tradicionais lavouras de subsistência, onde se destacam as culturas do arroz, do milho e do feijão. A maior parte das terras da região está ocupada por pastagens naturais e artificiais, que atendem a rebanhos bovinos de leite e corte, distribuídos em fazendas de médio e pequeno porte. Entre as culturas tradicionais da região, o café foi o mais importante na formação de rendas³³.

Importante frisar que, para nossa pesquisa, os municípios de Ponte Nova e Viçosa merecem destaque, já que são aqueles que sediam os coletivos inicialmente identificados como formadores da rede social, conforme aponta a Tabela 01, abaixo:

Tabela 1. Coletivos inicialmente identificados como integrantes da rede social e respectivo município de localização.

<i>Coletivo</i>	<i>Município de localização</i>
MAB local	Ponte Nova
PACAB	Viçosa
NACAB	Viçosa

Fonte: Elaborada pela autora, 2012

O município de Viçosa está localizado entre as Serras da Mantiqueira, Caparaó e Piedade, a uma altitude de 649 metros. Faz limite com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao norte, Paula Cândido e Coimbra, ao sul, Cajuri e São Miguel do Anta, a leste, e Porto Firme, a oeste (Figura 2). O município entra-se inserido na bacia do Rio Doce, sendo o principal curso d'água o Ribeirão São Bartolomeu. De acordo com dados do censo IBGE 2010, possui área de 294,418 km², e população de 72.220 habitantes, com densidade demográfica de 241,20

³³Dados disponíveis em
<<http://www.asminasgerais.com.br/frame.asp?urlconteudo=http%3A%2F%2Fwww.asminasgerais.com.br%2FZona%2520da%2520Mata%2FUnivlerCidades%2Findex.htm>>, acesso em 04 de março de 2012.

habitantes/ km². O PIB *per capita* é de R\$ 7.704,50. Trata-se de uma cidade essencialmente universitária, destacando-se a presença da Universidade Federal de Viçosa, o que inclusive é um fator importante para a formação da rede social objeto da presente pesquisa, conforme se verá nos capítulos seguintes³⁴.

Figura 2. Localização do município de Viçosa no Estado de Minas Gerais



Fonte: vicoso.mg.gov.br, 2012³⁵

Já o município de Ponte Nova possui, de acordo com dados do censo IBGE 2010, área territorial de 470,642 km² e população de 53.390 habitantes, com densidade demográfica de 121,94 habitantes/km². O PIB do município é de R\$ 646.181,072 mil, com PIB *per capita* de R\$ 11.241,45. O município de Ponte Nova encontra-se localizado na Bacia do Rio Doce, sendo banhado por um dos principais

³⁴ Todos os dados foram obtidos nos sítios do IBGE e da Prefeitura Municipal de Viçosa, disponíveis respectivamente em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, e <<http://www.vicoso.mg.gov.br>>, acesso em 04 de março de 2012.

³⁵ Disponível em <http://www.vicoso.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57>, acesso em 04 de março de 2012.

afluentes, o Rio Piranga³⁶. A Figura 3 aponta a localização do município dentro do Estado:

Figura 3. Localização do município de Ponte Nova no Estado de Minas Gerais



Fonte: pontenova.mg.gov.br, 2012³⁷

De acordo com a classificação da ANA, Agência Nacional de Águas, a Zona da Mata mineira encontra-se totalmente inserida na região hidrográfica Atlântico Sudeste, uma das 12 regiões hidrográficas do Brasil. A Região Hidrográfica Atlântico Sudeste tem 229.972 km² de área, distribuídas entre os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e litoral do Paraná, equivalente a 2,7% da extensão do país, conforme demonstram as Figuras 4 e 5:

³⁶ Todos os dados foram obtidos nos sítios do IBGE, e da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, disponíveis respectivamente em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=315210>>, e <<http://www.pontenova.mg.gov.br>>, acesso em 04 de março de 2012.

³⁷ Disponível em <http://www.pontenova.mg.gov.br/home/index/paginas/cidade.asp>, acesso em 04 de março de 2012.

Figura 4. Regiões Hidrográficas do Brasil



Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas, 2012³⁸

Figura 5. Região Hidrográfica Atlântico Sudeste

³⁸ Disponível em <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/AtlanticoSudeste.aspx>>, acesso em 26 de novembro de 2011.



Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas, 2012³⁹

Os dois principais rios da Região Hidrográfica Atlântico Sudeste são o Paraíba do Sul e o Doce, com respectivamente 1.150 e 853 quilômetros de extensão. Partes tanto da bacia do Rio Paraíba do Sul quanto da bacia do Rio Doce encontram-se inseridas na Zona da Mata mineira. A região é banhada pelos rios Paraíba do Sul e seus afluentes Pomba, Muriaé, Paraibuna e Pirapetinga, assim como pelo rio Doce e seus afluentes Carmo e Piranga⁴⁰.

O fato de que as duas principais bacias hidrográficas da região Atlântico Sudeste correspondam à área da Zona da Mata é um indicador do grande potencial hídrico da região, o que a torna extremamente atrativa para a instalação de aproveitamentos hidrelétricos por empresas do setor energético.

³⁹ Disponível em <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/AtlanticoSudeste.aspx>>, acesso em 26 de novembro de 2011.

⁴⁰ Informações provenientes do site da ANA, Agência Nacional de Águas, disponíveis em <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/AtlanticoSudeste.aspx>>, acesso em 15 de janeiro de 2012.

1.2. *Eixo metodológico da pesquisa: quadro teórico de fundamentação, tipo de pesquisa e técnicas de coleta e tratamento de dados*

A abordagem qualitativa foi escolhida como perspectiva metodológica preponderante para esta pesquisa, por ser uma forma de estudo que se baseia em descrição de dados obtidos a partir da realidade social produzida em um dado momento histórico. De acordo com Flick (2009, p. 08),

a pesquisa qualitativa não é mais apenas a pesquisa ‘*não quantitativa*’ (...) Esse tipo de pesquisa visa a abordar o mundo ‘*lá fora*’ (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘*de dentro*’, de diversas maneiras diferentes.

Ao propor a análise de um fenômeno social, e a partir daí procurar esmiuçar a forma pela qual as pessoas constroem o mundo à sua volta, a pesquisa qualitativa preocupa-se mais com o processo que com o produto, fundamentando-se no princípio de que as circunstâncias particulares em que determinado fato social se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Nas palavras de Chizzotti (2003, p. 02), a pesquisa qualitativa “*implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível*”.

Ao analisar a temática da construção de barragens pelo viés da atuação das redes sociais de apoio a comunidades atingidas, tem-se o escopo de focalizar a interação indivíduo/sociedade com base nas formas pelas quais os atores sociais, no dizer de Alves e Rabelo (1998, p. 119), “*imputam e negociam significados para suas experiências, vivenciam dificuldades de sustentar esses significados, delineiam e levam a cabo projetos e estratégias para se (re)situar no mundo social, dado o problema exposto*”.

Sendo assim, no caso específico desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa em razão da natureza do objeto de estudo, bem como pela perspectiva segundo a qual o mesmo foi analisado. Consequentemente, a opção pela concepção

qualitativa implicou na adoção de técnicas de tratamento de dados que possibilitassem a real apreensão do fenômeno social estudado, como se verá adiante.

Adotamos como quadro teórico de fundamentação da pesquisa a perspectiva das ciências sociais críticas⁴¹, segundo a qual o mundo material é socializado e dotado de significado. A teoria crítica pressupõe que todo conhecimento está fundamentalmente influenciado por relações de poder que são de natureza social e estão historicamente constituídas, razão pela qual os fatos nunca podem ser separados do campo de valores e da ideologia (ESTEBAN, 2010, p. 69). No contexto desta perspectiva teórica, o compromisso social do pesquisador assume um papel relevante, já que, no dizer de Esteban (2010, p. 33), a pesquisa é construída levando-se em consideração a potencial transformação da realidade social, a partir de uma relação sujeito/objeto “inter-relacionada, marcada por relações influenciadas por forte compromisso para a liberação humana”⁴².

A partir desta perspectiva, a pesquisa foi construída em função das categorias de análise *conflitos ambientais*, entendidos como relações de poder entre diferentes segmentos sociais, *redes sociais*, como determinantes de uma nova estrutura social, e *justiça ambiental*, enquanto referência à distribuição equânime de partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente (ACSELRAD, 2004b, p. 28).

Em relação à forma de responder às questões colocadas pelo problema de pesquisa, o presente estudo é natureza descritiva, que são aqueles que “procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise” (DANHKE *apud* SAMPIERI, COLLADO e LÚCIO, 2006, p. 101).

Optamos por construir a pesquisa em três momentos diferentes: uma etapa inicial, de levantamento exploratório; uma etapa intermediária, de coleta de dados em campo (a combinação entre a fase inicial e intermediária foi uma estratégia que nos assegurou a obtenção de dados oriundos de diferentes fontes); e

⁴¹ O quadro teórico de fundamentação da pesquisa consiste no universo de princípios, categorias e conceitos, formando sistematicamente um conjunto lógico e coerente, dentro do qual o trabalho do pesquisador se fundamenta e desenvolve. Nas palavras de Crotty, parafraseado por Esteban (2010, p. 52), “representa a postura filosófica subjacente a uma metodologia e que proporciona um contexto e uma fundamentação para o desenvolvimento do processo de pesquisa e uma base para sua lógica e seus critérios de validação”.

⁴² No caso da temática abordada no presente projeto de pesquisa, Acsehrad (2004b, p. 24) afirma que “formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais, decorrentes da natureza inseparável das operações de classe, raça e gênero”.

posteriormente, a etapa final, de análise e cruzamento dos dados levantados, paralela à redação do texto.

A fase exploratória da pesquisa foi marcada substancialmente pelo levantamento e leitura de material documental e científico referente à temática abordada na pesquisa.

Destacamos como um ponto crucial na etapa exploratória as sucessivas visitas realizadas à SUPRAM regional Zona da Mata, na cidade de Ubá/MG, em novembro de 2010, oportunidade em que foi possível realizar a leitura e coleta de dados diretamente dos processos de licenciamento ambiental de barragens disponíveis na serventia. O acesso a este acervo documental nos foi extremamente proveitoso, por duas razões: uma, nos permitiu realizar o levantamento dos empreendimentos em processo de licenciamento na região; e duas, nos possibilitou perceber a forma padronizada pela qual os estudos ambientais são apresentados nos processos de licenciamento. Assim, foi possível apreender materialmente a teoria que já havíamos levantado com as leituras⁴³.

Ainda nessa fase de trabalho, foram identificados os indivíduos que compunham as organizações integrantes da rede, os quais seriam posteriormente entrevistados.

A segunda fase da pesquisa, de trabalho de campo propriamente dito, foi orientada pela realização de entrevistas semi-estruturadas⁴⁴. A partir de nossa experiência anterior como estudante da disciplina ERU 614 do Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, e participação no projeto de

⁴³ É frequente na doutrina considerações a respeito do tratamento padronizado dispensado nos estudos ambientais às populações locais afetadas pelas barragens (ACSERALD, 2004; ZHOURI, 2005; ROTHMAN, 2008; VAINER, 1993; VAINER e ARAÚJO, 1990). A título de ilustração: “Em praticamente todos os estudos e previsões de impactos fundados nas metodologias de avaliação ambiental de grandes projetos, o impacto é concebido como a diferença entre o que vai ocorrer com a população local/regional no caso de implantação do grande projeto e o que ocorreria se tal implantação não se efetivasse (...) Assim, os diferentes estudos e relatórios de impacto ambiental esmeram-se em apresentar a sociedade e a região impactadas como sem perspectivas ou claramente estagnadas. Os qualificativos que acompanham a expressão população vêm sempre na voz passiva, a expressar sua objetivação num discurso globalmente fundado na naturalização da vida social; assim temos populações afetadas, impactadas, deslocadas, remanejadas preservadas, reassentadas, sempre passivas, inextricavelmente condenadas a ser campo de ação de um outro, meio ambiente impactado pela intervenção do empreendedor/empreendimento hidrelétrico” (VAINER, 1993, p. 191).

⁴⁴ Por entrevistas semi-estruturadas, entende-se aquelas que “se baseiam em um guia de assuntos ou questões e o pesquisador tem a liberdade de introduzir mais questões para precisão de conceitos ou obter maiores informações sobre o tema desejado” (SAMPIERI, COLLADO e LÚCIO, 2006, p. 381). Esta técnica de coleta de dados pode ser considerada como uma prática discursiva, entendida, no dizer de Pinheiro (2000, p. 184) como a “ação (interação) situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade”.

extensão PACAB, optamos por selecionar para as entrevistas pessoas-chave dentro dos coletivos pré-identificados no projeto (MAB, NACAB e PACAB), assim como lideranças das comunidades atingidas pelas barragens. É importante pontuar, contudo, que no decorrer das entrevistas, procuramos investigar se os integrantes destes grupos identificavam outros organismos com propósitos afins na região.

Ao todo, foram realizadas oito (08) entrevistas, conforme demonstra a Tabela 02 abaixo:

Tabela 2. Relação de entrevistados e respectivo vínculo com a rede social

<i>Entrevistado</i>	<i>Vínculo</i>
Antônio Claret Fernandes	Igreja Católica e MAB
Franklin Daniel Rothman	PACAB e NACAB
Irene Maria Cardoso	PACAB, NACAB e TEIA ⁴⁵
Jorge Abdala Dergam dos Santos	PACAB e NACAB
José Antônio dos Santos	Liderança comunitária
José Roberto Fontes Castro	Liderança comunitária
Júnia Marise Matos de Sousa	PACAB
Leonardo Pereira Rezende	PACAB e NACAB

Fonte: Elaborada pela autora, 2012

Mesmo já se tendo esclarecido que a perspectiva metodológica da presente pesquisa é qualitativa, na qual a quantidade interessa bem menos que o conteúdo apreendido, é importante ressaltar que o número de entrevistas realizadas permitiu a coleta de dados suficientes para os objetivos da pesquisa.

Com relação ao MAB regional, é preciso esclarecer que, de acordo com a auto-definição do movimento, são integrantes do MAB todo o universo de pessoas atingidas pelas barragens: o MAB é as pessoas organizadas. No entanto, como o enfoque de nosso trabalho se deu particularmente sobre a assessoria prestada por este movimento às comunidades, optamos por selecionar para as entrevistas somente as

⁴⁵ O TEIA é um programa de extensão universitária vinculado à Universidade Federal de Viçosa. Será oportunamente detalhado por ocasião do capítulo 2.

pessoas que organizam e coordenam a ação do movimento na região⁴⁶. Teríamos neste conjunto, então, três pessoas, contando com o coordenador, sendo que apenas este último assentiu em participar da entrevista. Convidados os demais integrantes, estes escusaram-se, ao argumento de que não teriam nada de novo a acrescentar à fala do coordenador. A nosso sentir, a ausência da fala dos demais membros da equipe do MAB enriqueceria nosso trabalho, porém a recusa dos mesmos em participar da entrevista não comprometeu a qualidade dos dados.

Por sua vez, com relação ao PACAB, adotamos o seguinte critério: tendo em vista que tratar-se de um projeto de extensão formado por professores e alunos da Universidade Federal de Viçosa, optamos por selecionar nossa amostra dentre os docentes, por entender que a alta rotatividade dos alunos integrantes do projeto poderia comprometer a qualidade das informações por eles prestadas. Em seguida, situada a população sobre o corpo docente, optamos por selecionar uma amostra constituída por aqueles com maior tempo de vinculação ao projeto, preferencialmente os que participaram do mesmo desde o início, dado que a *memória* seria um fator importante para o resgate histórico da formação da rede.

Quanto ao NACAB, a ida a campo atestou que a ONG hoje possui poucos membros permanentes, contando com colaboração de voluntários, a maioria de estudantes, sendo grande rotatividade destes últimos. Desta forma, pelas mesmas razões expostas para o PACAB, optamos por selecionar para a entrevista apenas seu coordenador, tendo em vista que este também é oriundo dos quadros iniciais do PACAB, quando ainda estudante.

Finalmente, com relação às populações atingidas pelas barragens na Zona da Mata mineira, entendemos por bem em selecionar para as entrevistas as lideranças comunitárias, já que estas se encontravam em contato direto com os assessores, realizando o papel de “ponte” entre assessor/atingido. Ademais, tais lideranças não atuavam unicamente na comunidade às quais pertenciam, trabalhando também em outras localidades afetadas por barragens, principalmente no esclarecimento e troca de experiências: entendemos que, desta maneira, os depoimentos coletados não

⁴⁶ Com relação às considerações do MAB local a respeito de sua constituição e papel junto à sociedade, consultar o capítulo 3 deste trabalho. Contudo, adiantamos desde já que o movimento não se percebe enquanto “assessoria”.

estariam restritos à uma única comunidade, mas sim teriam caráter mais abrangente, o que enriqueceria a pesquisa.

Além disto, para assegurar a imparcialidade dos resultados, tivemos também o cuidado de selecionar duas lideranças comunitárias oriundas de situações antagônicas, ou seja: uma proveniente de localidade em que foi possível evitar a construção da barragem, e a outra de uma localidade em que, a despeito do trabalho de assessoria, a barragem foi construída.

Para facilitar a compreensão e análise, assim como assegurar a fidedignidade dos dados obtidos, mediante consentimento expresso dos participantes, as entrevistas foram gravadas e, a seguir, transcritas. Nenhum dos entrevistados se opôs à sua identificação, razão pela qual todas as citações foram devidamente atribuídas aos seus respectivos autores.

Consistiram ainda em fonte de dados as entrevistas realizadas com Padre Antônio Claret Fernandes e o professor Franklin Daniel Rothman pela equipe da FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG) para o programa de História Oral, Projeto Vozes de Minas/Ambientalistas Mineiros. A medida nos pareceu salutar, já que os depoimentos prestados para a equipe da FAFICH abordavam as atividades desenvolvidas por estes entrevistados na assessoria prestada na Zona da Mata mineira.

Por fim, encerrada a fase de trabalho de campo, teve início a fase final de análise e cruzamento dos dados obtidos.

Partindo do pressuposto de que a temática abordada na pesquisa encontra-se diretamente vinculada à percepção de campos de valores orientadores da ação de indivíduos integrantes dos coletivos organizados em rede⁴⁷, a *análise do discurso* afigurou-se-nos como a técnica de análise de dados mais adequada, já que esta, no dizer de Pêcheux *apud* Caregnato e Mutti (2006, p. 681), “entende que todo dizer é ideologicamente marcado”. Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 10), apropriando-se de Minayo (2000) afirmam que

⁴⁷ O segundo objetivo específico de nossa pesquisa é “analisar como os indivíduos que integram os coletivos percebem-se dentro da rede social, além de identificar e analisar o discurso que, no campo simbólico, orienta e embasa a sua ação.

a análise do discurso parte dos pressupostos de que o sentido de uma palavra expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas, e de que toda formação discursiva dissimula sua dependência das formações ideológicas.

Muito embora os autores façam a ressalva de que ainda é modesta a produção teórica e prática na seara da análise do discurso, entendem os mesmos (posicionamento ao qual nos alinhamos) que a análise de discurso traz uma abordagem de tratamento de dados diferenciada da análise de conteúdo, o que permite situá-la num campo intermediário entre a análise puramente lingüística e a análise de conteúdo propriamente dita. A nosso ver, a análise de discurso permite captar “sutilezas” ideológicas da fala, o que não seria viabilizado em outras técnicas de tratamento de dados. Como bem explicam Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 09):

A análise de discurso envolve a reflexão acerca das condições de produção dos textos analisado, as quais, segundo Orlandi (2001), o situam em um contexto ideológico mais amplo. Essa autora defende que a análise do discurso busca desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, não se tratando nem de uma teoria descritiva, nem explicativa, mas com intuito de constituir uma proposta crítica que problematiza as formas de reflexão anteriormente estabelecidas.

Procuramos, desta maneira, na interpretação dos dados obtidos com as entrevistas, identificar e situar nossos entrevistados no contexto social e político a partir do qual construía sua fala. Desta feita, os textos obtidos a partir da transcrição das entrevistas consistiram em nossas unidades de análise, a partir dos quais procuramos apreciar as três dimensões de argumentação a que se refere Orlandi *apud* Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 10): as *relações de força*, posições relativas do locutor e do interlocutor; a *relação de sentido* entre o discurso *sub analise* e outros discursos; e a *relação de antecipação*, referente à experiência anteprojetada daquele que fala em relação ao lugar e à reação do ouvinte.

Os resultados da presente pesquisa podem ser observados nos capítulos a seguir.

2. MARCO TEÓRICO

Diante do exposto, necessário apresentar o aporte teórico sobre o qual foi construída a presente pesquisa. Para melhor compreensão, o marco teórico encontra-se subdividido em duas seções: na primeira, são trazidas as considerações a respeito de *conflitos ambientais* e *justiça ambiental*; e na segunda, a discussão a respeito de *redes sociais*, com ênfase na questão de *redes de movimentos sociais*.

2.1. *Conflitos ambientais e justiça ambiental*

Estudar a questão dos conflitos ambientais pressupõe, de início, aceitar a idéia de que meio ambiente e sociedade são duas realidades indissociáveis. Isto ocorre porque os elementos constitutivos do ambiente – tais como os recursos hídricos, os biomas florestais, o solo ou os recursos minerais, por exemplo – detêm significados simbólicos, culturais e históricos que influenciam diretamente a forma como os diversos segmentos sociais encaram e fazem uso dos mesmos.

Isto equivale dizer que um mesmo recurso natural será percebido diferentemente por cada ator social. Assim, o olhar e o agir de uma comunidade de pescadores e de uma empresa concessionária de energia sobre um mesmo rio, por exemplo, jamais serão os mesmos. Os interesses são os mais variados possíveis: a comunidade encara o rio como fonte de sua subsistência, até mesmo como marco simbólico de sua permanência naquela região. Já a empresa vê o rio como uma oportunidade de produção de energia.

Situações como a descrita acima se repetem ao longo do tempo, e acabam por caracterizar a existência e evolução das próprias sociedades nas quais eclodem. Conflitos ambientais consistem, assim, em processos de disputa pelo acesso e domínio dos recursos ambientais. É neste sentido que Acsehrad (2004a, p. 8) aponta que:

As sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos. (...) Assim é que no processo de sua reprodução as sociedades se confrontem a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Ou seja, o uso destes recursos é, como sublinhava Georgescu-Roegen, sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Vista de tal perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público.

Dando relevo a esta questão, o mesmo autor ressalta que “os conflitos ambientais deveriam ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território” (ACSERALD, 2004a, p. 23). Isto porque, conforme Oliveira (2004, p. 98), o campo ambiental é também um campo social de diferenciações, no qual são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais os agentes se esforçam para manter ou transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais ou culturais.

A dinâmica do conflito ambiental envolve, desta forma, a relação entre os dois espaços de manifestação do poder: o espaço material, no qual se observa a capacidade de acesso dos diferentes segmentos sociais aos recursos naturais territorializados, como a água, solo, formações vegetais, etc. – ao que se pode chamar capital material⁴⁸, como também espaço da *distribuição do poder*. Além disso, tem-se o espaço simbólico, palco em que se confrontam as diferentes representações e valores de um determinado grupo social, isto é, o espaço da *luta discursiva*. E é neste último que se travam as lutas para a legitimação dos modos de distribuição de poder que se concretizam no espaço material.

Para Oliveira (2005, p. 103), no campo simbólico, a probabilidade de prevalência do discurso é tanto maior quanto mais próximos estão os sujeitos políticos do lugar em que os instrumentos simbólicos são gerados, ou seja: a posição privilegiada é de quem é detentor do discurso autorizado. Em outras palavras: o sentido adquirido pela categoria “sustentabilidade” (termo tão caro nos dias de hoje), por exemplo, será alcançado através de lutas simbólicas, emergindo delas o conceito que se amolda aos segmentos sociais melhor posicionados, de tal forma que este sentido de sustentabilidade é que legitimará o uso que estes mesmos segmentos fazem do capital material. Isto leva à conclusão de que as “categorias de

legitimação”, portanto, são variáveis no tempo e no espaço, a depender das estruturas de poder vigentes. No dizer de Acserald (2004a, p. 19):

No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder/capital específicas que os caracterizam. Os campos não são constituídos, conseqüentemente, por lugares vazios, pois há nele ação e história produzidos pela ação coletiva; sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões dos campos podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo convencional.

A partir destas considerações, a respeito da temática específica da questão ambiental, o autor conclui que:

Deste ponto de vista, se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação – ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno – redistribuiu o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. As lutas por recursos ambientais são, assim, lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica. (ACSERALD, 2004a, p. 19)

Assim sendo, se de acordo com Castells (1999, p. 53) “cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo produtivo”, é interessante notar a relação feita por Acserald (2004a, p. 16-17) entre conflitos ambientais e modelos de desenvolvimento. Segundo este autor, cada modelo de desenvolvimento tende a acarretar um tipo específico de conflito, decorrente das contradições do próprio modelo. Neste caso, os conflitos ambientais surgidos no Brasil nas décadas de 70 e 80, caracterizados pela insatisfação das populações deslocadas em virtude dos megaprojetos hidrelétricos eram emblemáticos de um modelo de desenvolvimentismo autoritário, que reclamava o debate político a respeito das escolhas de desenvolvimento.

⁴⁸ A esse respeito, consultar Acserald (2005), “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”.

A partir dos anos 90, porém, há uma mudança de cenário: ao mesmo tempo em que se acentuam os padrões de desigualdade no acesso aos recursos naturais, a privatização ocorrida no setor elétrico aponta para a emergência de conflitos originários principalmente na flexibilização das normas de regulação ambiental, concebidas no contexto dos acontecimentos das décadas de 70 e 80. Conflitos ambientais são então consagrados como “problemas” ou “impasses” a serem resolvidos por meio das técnicas de conciliação, sendo apontadas como restrições ambientais ao desenvolvimento quaisquer outras iniciativas que procurem encará-los como expressões de diferenças simbólicas entre atores sociais.

É a partir destas considerações que se torna possível compreender como, por exemplo, empresas do setor público podem tecnicamente cumprir com todas as formalidades determinadas pela legislação ambiental, como por exemplo, a realização de estudos ambientais obrigatórios, mantendo inalterada, porém, a sua lógica norteadora de apropriação capitalista dos recursos naturais para produção de energia (ACSELRAD, 2004a, p. 21). Conforme explica o mencionado autor,

Os conflitos ambientais deveriam ser analisados, portanto, simultaneamente, nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território (...) No primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas, sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital. No caso do meio ambiente, verificamos no primeiro espaço, por exemplo, disputas por apropriação dos rios entre populações ribeirinhas e grandes projetos hidroelétricos, “empates” confrontando seringueiros e latifundiários pelo controle das áreas de seringais, etc. No espaço das representações, veremos disputas entre as distintas formas sociais de apropriação do território pela afirmação de seus respectivos caracteres “competitivo”, “compatível com a vocação do meio”, ambientalmente benigno”, etc. (ACSELRAD, 2004a, p. 23)

Nesta linha de raciocínio, o entendimento exposto de que lutas ambientais consistem, em última instância, em lutas por sentidos culturais, vem se sobrepor ao paradigma a que Zhouiri, Laschefski e Pereira (2005, p. 12) conceituaram como *política de gestão*, na qual a natureza é tida como uma realidade externa ao processo produtivo, que deve ser manejada e gerida de forma a não se tornar um óbice ao dito “desenvolvimento”. A política de gestão é assim pautada por uma persistente lógica de adequação ambiental (Zhouiri, Laschefski e Pereira, 2005, p. 17), por meio da qual

a natureza e o ambiente são, em verdade, adaptados a empreendimentos representativos de poderosos interesses econômicos, tudo em nome de um suposto interesse público.

Encarar, portanto, o meio ambiente como um terreno contestável material e simbolicamente consiste em reconhecer, na verdade, que os conflitos ambientais se traduzem em relações de poder, através das quais os atores sociais, munidos de suas distintas formas de interagir com o ambiente, se enfrentam pelo domínio de um mesmo território ou de seus recursos naturais. Acselrad (2004a, p.26) definiu assim os conflitos ambientais como

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Este fato traz intrínseca outra importante constatação: a de que são *historicamente assimétricas* estas relações de poder (Zhourri e Zucarelli, 2008, p. 04), o que faz com que os conflitos ganhem um caráter de disputa injusta. Isto porque os instrumentos e os recursos de que dispõem os atores sociais envolvidos na demanda, via de regra, são muito desiguais, com a balança pendendo quase sempre em favor daqueles econômica e politicamente mais poderosos. Esta situação reflete, portanto, um processo de monopolização dos recursos naturais por parte dos grupos sociais dominantes, que têm a seu dispor todo um poderio político-econômico para impor os seus interesses em detrimento de outras práticas que reflitam os modos de apropriação do ambiente por grupos sociais economicamente mais vulneráveis.

A existência desta relação de causalidade entre a assimetria na distribuição do poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos e a ocorrência de problemas ambientais parece ser o que alavancou nos Estados Unidos, na década de 80, o início do movimento por justiça ambiental, de iniciativa de organizações de lutas pelos direitos civis de populações afrodescendentes.

A partir do reconhecimento do fato de que depósitos de lixo químico e indústrias poluentes concentravam-se desproporcionalmente nas imediações de áreas habitadas por grupos racialmente discriminados, emerge um movimento de resistência e busca do que se chamou de “justiça ambiental”. O marco inicial se dá

em 1982, na Carolina do Norte, Warren County, em meio a uma onda de protestos contra a instalação de um depósito altamente tóxico de bifenil policlorado (PBC) no local, o que resultou em mais de 500 prisões.

Desde então, em duas décadas de existência do movimento norte-americano, Bullard (2004, p. 45) aponta que vários estudos científicos revelam a ocorrência de uma relação direta entre raça e exposição a riscos ambientais. É o caso, em 1983, de “*Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status os Surround Communities*”, um trabalho do *U.S. General Accounting Office*, que comprovou que 75% das imediações dos aterros comerciais de resíduos perigosos situados na Região 4 (que compreende oito estados do sudeste dos Estados Unidos) se encontravam predominantemente localizados em comunidades afro-americanas, embora estas representassem apenas 20% da população da região.

Logo após, a Comissão para Justiça Racial (*Comission for Racial Justice*) elabora outro estudo, agora de caráter nacional, no qual fica evidenciado que a raça, mais que fatores como pobreza, valor de terra e propriedade imobiliária, era a variável determinante na predição de localização de instalações poluentes. Em 90, é lançado o livro “*Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*”, obra que, segundo seu autor, Bullard, registrou a convergência de dois movimentos sociais, justiça e defesa ambiental no movimento por justiça ambiental. E é em 1991, quando o movimento já tem seu foco extrapolado para além do contexto original da contaminação química (abordando também questões relativas a saúde pública, ocupação do solo, transporte, empoderamento de comunidades) que ocorre, em Washington, a Primeira Conferência Nacional de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor, ocasião em que são elaborados os 17 princípios de justiça ambiental.

O conceito de justiça ambiental nasce, portanto, no seio da luta contra a distribuição desigual dos riscos ambientais nos Estados Unidos, e pode ser entendido, no dizer de Acselrad, Herculano e Pádua (2004b, p. 09-10), como o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Por sua vez, a injustiça ambiental é entendida como a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento

a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Diante disto, observa-se como a percepção inicial do movimento ativista ambiental afro-americano acerca da temática específica da contaminação química e discriminação racial pôde extrapolar as fronteiras norte-americanas e encontrar terreno fértil no cenário brasileiro, caracterizado pela apropriação elitista do território e dos recursos naturais, concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente, e exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004b, p. 10).

Neste sentido, Acselrad (2004b, p. 33) aponta que a mobilidade espacial do capital é um forte instrumento de materialização de injustiças ambientais, uma vez que este tende a abandonar áreas de maior organização política e se concentrar em áreas mais fragilizadas, de menor capacidade de organização e resistência social. Nos dizeres do autor, “o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residência de classes socioambientais dotadas de menor capacidade de se deslocar” (ACSELRAD, 2004b, p. 34). A dinâmica apontada por ele pode ser, desta feita, um dos problemas enfrentados por organizações de lutas por equidade ambiental, a fim de se evitar que as injustiças ambientais não sejam “exportadas” em decorrência da mobilidade do capital, para outras zonas ainda carentes de organização.

É através de um discurso que procura contestar o paradigma da modernização ecológica⁴⁹, que as organizações sociais envolvidas na busca de justiça ambiental buscam denunciar a existência de uma lógica política que orienta a distribuição dos danos ambientais. A (in) justiça ambiental aloca desta forma a relação entre duas categorias, quais sejam, a desigualdade social e problemas ambientais, ou, em outros termos, equidade e meio ambiente, de tal maneira que não há como dissociar a ocorrência de problemas – ou conflitos ambientais – das disparidades na distribuição social de poder, uma situação muito mais sofisticada do

⁴⁹ Este termo foi empregado por Acselrad (2004b, p. 23) para indicar o paradigma dominante segundo o qual o cerne dos problemas ambientais estaria no desperdício de matéria e energia. Nesta lógica, a questão ambiental poderia ser apropriadamente internalizada pelas próprias instâncias do capital, motivo pelo qual as ações desenvolvidas por empresas e governos face aos problemas ambientais tenderiam a ser voltadas simplesmente para ganhos de eficiência e mercado.

que as resoluções gerenciais propostas pelo dogma da modernização ecológica. Nas palavras de Gould (2004, p.74),

enquanto maior poder político acumula-se naqueles com maior riqueza, maior riqueza também se acumula naqueles com maior poder político. (...) Tal resultado produz comunidades com capacidades limitadas de rejeitar a imposição de riscos ambientais, ao mesmo tempo em que cria comunidades com enorme capacidade de controlar seu próprio desenvolvimento econômico e suas trajetórias ambientalistas. (...) O resultado da distribuição desigual do poder político é um reforço adicional da tendência econômica de distribuir os riscos ambientais e de saúde pública pelas comunidades de pobres e operários.

A partir destas considerações, é possível concluir, assim como Acselrad, Herculano e Pádua (2004b, p. 10), que no Brasil, desde há muito, movimentos sociais estão envolvidos em lutas por “justiça ambiental”, ainda que não tenham recorrido ao uso dessa expressão.

Isto porque na medida em que os empreendedores detêm o domínio da situação, por encontrarem-se respaldados por um modelo de mercado que reduz desenvolvimento a crescimento econômico, as comunidades dos atingidos carecem de recursos que as tornem capazes de enfrentarem em pé de igualdade o empreendedor. Logo, o que acaba ocorrendo com as comunidades é a desqualificação da condição de sujeitos da relação para meros expectadores no processo de apropriação de espaços. Conforme Zhouri, Laschefski e Paiva (2005, p.89),

nessa medida, a construção de barragens tem sido geradora de injustiças ambientais, uma vez que os custos dos impactos socioambientais recaem sobre as comunidades atingidas, sem que elas sejam, de fato, consideradas sujeitos ativos no processo de decisão acerca dos significados, destinos e usos dos recursos naturais ali existentes.

Vista por este ângulo, pressupõe-se que a construção de barragens reflete um quadro de injustiça ambiental, já que são as comunidades ribeirinhas – sujeitos vulneráveis da relação – as que sofrem as maiores consequências dos danos ambientais provocados pela instalação do empreendimento hidrelétrico. Como já evidenciado em estudos empíricos (CERNEA, 1991; DUQUE, 1984; GERMANI, 1982; MCCULLY, 2004; REIS, 2001; RHOTMAN, 2002; RHOTMAN, 2008; SIGAUD, 1988; SIGAUD, MARTINS-COSTA e DAOU, 1987; VAINER e

ARAÚJO, 1990; ZHOURI, 2005) o deslocamento compulsório destas pessoas para implantação da obra as despoja não apenas da base material de toda uma existência, como também de suas referências culturais e simbólicas, redes de parentesco e memória coletiva ligadas àquele local.

É natural, assim, que um projeto de instalação de hidrelétrica e a ameaça de deslocamento compulsório a que ordinariamente são submetidas as populações locais seja um fator determinante de formação de resistências por parte dos atingidos, tal como apontado por Rothman (2008a, p.26). O mesmo autor, ao estudar o processo de formação de resistências conclui que “movimentos de pessoas atingidas por barragens tendem a emergir e desenvolver, em casos onde há relações sociais fortes, liderança forte e **redes informais e formais**”. (ROTHMAN, 2008b, p. 192).

2.2. A temática das barragens hidrelétrica pela perspectiva das redes sociais

A palavra rede é bem antiga e vem do latim “*retis*”, significando entrelaçamento de fios, com aberturas regulares, que formam uma espécie de tecido. Pode ser conceituada como um conjunto de pessoas em uma população e suas conexões. Ou seja, a mesma inclui todas as relações que um indivíduo percebe como significativa, correspondendo ao nicho interpessoal do indivíduo, que contribui para seu próprio reconhecimento e autoimagem.

Ouve-se hoje falar de redes em praticamente todas as áreas e campos do conhecimento. A popularidade do conceito pode ser explicada por duas razões: o desenvolvimento das comunicações e a valorização das relações entre as pessoas. Apesar das diferenças de configuração, podem ser identificadas, como salienta Amaral (2011), as seguintes características nas redes:

objetivos compartilhados, construídos coletivamente; múltiplos níveis de organização e ação; dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; coexistência de diferentes; produção, reedição e circulação de informação; empoderamento dos participantes; desconcentração do poder; multi-iniciativas; tensão entre estruturas verticais & processos horizontais; tensão entre comportamentos de competição & cooperação & compartilhamento; composição multi-setorial; formação permanente; ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais;

De acordo com Pinto e Junqueira (2009, p. 1093-1094), vivemos em um mundo em movimento, e as redes sociais desempenham um papel central para apreender tal realidade, pois permitem que sejam analisadas as relações e conexões entre indivíduos, grupos e organizações em uma dada sociedade. Essa conexão se dá por meio das relações sociais que se manifestam de maneiras diversas e expressam a complexidade do mundo social. Os referidos autores destacam que cada indivíduo ou organização possui uma posição ou poder na rede, que depende da acumulação de capital social, que é um ativo que gera ganhos sociais e materiais, tanto para o indivíduo quanto para o grupo ao qual pertence. O poder, no interior da rede social, é exercido em função da sua distribuição, mas também da posição dos atores, da estrutura das relações sociais, da interdependência desses diversos atores que a compõem.

Nesse sentido, como destacam Fazito e Soares (2011, p. 03), o foco do estudo das redes não deve recair sobre indivíduos isolados, mas sim sobre sistemas interativos de relações, em um contexto estrutural, considerando as interações entre diferentes dimensões (micro, meso e macro) e definindo suas regularidades e propriedades estruturais.

A pesquisa sobre redes sociais ganhou ênfase a partir de 1980, ao partir do pressuposto de que os relacionamentos são constitutivos da natureza humana e são elementos definidores da identidade dos atores sociais. Ou seja, como ressalta Amaral (2011), todos os que vivem em sociedade estão, de alguma forma, fazendo parte de um espaço público, de uma relação, de uma rede. A rede de relações é inerente às atividades humanas, estando presente em todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida.

Wassermann e Faust, *apud* Portugal (2011, p. 06), identificaram quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais, que são: a) os sujeitos e suas ações são vistos como interdependentes; b) os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos materiais e humanos; c) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios, que podem

⁵⁰ Disponível em < http://www.rits.org.br/redes_teste.cfm>, acesso em 22 de agosto de 2011.

configurar oportunidades ou constranger as ações individuais; d) os modelos de redes conceituam a estrutura de relações entre os atores sociais.

A referida autora sintetizou a forma operacional das redes sociais a partir de questões simples, como: Quem faz parte das redes? Quais os conteúdos dos fluxos das redes? Quais as normas que regulam as suas ações? Na análise da questão “Quem”, isto é, da morfologia das redes, identificou os nós (elementos das redes) e os laços (as relações entre os nós das redes). Na caracterização dos laços, se estes são fortes ou fracos, considera-se a duração da relação, a intensidade emocional, a intimidade, os serviços recíprocos, bem como, a pluralidade de conteúdos de troca. Granovetter (1985) diferencia a função dos laços fortes e dos laços fracos no dimensionamento das redes, observando que os vínculos interpessoais fortes, como parentesco e amizade íntima, são menos importantes do que os vínculos fracos, como conhecimentos e afiliação a associações secundárias, para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva.

Em função da estratégia metodológica adotada no dimensionamento dos nós e laços das redes, estas podem assumir três tipos: a) Redes de Íntimos, considerados pelos entrevistados como importantes para si mesmos; b) Redes de Interação, que relacionam os membros com os quais os indivíduos se interagem, em um determinado período de tempo; c) Redes de Troca, que inclui pessoas da rede que compensariam ou penalizariam as trocas, que vão desde a ajuda material, prestação de serviços, aconselhamento e companhia (PORTUGAL, 2011, p. 29).

Segundo Lopes e Baldi (2009, p. 1008), as redes ou *networks* vêm sendo empregadas tanto numa perspectiva analítica quanto prescritiva de como dinamizar organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, no enfrentamento da chamada complexidade do ambiente. Consideram que a teoria de redes permite compreender relações entre atores coletivos e individuais em um espaço amplo de atuação, mapeando seus movimentos, suas ações, o poder que cada ator exerce e os efeitos que produzem sobre os demais e sobre o território onde acontecem as relações em rede. Nessa perspectiva, o ambiente é formado por um conjunto de relações que se constituem em uma rede de trocas, o que não significa ausência de conflitos ou de disputas de poder. Ou seja, uma rede não é algo dado, mas em constante construção, o que permite aos atores construir redes alternativas que possibilitem maior autonomia. Afirmam, ainda, que as redes sociais, como estrutura de governança e

como perspectiva de análise, não devem ser excludentes, mas precisam ser utilizadas de forma integrada, na análise de fenômenos sociais.

Castells (1999) também trabalha a idéia de rede. Como ponto de partida, o autor afirma que a rede consiste “num conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1999, p. 566). Aprofundando-se sobre o tema, o autor prossegue afirmando que “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 1999, p. 566).

No entanto, a inovação por ele trazida a este estudo consistiu no fato de demonstrar que a idéia de “rede” tornou-se tão ínsita ao cenário de vida humana que, ao longo do tempo, foi capaz de alterar substancialmente as estruturas sociais e, conseqüentemente, remodelar profundamente a forma de organização da sociedade. Desse processo resultou, no dizer de Castells, o vivermos hoje no que ele denominou de “*sociedade em rede*” (Castells, 1999, p. 565), o que equivale dizer que “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 565). Como explica o próprio Castells (2008, p. 17):

Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes, pela flexibilidade e instabilidade do emprego e individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial e seu inimigo univitelino, o estatismo industrial, foram disseminados no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.

Tecendo breves linhas sobre a construção teórica de Castells, percebe-se que o autor demonstra a maneira pela qual a revolução tecnológica da informação, iniciada na década de 70 nos Estados Unidos pôde originar esta nova forma de

estrutura social, a de sociedade em rede. Para Castells, a construção dessa nova estrutura social está diretamente vinculada ao surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente criado a partir da reestruturação do modo capitalista de produção. Nas palavras do mencionado autor:

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade (...) O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação: é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação (...) Como o informacionalismo baseia-se na tecnologia de conhecimentos e informação, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. (CASTELLS, 1999, p. 53-54).

Contudo, para Castells, a sociedade em rede ainda é uma sociedade capitalista, embora marcada por um capitalismo profundamente diferente, em dois aspectos: é global, e está estruturado em uma rede de fluxos financeiros. Desta maneira, “o capital, mais do que nunca, encontra condições de se lastrear por todo o globo, em todos os setores de atividades”. (CASTELLS, 1999, p. 567).

E é a partir da percepção desta nova estrutura social apontada por Castells, da sociedade organizada em torno de redes, que torna-se possível compreender a tendência entre organismos e grupos da sociedade civil de mesma identidade social e política, de articularem-se com o fim de obter visibilidade, exercer pressão na esfera pública e assim atingir objetivos comuns, tal como apontado por Scherer-Warren (2006, p. 113). Isto pode ser explicado pelo fato de que “a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Esta aproximação entre a abordagem de redes e os estudos sobre movimentos sociais, de acordo com Misoczky (2009), vem se efetivando desde o final da década de 1980, com ênfase nos seguintes temas:

engajamento coletivo imbricado em contextos específicos de relações; estrutura de redes em comunidades específicas e seu impacto no desenvolvimento de ações coletivas, tanto com base em modelos formais quanto em evidências empíricas; exploração de laços em mobilizações, aproximando estrutura e agência; trocas interorganizacionais sob a forma da construção de coalizões ou da superposição de membros; atividade de networking em comunidades virtuais ou reais; interseção de indivíduos, organizações e protestos ao longo de períodos de tempo; potencialização do papel de grupos de interesse (DIANI, 2003, *apud* MISOCZKY, 2009, p.1164).

Nesse contexto, a abordagem de redes é incorporada nos estudos sobre movimentos sociais por meio de duas vertentes centrais e complementares que são: a Teoria da Mobilização de Recursos, quando os indivíduos se agregam para solucionar problemas que não poderiam ser enfrentados de outro modo, na pressuposição de que a ação coletiva só é viável na presença de incentivos adequados e de estruturas de significados compartilhados; e a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas, que transfere o foco para o ambiente político, considerando que as condições para a ação coletiva são encontradas em arranjos sociais preexistentes que produzem o capital social crítico para o sucesso de processos de mobilização emergentes (MISOCZKY, 2009, p. 1167).

A partir deste contexto, Scherer-Warren (2006; 2008) trabalha a abordagem de rede pela perspectiva de estratégia de ação coletiva, ou seja, como conceito propositivo de atores coletivos e movimentos sociais⁵¹. Ao postular que “o movimento social atua cada vez sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político” (SHERER-WARREN, 2008, p. 03), a autora constrói o conceito de *rede de movimento social*,

⁵¹ Conforme explica a autora, “a idéia de rede enquanto conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é., a uma nova forma de organização e de ação (enquanto rede). Subjacente a esta idéia encontra-se, pois, uma nova visão sobre o processo de mudança social - que considera fundamental a participação cidadã - e sobre a forma de organização dos atores sociais para conduzir este processo”. SCHERER-WARREN, I. Redes enquanto conceito propositivo dos movimentos sociais. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/2c97aa7f-5c62-4343-8f8b-072f21081f3f/Default.aspx>>. Acesso em 26 de novembro de 2011.

enquanto articulação complexa entre atores sociais coletivos organizados em prol de interesses afins.

Na elaboração do conceito, Scherer-Warren (2006, p. 110), parte de uma tríplice divisão sociológica da realidade em “Estado”, “mercado” e “sociedade civil”. Neste sentido, pode-se afirmar que, enquanto os dois primeiros (Estado e mercado) encontram-se fundamentalmente orientados pelas racionalidades de poder, regulação e economia, a sociedade civil encontra-se diretamente vinculada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização. Nas palavras da autora,

Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110)

A partir destas considerações, Scherer-Warren (2006, p. 110) apresenta três níveis de organização da sociedade civil: *associativismo local*, *coletivos em rede*, e *mobilizações na esfera pública*.

No nível primário de organização social, surge o chamado “*associativismo local*”, ou seja, movimentos, grupos ou associações representativas das expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil. Tais redes sociais consistem, portanto, em comunidades de sentido, caracterizadas por vínculos inter-individuais em torno de um elo de identificação, afinidade, interesse ou valor social. Como exemplos, podemos citar núcleos de movimentos de sem-terra, sem-teto ou associações de bairro, etc.

Num segundo momento, percebem-se as formas de articulação inter-organizacionais, caracterizadas pelos *coletivos em rede*, caracterizadores de *rede de redes*. Este nível compreende a articulação dos entes coletivos do nível primário (através da difusão de informações, troca de experiências e desenvolvimento de estratégias conjuntas, etc) em torno de objetivos, metas ou valores comuns, de modo a atingir uma maior expressividade das organizações e movimentos locais. Nesta categoria, enquadram-se os fóruns da sociedade civil ou as associações nacionais de ONG’s, por exemplo. Este cenário de articulação, possibilitado principalmente pela

difusão das tecnologias de comunicação virtual⁵² exprime uma forma mais institucionalizada de mediação entre Estado e sociedade civil, com fins políticos de transformação social.

No terceiro nível, temos o elemento organizacional considerado por Scherer-Warren (2006, p. 112) como a “forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo”: a *mobilização na esfera pública*, ou seja, a articulação não necessariamente institucionalizada entre agentes dos movimentos locais e diversas redes de redes, expressa por meio de grandes manifestações na praça pública. Em tais manifestações, a presença de simpatizantes é um elemento agregador de força ao movimento, garantindo a visibilidade na mídia, além de efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral. Assim, eventos como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005) ou a Marcha da Reforma Urbana, em Brasília (outubro de 2005) consistem em exemplos integrantes desta categoria⁵³.

Finalmente, a articulação conjunta entre os três níveis organizacionais apontados por Scherer-Warren (2006, p. 113) leva à construção teórica por ela proposta do conceito de *rede de movimento social*, que, no dizer da autora, “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas ou transformadas”. Desta feita,

As redes de movimento social, na atualidade, caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referência normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação. Essas redes ora têm como nexos uma temática comum (terra, moradia, trabalho, ecologia, direitos humanos, etc.) ora uma plataforma de luta política mais ampla (a altermundialização, a soberania nacional, um projeto de nação, ou a luta contra o neoliberalismo, contra a hegemonia mundial do capitalismo, as guerras imperialistas, contra o monopólio dos meios de comunicação, dentre outras), indicando uma relativa volatilidade das redes, mas também sugerindo indícios de sua capacidade

⁵² É interessante notar como a observação feita por Scherer-Warren, de que a articulação de coletivos em rede somente é viabilizada pelo uso rotineiro de meios de comunicação virtual, como *e-mail* e demais recursos da *internet*, vem confirmar a constatação de Castells (1999), de que a revolução tecnológica, principalmente no campo das comunicações, foi a força motriz para a reestruturação das formas de organização social, ou seja, de que “embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, **o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social** (grifei)”. (CASTELLS, 1999, p. 565).

⁵³ Todas as informações foram obtidas em Scherer-Warren (2006).

de abertura ao pluralismo democrático agonístico. (SCHERER-WARREN, 2008, p.515)

O movimento ambientalista, que hoje pode ser considerado como um dos mais proeminentes no cenário mundial (CASTELLS, 2008, p. 141), adaptou-se de maneira singular à esta nova estrutura de sociedade em rede, disseminando-se, mundo afora, por uma infinidade de sub-redes, consubstanciadas, por sua vez, em milhares de organizações locais sediadas em todos os cantos do globo. Tamanha repercussão pode ser explicada, conforme Castells (2008, p. 141) pela “notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico”.

Justamente por esse caráter eminentemente global, a ampla gama de ideologias hoje difundidas pelo mundo acolhidas pelo manto do ambientalismo, criaria certa dificuldade de considerar o movimento ambientalista como um único movimento. No entanto, como afirma com propriedade Scherer-Warren (2006, p. 109), “a realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo”. Desta feita, a realidade trazida pelo movimento ambientalista hoje, longe de descaracterizá-lo enquanto movimento é, pelo contrário, a sua maior afirmação enquanto movimento social, dentro do contexto de uma sociedade em rede, conforme explica Castells (2008, p. 143):

As ações coletivas, políticas e discursos agrupados sobre a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma **nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto poder de penetração**. (grifei).

Ainda trabalhando com a questão da multifacetariedade do movimento ambientalista, Castells (2008, p. 144) aponta cinco grandes categorias ou tipologias do movimento ambientalista, cada uma delas definida analiticamente a partir das três características determinantes de movimento social trazidas por Touraine: identidade,

adversário e objetivo⁵⁴. A Tabela 03, abaixo, retirada da obra de Castells (2008, p. 144) ilustra a tipologia construída pelo autor:

Tabela 3. Tipologia dos movimentos ambientalistas

<i>Tipo (exemplo)</i>	<i>Identidade</i>	<i>Adversário</i>	<i>Objetivo</i>
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu Quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida / saúde
Contracultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i> , ecofeminismo)	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	“Ecotopia”
<i>Save the planet</i> (Greenpeace)	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
“Política verde” (<i>Die Gruem</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

Fonte: Castells, 2008

Diante das considerações acima expostas, é possível concluir que, no Brasil, o movimento nacional em defesa dos direitos de atingidos por barragens, consubstanciado na figura do MAB – Movimento de Atingidos por Barragens - consiste numa sub-rede do movimento ambientalista, tal como definido por Castells

⁵⁴Ao trabalhar a temática dos movimentos sociais, Castells (2008, p. 94) procura entendê-los por duas vertentes: tanto a partir de sua autodefinição, já que “o movimento deve ser entendido em seus próprios termos: em outras palavras, *eles são o que dizem ser*”; quanto pela sua relação com os processos sociais mais amplos que justificam e sustentam a sua existência, e que são também modificados pela atuação do próprio movimento. Nesta seara, o autor também adota a postura trazida por Alain Touraine, de definição do movimento social a partir de três elementos de base. No dizer de Castells (2008, p. 95): “Em terceiro lugar, no intuito de ordenar, *grosso modo*, o enorme volume de material extremamente variado acerca dos movimentos sociais a serem examinados neste capítulo e nos seguintes, creio que seria apropriado incluí-los em categorias nos termos da tipologia clássica de Alain Touraine, que define movimento social de acordo com três princípios: a *identidade* do movimento, o *adversário* do movimento e a visão ou modelo social do movimento, que aqui denomino *meta societal*. Em minha adaptação (que acredito estar coerente com a teoria de Touraine), *identidade* refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. *Adversário* refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. *Meta societal* refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove”.

(2008, p. 144). Estruturalmente⁵⁵, o MAB nacional é integrado por uma teia de coletivos em rede e de redes de redes, consistentes em núcleos coletivos locais e regionais espalhados pelo país. De três em três anos, são realizados encontros nacionais, nos quais se reúnem representantes de todas as regiões organizadas do movimento no país. Em nível internacional, observa-se ainda a articulação em rede do MAB nacional com entidades como a WCD - *World Commission on Dams*⁵⁶.

Assim, pela teoria dos movimentos sociais, o MAB atende aos três elementos caracterizadores que o permitem transcender da condição de movimento meramente reivindicatório para movimento social: afirma sua *identidade* em prol dos *atingidos e atingidas pelas barragens*; tem seu *adversário* na figura do *modelo capitalista neoliberal*; e uma *meta societal* consubstanciada na criação de um *Projeto Popular* para o Brasil, que incluía um *novo modelo energético para o país*, tendo como lema a frase “*Águas Para a Vida, Não Para a Morte*”⁵⁷.

Posto isto, descortina-se ao entendimento o seguinte cenário: organismos sociais locais que prestam assessoria a comunidades atingidas por barragens, tais como núcleos locais do MAB, ONG’s, associações e outras organizações empiricamente localizáveis (*associativismo local*), ao articularem-se em prol deste interesse afim, caracterizam-se como *coletivos em rede* formadores de *redes de redes*, que, por sua vez, consistem nos “nós” de uma rede maior, ou seja, na *rede de movimento social* representada no Brasil pelo MAB nacional, que vem a ser, em último caso, uma ramificação do movimento ambientalista global.

Portanto, estabelecido este vínculo entre esta tipologia de movimento ambientalista trazida por Castells (2008) e, utilizando a terminologia de Scherer-Warren (2006, p. 122), sua “população-alvo” (o conglomerado de excluídos, discriminados e socialmente fragilizados), resta evidente a relação direta entre o campo de atuação do movimento e a temática da justiça ambiental, amplamente

⁵⁵ Todas as informações a respeito da estrutura organizacional do Movimento dos Atingidos por Barragens encontram-se disponibilizados no sítio oficial do movimento, acessível em <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em 27 de novembro de 2011.

⁵⁶ Para maiores considerações a respeito da criação da WCD, consultar a Introdução deste trabalho.

⁵⁷ Mais uma vez, todas as informações foram retiradas do sítio oficial do MAB. Em fidelidade ao método de Castells (2008), procuramos transcrever os elementos de identidade, adversário e meta societal do MAB nos exatos termos definidos pelo movimento. É interessante notar como as tecnologias virtuais de comunicação possibilitam a difusão global das ideologias do movimento, uma característica que já havia sido destacada tanto por Castells quanto por Scherer-Warren.

apreciada por Acserald (2004a, 2004b) e também objeto de análise na presente pesquisa. Conforme Castells (2008, p. 147):

O que é questionado por esses movimentos é, de um lado, a tendência de escolha de áreas habitadas por minorias e populações de baixa renda para o despejo de resíduos e a prática de atividades indesejáveis do ponto de vista ambiental, e, de outro, a falta de transparência e de participação no processo decisório sobre a utilização do espaço.

Posto isto, é pertinente agora indagar a respeito da *militância* dentro do movimento. Sobre este assunto, Scherer-Warren (2006) traz um posicionamento interessante: de acordo com a autora, a atuação de movimentos desta natureza tem trazido à tona uma nova modalidade de militância ou ativismo, ou seja: em substituição àquela militância que se autodefinia como “revolucionária”, a autora aponta o crescimento de um ativismo mais pragmático, alicerçado nos valores da democracia, solidariedade e cooperação, ativismo este que, de acordo com ela “tende a protagonizar um conjunto de ações orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 120-121).

Nesta medida, tais grupos, a partir de sua percepção simbólica acerca das injustiças ambientais praticadas pelo setor energético, encontram-se estruturados em rede com a finalidade de prestar apoio aos atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos, procurando equilibrar a relação e assim diminuir as desigualdades de poder no campo material.

As organizações sociais que atuado como agentes de apoio aos atingidos por barragens são descritos por Zhouri e Rothman (2008, p.122) como

compostos, de maneira diversa, por segmentos mobilizados das populações afetadas, sobretudo, por famílias e comunidades rurais, mas também por populações urbanas, grupos, enfim, sobre os quais incidem os riscos e impactos provocados pela construção de barragens. Constitui ainda parte desse universo um conjunto de atores oriundos de diversos segmentos sociais, como igreja, universidade e organizações não governamentais (ONGs) que, como assessoria dos atingidos, têm como objetivo principal limitar as injustiças ambientais praticadas pelo modelo energético brasileiro. As ações desses atores acabam adicionando capital técnico e político aos atingidos pelas barragens, especialmente no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.

Assim, a noção de justiça ambiental que permeia o discurso dos integrantes dos nós coletivos das redes sociais de apoio a atingidos por barragens é que configura o poder de negociação destes agentes na esfera simbólica, legitimando-os a questionar, no plano material, a desigualdade de distribuição de poder entre os atores sociais envolvidos no conflito. Conforme esclarece Acserald (2004b, p. 29):

Essa ação coletiva, quando dirigida contra a ordem ambiental tida por injusta manifesta-se simultaneamente em dois planos: a) no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais; esta distribuição exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os distintos grupos sociais, e b) no plano discursivo, onde vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do ambiente, da justiça, etc; neste plano, coloca-se em jogo a legitimidade do modo de distribuição do poder sobre os recursos ambientais (...) Os movimentos sociais podem ser analisados por sua intervenção nestes dois níveis do espaço social – o espaço da distribuição do poder sobre as coisas e o espaço da luta discursiva.

Logo, as organizações sociais de apoio a atingidos por barragens atuam como agentes de capacitação das comunidades ameaçadas, contribuindo, em última instância, para o combate das injustiças ambientais que caracterizam os processos de construção de barragens, conforme evidenciado em estudo empírico de Rothman (2002). Consequentemente, tais redes podem consistir em canal para que o afloramento dos conflitos ambientais tenha como resultado legitimação de direitos e justiça ambiental.

CAPÍTULO 2

ATINGIDOS POR BARRAGENS E A CONSTRUÇÃO DA REDE SOCIAL NA ZONA MATA MINEIRA: O TECER DA REDE

*A articulação foi ficando, projetos surgindo, vem a privatização do Fernando Henrique, liberou em concessões, aí que a coisa... como diz o Franklin, “pipocou”. “ÔÔÔÔÔÔ, pipocando as hidrelétricas!”
Senhor Leonardo Rezende*

A fala trazida pelo senhor Leonardo Rezende nos remete à importância do cenário de empreendimentos hidrelétricos previstos para a região da Zona da Mata mineira por volta de 1.994. Desta forma, é possível perceber que este contexto consistiu em fator determinante para o surgimento e construção da rede social ora estudada.

Ao resgatarmos a referida situação para o cenário presente, de fato, podemos afirmar, com base em um levantamento por nós realizado junto ao banco de

dados da SIAM⁵⁸ em janeiro de 2012 que, existem cerca de 118 (cento e dezoito) empreendimentos previstos para a Zona da Mata mineira, dentre PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas), UHE's (Usinas Hidrelétricas) e CGH's (Centrais Geradoras Hidrelétricas).

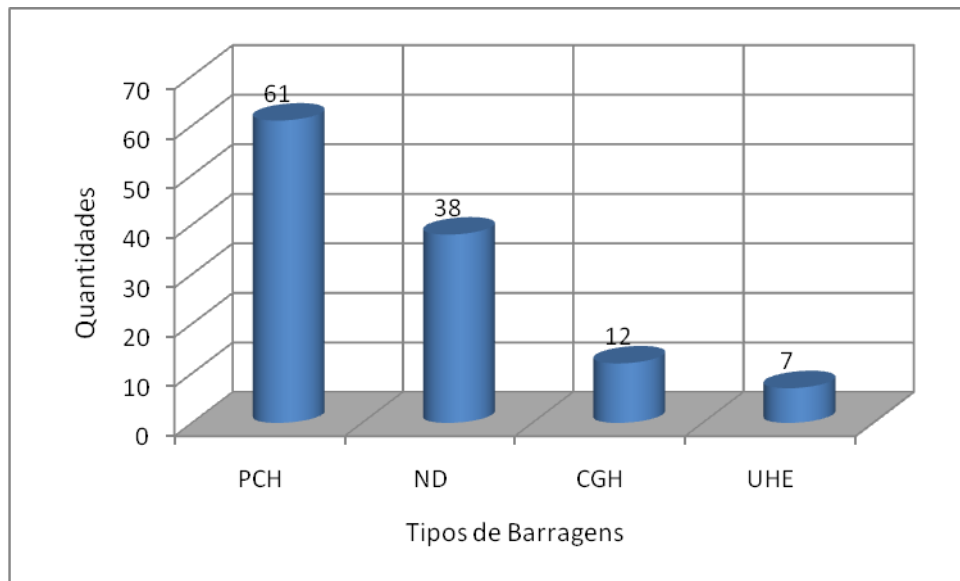
Neste levantamento, classificamos os empreendimentos previstos para a região da Zona da Mata pelas informações presentes no SIAM relativas ao tipo de empreendimento e sua fase de licenciamento. Com relação ao tipo, as categorias presentes foram UHE, PCH e CGH. Importante frisar que no banco de dados do SIAM alguns dos empreendimentos não possuíam o seu tipo especificado (ou seja, não existe informação no SIAM se o empreendimento é do tipo PCH, UHE ou CGH), razão pela qual atribuímos a estes a sigla ND: “não determinado”.

Com relação à fase do empreendimento, procuramos classificar os empreendimentos pelo tipo de licença prevista para o processo de licenciamento ambiental. Desta maneira, foram identificadas quatro categorias: LP (licença prévia), LI (licença de instalação), LO (licença de operação) e NF (não formalizado). É preciso esclarecer que a situação NF – “não formalizado”, significa que o empreendedor apresentou junto ao órgão licenciador o requerimento para instalação do empreendimento, mas ainda encontra-se pendente de trazer os demais documentos exigidos para a análise da concessão da primeira licença, a Licença Prévia.

O Gráfico 1 ilustra a situação de número de empreendimentos previstos para a Zona da Mata, relacionados por tipo, enquanto o Gráfico 2 relaciona o número de empreendimentos por fase de licenciamento ambiental, atualizados até a data de 12 de janeiro de 2012:

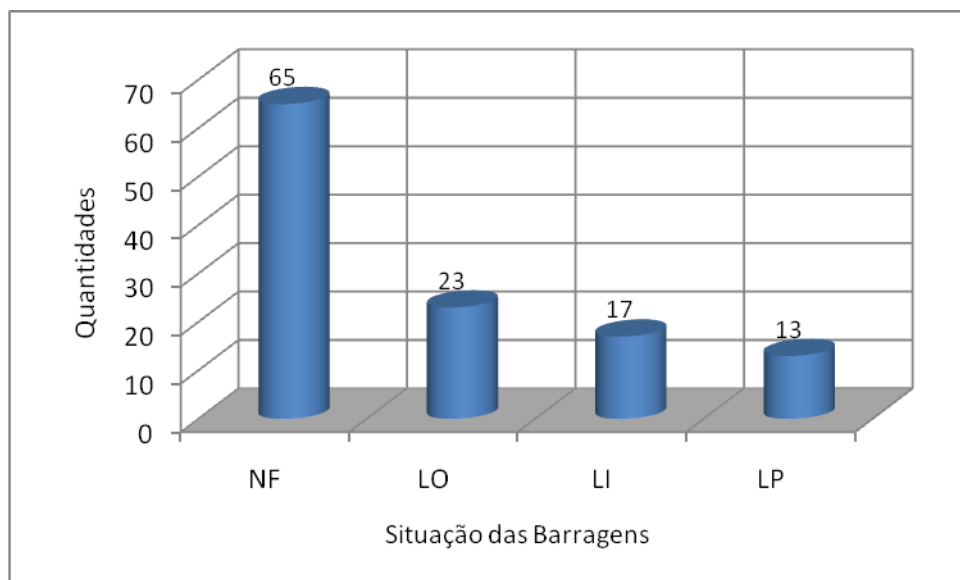
⁵⁸ O SIAM é uma ferramenta disponibilizada na página da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais com a finalidade de apresentar as principais informações de cunho ambiental do estado. Um dos diferenciais do SIAM é que “o sistema possui uma base de dados georeferenciada única para agilizar todos os processos de licenciamento ambiental em curso nas instituições vinculadas. Contém diversos mapas do Estado em escalas de origem e dados sócio-econômico-culturais georeferenciados. Esta base é atualizada a partir das aplicações desenvolvidas nos próprios órgãos através da equipe responsável pelo seu gerenciamento”. Assim, as informações relativas aos empreendimentos ambientalmente impactantes previstos para o estado de Minas Gerais, dentre eles as hidrelétricas, são obtidos a partir dos dados da SUPRAM, que é o órgão responsável por estes processos de licenciamento. Todas as informações foram obtidas no site da SEMAD, disponíveis em < <http://www.semاد.mg.gov.br/informacoes-ambientais-siam>>, acesso em 05 de março de 2012.

Gráfico 1. Número de empreendimentos hidrelétricos por tipo



Fonte: SIAM – Sistema de Integrado de Informação Ambiental⁵⁹

Gráfico 2. Número de empreendimentos por fase de licenciamento.



Fonte: SIAM – Sistema de Integrado de Informação Ambiental⁶⁰

⁵⁹ Disponível em < <http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>>, acesso em 12 de janeiro de 2012.

⁶⁰ Disponível em < <http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>>, acesso em 12 de janeiro de 2012.

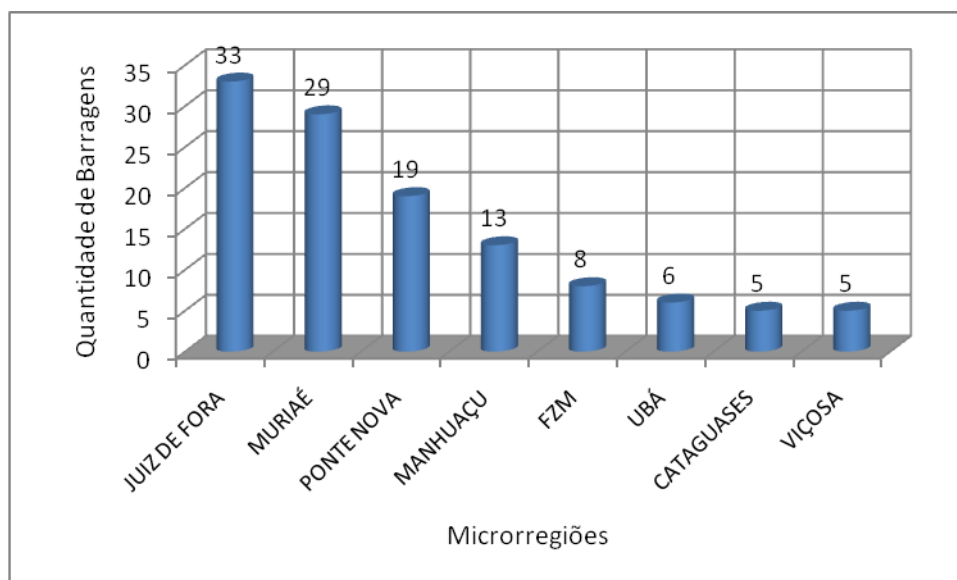
Conforme se pode observar no Gráfico 1, as PCH's predominam dentre os tipos de empreendimentos previstos para a região, representando quase 52% do total de empreendimentos. Este número parece representar a tendência já discutida no Capítulo 1, a respeito do incentivo das PCH's como empreendimentos ambientalmente “menos impactantes” que as UHE's, as quais, inclusive, são o tipo menos recorrente de empreendimento na Zona da Mata.

Já o Gráfico 2 permite observar que a grande maioria dos empreendimentos previstos para a região, embora já possuam sua solicitação de instalação protocolada no órgão ambiental, ainda não se encontram devidamente formalizados (NF), já que pendentes da documentação necessária para a abertura do pedido de Licença Prévia. Nesta situação, encontram-se 65 dos 118 empreendimentos cadastrados, ou seja, mais de 50% do total. Dentre aqueles que já se encontram em fase licenciamento, verifica-se ligeira predominância de empreendimentos na etapa de Licença de Operação (23), seguidos daqueles em Licença de Instalação (17) e Licença Prévia (13).

Por sua vez, o Gráfico 3 apresenta a classificação das empreendimentos distribuídos por microrregiões dentro da Zona da Mata mineira⁶¹. Conforme se pode perceber, a microrregião de Juiz de Fora tem o maior número de empreendimentos previstos (33) seguida pela microrregião de Muriaé, com 29 empreendimentos. Nas demais microrregiões, destacam-se as de Ponte Nova e Manhauçu, com 13 e 19 empreendimentos, respectivamente. Nos municípios que integram a área de abrangência da SUPRAM Zona da Mata, mas não pertencem à lista de municípios da Zona da Mata mineira segundo a classificação do IBGE, ali identificados com FZM (fora da Zona da Mata), observam-se 08 empreendimentos.

⁶¹ Na classificação de barragens por microrregião, é preciso ressaltar que não existe uma correspondência perfeita entre a lista do IBGE de municípios pertencentes à Zona da Mata mineira, e a lista de municípios integrantes da região administrativa da SUPRAM Zona da Mata. Desta maneira, os municípios de Barroso, Carandaí, Ipanema, Mariana e Mutum constam como pertencentes à área de abrangência da SUPRAM Zona da Mata, mas não integram a região mineira da Zona da Mata, conforme classificação do IBGE. Sendo assim, para os empreendimentos previstos para estes municípios, atribuímos a sigla FZM – “fora da Zona da Mata”.

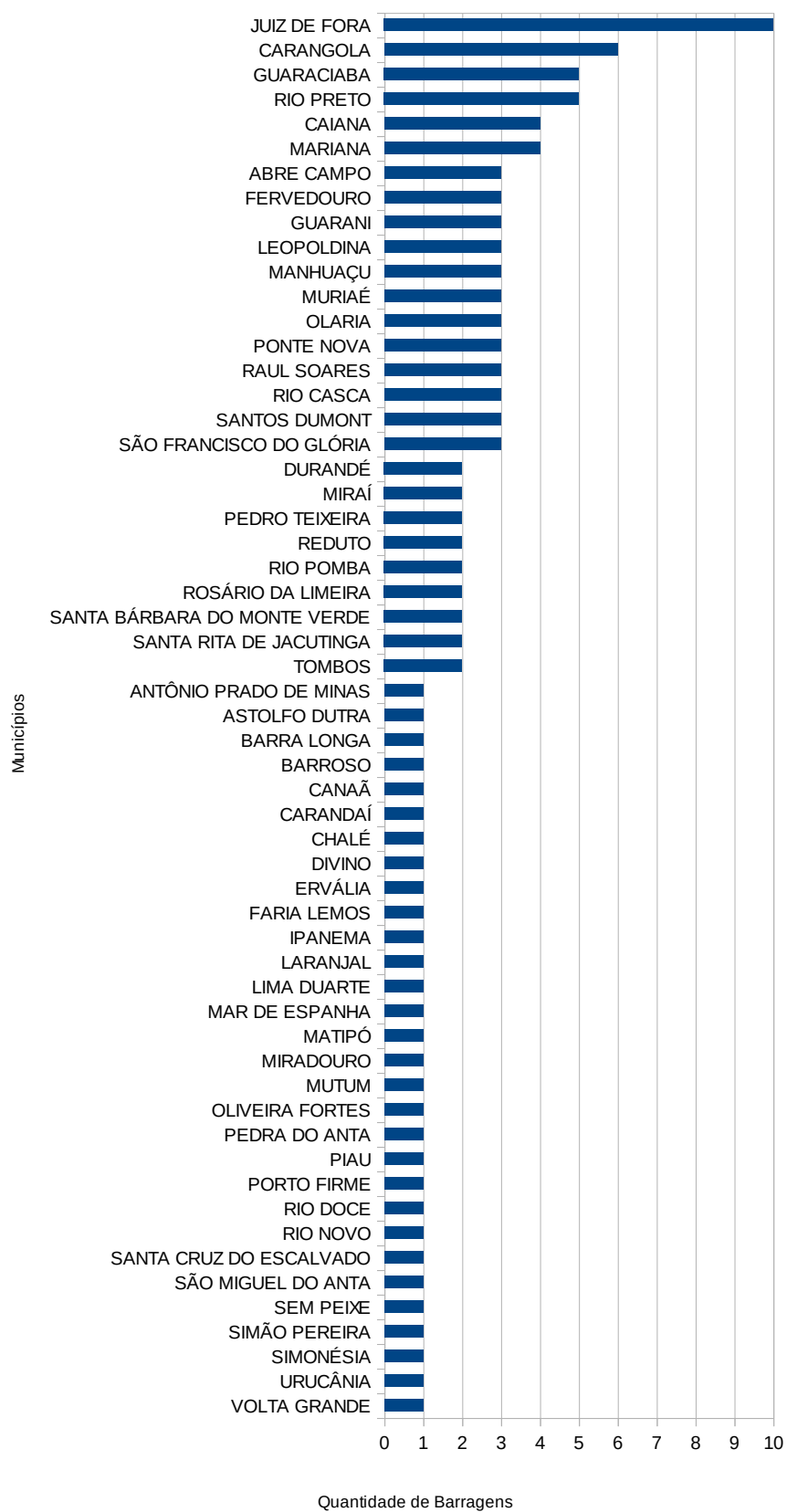
Gráfico 3. Distribuição de empreendimentos por microrregião da Zona da Mata mineira.



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 04, é trazida a distribuição de empreendimentos por município da área de abrangência da SUPRAM Zona da Mata, igualmente atualizados até a data de 12 de janeiro de 2012:

Gráfico 4. Empreendimentos por município da área de abrangência da SUPRAM Zona da Mata.



Fonte: Elaborado pela autora

É importante observar que, num universo de 142 municípios que integram a Zona da Mata mineira, 57 deles, ou seja, mais de 40%, são municípios que contam com a presença de pelo menos uma barragem, o que demonstra a representatividade de tais empreendimentos para a região da Zona da Mata mineira.

A partir deste cenário, pode-se considerar como ponto de partida para a história da construção da rede social ora estudada na Zona da Mata mineira a iniciativa do então professor da Universidade Federal de Viçosa, Franklin Daniel Rothman⁶², de iniciar um projeto de extensão voltado para o trabalho junto a comunidades rurais atingidas por barragens, em meados de 1995.

O professor Franklin iniciou sua carreira de docente no Departamento de Economia Rural da UFV em 1989, já com o entendimento de que iria afastar-se para a realização de doutorado nos Estados Unidos, o que de fato ocorreu. Posteriormente, o professor retorna a Viçosa em 1994, após realizar sua pesquisa de doutorado no sul do país junto a movimentos sociais de apoio a atingidos por barragens (à época, a CRAB, Comissão Regional de Atingidos por Barragens). E é justamente nesta ocasião que começam a se intensificar as propostas de construção de empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata mineira. Ao ler nos jornais as notícias de que empresas como a Fiat, Alcan e a Cataguases-Leopoldina pretendiam estabelecer barragens na região, o professor Franklin percebe a ligação entre a situação por ele estudada no sul do país e a realidade que se delineava na Zona da Mata, o que despertou o seu interesse em construir um trabalho voltado para a discussão das conseqüências de tais empreendimentos. Conforme relata o entrevistado,

Aí eu meio que... bom... Já tive aquele... aquela intuição. Já tinha pesquisado, né, o movimento no sul, a questão de barragem no sul (...) no Xingu, né, na região no norte, Itaparica, na Índia... E sempre... sempre o mesmo tipo de... de problemas sociais e ambientais. Então eu senti, bom... Um é até uma oportunidade, né, de... de continuar a pesquisa nessa área, ahn... e também de obrigação moral para fazer... alertar, ajudar a alertar a população sobre os... que vão..., acontecer, né?

⁶² Professor Franklin Daniel Rothman nasceu em Nova York, EUA, em 1.955, país onde residiu até meados de 1968, quando se mudou para o Brasil. Aqui, em virtude de suas atividades acadêmicas, envolveu-se em diversos trabalhos de assistência comunitária, até que assumiu a cadeira de Docente do departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, em 1989. Seu envolvimento na presente pesquisa se deve à sua atuação como principal articulador da rede de apoio a atingidos por barragens na Zona da Mata mineira, e principalmente sua participação como coordenador do PACAB/NACAB entre 1995 até 2010, ocasião em que ocorreu a sua aposentadoria na UFV.

(ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

A fala do entrevistado revela que o número expressivo de barragens hidrelétricas previstas para a região da Zona da Mata mineira com o qual se deparou à época do seu retorno a Viçosa foi um elemento de suma importância na construção da estrutura que viria a se constituir na rede social objeto do presente estudo. Neste sentido, a participação de professor Franklin como principal articulador desta rede social é frequentemente apontada pelos entrevistados. Em sua maioria, os depoentes relatam que a sua inserção no trabalho junto a estas comunidades encontra-se vinculada, de uma maneira ou outra, à pessoa do referido professor. O relato prestado pela professora Irene Cardoso⁶³ ilustra com clareza a situação:

Na verdade começou com o Franklin, o Franklin tinha feito o doutorado dele com a MAB, e ele voltou e tinha o mapa mais ou menos do que estava acontecendo, o que iria acontecer na Zona da Mata, com os projetos das barragens, né, e aí a gente não sabia de nada, a gente só sabia do Franklin. Aí Franklin começou a organizar um grupo, e chamou também o Ivo, Rafael, a Fatinha...” (professora Irene Cardoso, 2011)

Como se vê na fala da entrevistada, dentre os docentes da Universidade, o professor Franklin é quem primeiro chama a atenção para as possíveis implicações decorrentes dos vários empreendimentos hidrelétricos previstos para a região, o que se deveu à experiência anterior daquele professor com situação similar no sul do país, por ocasião de seu doutorado. A partir desta percepção inicial, um pequeno grupo começava a tomar forma, como se observa pela relação de nomes que é mencionada pela professora Irene Cardoso em seu depoimento.

Neste momento, é importante destacar a forte percepção dos futuros integrantes da rede social ainda em formação da figura do professor Franklin enquanto seu articulador central. Tal circunstância pode ser comprovada pela freqüente menção nos depoimentos a uma expressão típica cunhada pelo mesmo para

⁶³ Irene Maria Cardoso é professora adjunto da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Solos. A participação na presente pesquisa se deve ao seu envolvimento com os grupos iniciais do PACAB/NACAB, aos quais ainda se encontra vinculada, tendo ela participado das atividades de assessoria desde a época da constituição da rede.

designar a intensificação do processo de implantação de barragens na região na década de 90: o “*pipocar*”:

A articulação foi ficando, projetos surgindo, vem a privatização do Fernando Henrique, liberou em concessões, aí que a coisa... como diz o Franklin, “pipocou”. “ÔÔÔÔ, pipocando as hidrelétricas!” (senhor Leonardo Rezende, 2011)

E o Franklin tinha feito a tese dele no sul do Brasil, junto com outras resistências do MAB, e aí, cá, por coincidência, ele fazia um trabalho numa comunidade chamada Nova, nós nos encontramos, e aí começava a pipocar essa coisa da barragem, ele até usava muito essa palavra, “pipocar”. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2005).

É importante destacar que quando o professor Franklin toma conhecimento dos empreendimentos previstos para a Zona da Mata mineira, já estava ocorrendo uma situação de pré-estabelecimento de empreendedores nas localidades para as quais estavam previstas as barragens. Em Casa Nova, comunidade pertencente ao município de Ponte Nova, por exemplo, já corriam os rumores e comentários a respeito de pessoas “de fora” que estavam contactando moradores, solicitando cópias de documentos, como mostrado no relato a seguir:

E nessa conversa, assim amigos, conhecidos aqui da zona rural, começaram a falar: “ó, tem um pessoal rodando, fazendo umas perguntas, e tirando xerox...” Isso já foi mais ou menos em 94, 95... ou até antes um pouco, essa conversa... “tem um pessoal que tá tirando xerox de documento da gente...” (senhor Zé Roberto, 2011)

Assim, paralelamente ao cenário ainda embrionário do que seria posteriormente um projeto de extensão de assessoria a comunidades atingidas por barragens liderado pelo professor Franklin, começam a emergir outras manifestações de preocupação com os projetos hidrelétricos. O senhor José Roberto Fontes Castro, mais conhecido por Zé Roberto⁶⁴, autor do depoimento acima transcrito, passaria a ser também uma figura importante na discussão das barragens.

⁶⁴ José Roberto Fontes Castro, o Zé Roberto, é, em suas palavras, “um cidadão pontenovense, nascido e criado às margens do rio Piranga”. Uma das circunstâncias que levou ao seu envolvimento como liderança comunitária de

O senhor Zé Roberto, à ocasião funcionário do Banco do Brasil, e morador de Ponte Nova, fundara em 1989⁶⁵ uma associação, a ASPARPI (Associação dos Pescadores e Amigos do rio Piranga), da qual era presidente em idos de 1994. A sua longa e estreita relação com o rio Piranga (ele se define como pescador e amigo do rio), e com as comunidades ribeirinhas em geral fizeram com que ele fosse procurado pela comunidade de Casa Nova em busca de orientação e apoio a respeito das freqüentes incursões de “pessoas estranhas” (representantes dos empreendedores do Projeto Pilar⁶⁶) na localidade. Conforme o entrevistado,

Eu já presidia a ASPARPI, em substituição ao doutor Denizete, que era presidente por mais três mandatos, nós começamos a ouvir a conversa de que a Fiat e a Alcan queriam construir uma barragem aqui para cima de Ponte Nova, uma barragem enorme. Ela teria cerca de setenta metros de altura, essa é uma região de muita... então isso nos intranquilizou, como cidadão, pela segurança da gente, pela qualidade da nossa água, e pela nossa proposta de recuperar o rio. Se já tinha uma barragem pequeninha, que era a Brecha, perturbando o nosso rio, a grande faria um estrago maior (...) a comunidade de Casa Nova veio me procurar, através de um padre que atendia a região lá, em contato com um daqui, de que tinha alguma coisa acontecendo, de que ia prejudicar o rio, ia prejudicar eles lá, e que queriam “bater um papo”. (...) Então eu falei, bom eles vêm lá, eu estou disponível, podemos ir sim, vamos somar força, né. (senhor Zé Roberto, 2011)

atingidos por barragens remonta à sua iniciativa em criar, ainda no ano de 1.989, a ASPARPI, Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga. Mas é a partir de 1.995, ocasião da tentativa de criação da UHE Pilar, na comunidade de Guaraciaba, município de Ponte Nova, que tem início o seu trabalho como liderança comunitária. Desde então, em quase 15 anos, Zé Roberto tem se destacado como uma das principais lideranças comunitárias na região, com atuação em diversas outras comunidades atingidas pelos vários empreendimentos previstos para a região da Zona da Mata.

⁶⁵ Por ocasião da fundação da ASPARPI, em 1989, Professor Franklin assumia a cadeira de docente na Universidade Federal de Viçosa.

⁶⁶ Projetada para ser um empreendimento de grande porte, a UHE Pilar estava prevista para ser construída na Zona da mata mineira, em uma área historicamente categorizada como de propriedade rural. De iniciativa de uma grande empresa transnacional, a Fiat, a represa barraria as águas do Rio Piranga, abarcando parcelas territoriais dos municípios de Guaraciaba e Ponte Nova, num total de 1.400 ha, e implicaria no deslocamento compulsório de 133 famílias, a grande maioria de pequenos agricultores do município de Guaraciaba. Contudo, o trabalho da assessoria possibilitou a materialização formal da oposição dos atingidos à instalação da represa, tanto por meio do questionamento dos estudos oficiais realizados, quanto pela própria manifestação popular, principalmente na audiência pública. Como resultado, um número expressivo de condicionantes, oriundas tanto das críticas feitas pela comunidade quanto pelo documento elaborado pela equipe da UFV foram incorporadas pela FEAM ao parecer apresentado ao COPAM. As condicionantes determinavam a internalização, pelo empreendedor, de diversos custos ambientais e sociais para implantação da obra, o que tornou necessária a reavaliação da viabilidade financeira e ambiental do projeto. Diante disto, a pedido do município de Guaraciaba, a COPAM concordou na realização de uma segunda audiência pública (fato inédito e sem precedentes), que foi marcada também por forte oposição popular à construção da represa. Isto culminou com a desistência da empreendedora Fiat no Projeto Pilar e, conseqüentemente, com a não construção da represa, o que até hoje é considerada como uma grande conquista das comunidades potencialmente afetadas pelo empreendimento.

Conforme mostra o depoimento, o senhor Zé Roberto se inteirou da questão das barragens a partir da procura de moradores da comunidade de Casa Nova, que seria atingida pela UHE Pilar. Assim, o acompanhamento e a experiência com o Projeto Pilar, foi a oportunidade para que o entrevistado se tornasse parte da florescente rede social na Zona da Mata mineira, o que o levaria a ter papel importante no acompanhamento de outros projetos previstos para outras localidades da região.

Outra figura de destaque na construção da rede de apoio foi Antônio Claret Fernandes, o padre Claret⁶⁷, figura que aparece no depoimento anteriormente mostrado. À época, Padre Claret já trabalhava com comunidades rurais da região, participando de projetos de práticas agrícolas desenvolvidos pela Igreja Católica. Por ocasião de um trabalho na localidade de Colônia, zona rural de Viçosa, veio a conhecer o professor Franklin⁶⁸, e, via de consequência, a tomar conhecimento a respeito da questão das barragens na Zona da Mata:

Então, o... foi com o Franklin [Rothman], o primeiro contato. Porque Franklin ele tava vindo do sul. Parece que o trabalho dele lá foi justamente sobre barragem, né, ele veio pra cá, e aí ele tava fazendo um trabalho de extensão com a Vanda. A Vanda é... ex-esposa do Durval, né? (...) aí a gente tinha uma relação com o Durval, aí acabamos conhecendo a Vanda, tal. E ela fez um diagnóstico lá na, na Colônia (...) Então o Franklin fazia parte da equipe, né? Aí eu tava conversando, eu lembro que ele, ele... Nessa época ele já usava aquela expressão assim, “pipocar”, né? “Ah, tá pipocando na região, a barragem, e tal...” Aí começamos a conversar, eu tenho notícia de que lá, né, na época tava assim... efervescência, né? (...) Pilar, na época Pilar. Aí começamos esses contatos. No início eu ia às comunidades com eles, né? Tanto em Pilar quanto depois em Emboque. Aí ia a Alexandre, o Júnior, ia Léo, tinha na época, né, era aluno. Começou por aí. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

⁶⁷ Antônio Claret Fernandes, Padre Claret, nasceu na comunidade rural de Ponte Alta, município de Presidente Bernardes/MG. Ordenou-se padre em 1996, ocasião em que veio a residir em Viçosa. Padre Claret sempre esteve envolvido com trabalhos de assistência a comunidades rurais, o que culminou, em idos de 1.999, com o seu envolvimento como coordenador do MAB regional da Zona da Mata, atividade que exerceu até final de 2011, quando ocorreu sua transferência para o município de Altamira, no Pará. Uma das razões de sua ida para o norte do Brasil é a implantação da usina de Belo Monte, permanecendo, desta forma, vinculado ao MAB, alterando-se apenas a sua área geográfica de atuação.

⁶⁸ Nesta ocasião, Professor Franklin integrava a equipe de professores que realizava um processo de diagnóstico rural da comunidade de Colônia promovido pela UFV, comunidade também assistida pelo padre Claret.

Como pode ser observado, Padre Claret faz referência aos nomes de estudantes que, à época, integravam o núcleo de assessoria às comunidades atingidas por barragens, então recém constituído com o nome de NACAB, um projeto de extensão, conforme anteriormente mencionado, liderado pelo professor Franklin, que começava a se fazer presente nas localidades potencialmente afetadas pelos projetos de hidrelétricas. Paralelamente ao processo sinalizado pelo entrevistado em seu depoimento, Padre Claret começou a também participar da organização de comunidades atingidas por barragens, numa atitude que culminaria com surgimento do MAB regional Zona da Mata:

Então iniciou-se assim, dessa forma meio que espontânea, meio que do aperto mesmo, com as pessoas reagindo, e esse grupo da universidade, Franklin como referência, outros professores e alunos, e aí íamos juntos com outras pessoas, havia outros padres envolvidos, e havia uma liderança da CPT, na época, o Ricardo, que tinha trabalhado na região de Irapé, no norte de Minas, numa grande barragem da CEMIG, e que em algum momento participava de reuniões e de cursos que ajudavam as pessoas a entender como era o processo do RIMA, principalmente, e tal. (Padre Claret, 2011)

A fala do entrevistado mostra que o MAB surge na região a princípio timidamente e vinculado ao próprio grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Viçosa, até mesmo pela ligação já estabelecida entre Padre Claret e o professor Franklin. De se notar na fala do ator a referência à pessoa do senhor Ricardo Ribeiro, integrante da CPT. Como se poderá perceber pelos depoimentos seguintes, o senhor Ricardo Ribeiro também teve papel importante na formação da rede social ora estudada, já que, tendo em vista sua ligação anterior com o professor Franklin, foi o agente que facilitou a inserção do professor no universo da Zona da Mata.

Ainda em relação à fala de Padre Claret, dois momentos são apontados pelo entrevistado como marcos da afirmação do MAB na região Zona da Mata enquanto movimento popular: a Quarta Romaria das Águas, em 1999, e a instalação da sede física do movimento no município de Ponte Nova:

E aí depois que isso foi acontecendo, de data eu não me lembro bem, mas deve ter sido a partir de 94, por aí, aí quando foi em 26 de agosto de 1.999, aconteceu um evento que do nosso ponto de vista ele é marcante, porque ajudou o movimento a ir tomando forma de movimento popular. Aconteceu a Quarta Romaria das Águas e da Terra, ele é organizado pela

CPT em conjunto com outras entidades, e como aqui já havia esse trabalho com os atingidos por barragens, começando com forma de movimento, então o pessoal teve uma participação muito ativa, então, quem organizou a Romaria na verdade foram essas pessoas envolvidas com o trabalho com as famílias atingidas. (...) Dali, o movimento começou a ter uma forma mais de movimento, a região, de algum modo, ficou visível, as contradições visíveis, algumas pessoas que já participavam de eventos nacionais do MAB, que eram o Paulo Viana, de Pedra do Anta, o Claudiano, de Fumaça, continuaram e outras pessoas começaram a se envolver. (...) Então, desse evento a própria logística do movimento começou a melhorar, como o evento deu visibilidade, nós conseguimos uma ajuda de custo com a Igreja pra poder abrir um espaço aqui para a secretaria do movimento. Então, com isso, todo o material que antes ficava concentrado na Universidade, muito filme, e tal, então o Professor Franklin trouxe para cá. A nossa referência era lá, aí passamos a ter duas referências: Ponte Nova e Viçosa. Acredito que esse foi um marco interessante. E aí foi caminhando para ser o movimento que é hoje, com muita fragilidade ainda, ele aparece maior do que é, na verdade, é um grupo pequeno, mas que se esforça pra estar trabalhando com as comunidades, as demandas comuns, né, mas chegou a ser esse movimento com metodologia de movimento popular. (Padre Claret, 2011)

Percebe-se na fala do ator o destaque para dois momentos que delimitam o surgimento do MAB na Zona da Mata mineira: uma manifestação *simbólica*, consubstanciada na realização de mobilização na esfera pública, por meio da Romaria (Scherer-Warren, 2006), o que trouxe força e visibilidade ao movimento; e a manifestação *material*, qual seja, a conquista de um espaço físico para a sede da secretaria no município de Ponte Nova, o que consistiu numa referência concreta do movimento da região. Observa-se ainda no depoimento do entrevistado a referência às figuras do senhor Paulo Viana e Claudiano, representantes de associações de comunidades rurais que começavam se a organizar.

Outra figura que se destaca neste processo embrionário de formação de um movimento social, que é trazido na fala de padre Claret, é a pessoa de Dom Luciano⁶⁹, outra referência na história da construção da rede social na Zona da Mata. Como se observa na fala do entrevistado, a participação do arcebispo foi decisiva para a mobilização e organização das pessoas, o que é tido como essencial para o movimento social:

⁶⁹ O arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida assumiu a arquidiocese de Mariana no ano de 1988. Como líder religioso, tornou-se conhecido como grande defensor dos direitos humanos e das classes mais humildes da população. Faleceu em 27 de agosto de 2006, sendo porém constantemente lembrado como uma figura de peso na defesa dos interesses das comunidades atingidas por barragens na Zona da Mata mineira.

Porque ele [Dom Luciano] como tinha a visão assim, bem aprofundada da realidade, de como a sociedade funciona, ele tinha clareza, e nos momentos decisivos ele ficava do lado do povo. Ele participou de maneira decisiva em Pilar (...) como Pilar era da Fiat e Alcan, eu lembro que um momento ele disse “*bom, se barragem é bom, porque vocês não implantam na terra de vocês?*” sem ser agressivo, mas pra mostrar que era uma enganação que estava acontecendo ali. Nos momentos decisivos, ele estava presente, e isto animava muito o povo também. (Padre Claret, 2011).

O relato de Padre Claret deixa muito clara a relevância que Dom Luciano, uma importante autoridade dentro da Igreja Católica, possuía para a mobilização das comunidades. Era eminentemente uma figura popular, o que pode ser comprovado pela referência de Padre Claret, de que Dom Luciano “ficava ao lado do povo”, e que isto “animava muito o povo também”. O carisma do arcebispo, hoje já falecido, ainda permanece como fonte de incentivo para muitos integrantes da rede que tiveram a oportunidade de com ele trabalharem, conforme demonstra o relato trazido pelo senhor Zé Roberto:

Na hora, aí eu me recordo das palavras de Dom Luciano, quando ele falou que um padre contou a história dele, quando estava formando em Mariana, ele mostrou dentro da Igreja de Mariana, dentro da Catedral da Sé, os anjinhos, tudo gordinho, tal... aí ele falou “*nossas criancinhas aqui estão bem guardadas, né, estão bonitas, gordinhas, sadias... vocês têm vigias pra elas aí, né, tão bem guardadas, né? De noite não tem frio, tem nada... E nossas crianças lá fora? Então, se a gente tá aqui pra celebrar, tem que ir lá fora, trabalhar lá primeiro, depois vir aqui*” (senhor Zé Roberto, 2011).

Outra figura importante, que aparece em depoimentos já apresentados, trata-se do senhor Ricardo Ribeiro, um integrante da CPT que o professor Franklin havia conhecido por ocasião da realização do doutorado no sul do país. Segundo referido professor, o senhor Ricardo foi o agente facilitador de seu acesso às comunidades atingidas pelas barragens na Zona da Mata, já que este já possuía contatos na região. Conforme relata o entrevistado,

Foi nesse período, também, que recebi contato da Professora Andréa Zhouri, recentemente voltada de cursar Ph.D. em Sociologia na Inglaterra e cuja família estava ameaçada pelo projeto de barragem PCH Aiuruoca. Ela soube do meu trabalho com o projeto de extensão. Foi início de uma relação de colaboração mútua que continua desde aquela

época. Andréa e o grupo que ela organizou na UFMG -- o Grupo de Estudos e Temas Ambientais – GESTA – têm exercido uma assessoria significativa em Minas Gerais, principalmente no norte do Estado. A maneira que facilitei a integração de Andréa na assessoria aos atingidos e relações com MAB foi semelhante à forma que Ricardo Ribeiro me integrou na assessoria aos atingidos que, por sua vez, foi semelhante à maneira que Ricardo começou trabalhar na assessoria após conhecer Prof. Carlos Vainer e seu trabalho com assessoria aos atingidos, no IPPUR/ UFRJ. (Professor Franklin Rothman, 2011)

A professora Andréa Zhouri, mencionada na fala do entrevistado, é outra figura relevante dentro do processo de formação da rede social na Zona da Mata. Interessante notar como, a partir de seu conhecimento com o professor Franklin, a professora Andréia reproduziu a iniciativa do referido docente ao também criar um grupo de pesquisa na UFMG, dando início a atividades de assessoria na região norte do estado de Minas Gerais. A menção na fala do entrevistado à parceria que remanesce entre os dois pesquisadores pode retratar o cenário já apontado por Sherer-Warren (2006, p. 113), acerca da “tendência entre organismos e grupos da sociedade civil de mesma identidade social e política, de articularem-se com o fim de obter visibilidade, exercer pressão na esfera pública e assim atingir objetivos comuns”. A troca de informações e a formação de novos coletivos parece ser a marca determinante deste processo de formação de redes, como demonstra a o entrevistado, ao relatar que foram semelhantes os processos de inserção havidos entre ele, a professora Andréa e Ricardo Ribeiro.

Paralelamente à dinâmica apontada pelo professor Franklin em sua fala anteriormente citada, a partir de meados de 1995, o grupo de estudantes e professores da UFV organizados como projeto de extensão pelo entrevistado inicia uma série de reuniões nas comunidades potencialmente atingidas pelos projetos de barragens, numa atuação conjunta entre a Universidade, Igreja Católica e lideranças locais, conforme é relatado pelo senhor Leonardo Rezende⁷⁰:

⁷⁰ O senhor Leonardo Pereira Rezende é advogado, com graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. Seu envolvimento com a temática abordada na presente pesquisa tem início com sua vinculação ao programa de Mestrado do Departamento de Extensão Rural da UFV em 1997, ocasião em que se tornou orientando do professor Franklin. Sua participação na pesquisa se deve ao fato de ter integrado os quadros iniciais do projeto de extensão (PACAB), quando ainda estudante, e posteriormente, pela sua condição de coordenador da ONG NACAB, atividade que exerce até hoje.

E aí, ele [Franklin] articula uma mobilização com a Igreja, procura saber quem são os atingidos, e aí a coisa começa a surgir, aparecer as situações. Tem o Gumerindo, que hoje é pró-reitor de extensão, que tinha vínculos com a comunidade atingida de Cachoeira da Providência, em Pedra do Anta, família dele é de lá. Ele é parente de seu Paulo, sobrinho de seu Paulo Viana, e traz o seu Paulo Viana. (...) E aí, em Ponte Nova, não sei como, mas acho que foi através da Igreja, que o Zé Roberto também aparece e faz o vínculo com a comunidade de Casa Nova, lá em Ponte Nova. E aí o Franklin organiza, através da UFV, centraliza essa organização, é, com professores, e a comunidade, Gumerindo trazendo seu Paulo e o Zé Roberto trazendo seu Geraldo, na época lá de Casa Nova. E fazendo essas reuniões aqui, ele faz um projeto de extensão. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Pelas falas, percebe-se que este primeiro momento de constituição da rede era ainda muito centralizado na atuação do grupo acadêmico liderado pelo professor Franklin, considerado pelos entrevistados como referência central.

Inicialmente, o método de trabalho adotado com as comunidades referido nas falas consistia basicamente na realização de reuniões e análise, junto com os moradores locais, dos estudos oficiais (EIA/RIMA's) apresentados no processo de licenciamento ambiental. A ideia era preparar os atingidos para participarem das audiências públicas, a partir do cruzamento de informações veiculadas no discurso dos empreendedores com aquelas advindas da percepção daqueles que se sentiram ameaçados pela possibilidade de implantação da barragem. Conforme demonstram os depoimentos seguintes,

Então... tivemos ali as reuniões, e eu fui o articulador, eh, para juntar esse grupo, inclusive incluindo o Ricardo, né? Que... veio para algumas reuniões em 1995, final de 1995. E Ricardo já com uma... metodologia, né, de trabalho, né, de... ir nas comunidades, né (...) Aí começamos, né, alguns de nós, eu, Ricardo e alguns dos alunos, né, como Alexandre. Nós fomos pra conhecer, né, ouvir a comunidade. O Ricardo com essa metodologia de... eh, primeiro você ajudar na... a comunidade a se organizar, ahn... e... para entrar no processo de licenciamento ambiental através do pedido de... solicitação de audiência pública. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Então, ele, ele faz essa articulação no sentido de explicar para as populações o que significava o EIA/RIMA, decodificar. (senhor Leonardo Rezende, 2011).

Como se observa na fala do professor Franklin, o mesmo se apresenta como o articulador das atividades de assessoria. De fato, segundo diferentes relatos,

o professor Franklin liderava o trabalho de agregar lideranças de diversos segmentos para a discussão das questões que se apresentavam, consistindo este na avaliação técnica dos EIA/RIMA's. Esta análise ficava a cargo do corpo acadêmico da UFV, atividade que contava com a participação de professores de diferentes áreas do conhecimento, como se percebe pelo relato da professora Irene Cardoso:

É, na verdade tinha uma demanda que era... porque todas as barragens iam ser feitas, e tem uma.. uma... na legislação é obrigado a ter audiência pública, agora como é que essas audiências públicas são feitas ou eram feitas naquele momento cabia a quem tivesse... é... aos barrageiros, né. Então podia chamar uma audiência junto com a FEAM, com os órgãos públicos. Mas ninguém chamava uma audiência pública, ninguém ficava sabendo, é, sem nenhuma mobilização das pessoas lá... Então uma das coisas era se mobilizar pras audiências públicas. Então, como é que essas comunidades poderiam estar se mobilizando e pra isso tinha um trabalho que era de ir pras comunidades, conversar com as pessoas, tentar ajudar na mobilização, na organização das audiências públicas. E a outra era a leitura dos EIA/RIMA's, porque normalmente é um pacote muito grande, com muitas informações, que muitas vezes as comunidades elas não conseguem entender o que está escrito lá. Então uma ideia era estar fazendo, então, meio que um entendimento né, até mesmo a tradução do que estava escrito lá pra... junto com a comunidade, para entender o que estava lá. Uma outra coisa era que muitas vezes esses EIA/RIMA's eles tinham que ser avaliados, e discutidos nas audiências públicas. Então muitos desses EIA/RIMA's tinham muitos erros, então o que a gente fazia era fazer uma avaliação técnica desses EIA/RIMA's, então como eu sou da área de solos, eu fazia muito a avaliação, eu e o Luis, e fazemos até hoje, ainda, quando é preciso, avaliação da parte física do EIA/RIMA. Então os estudos de solo, relevo, geologia, a gente fazia então essas avaliações pra estar discutindo então nas audiências públicas, pra ta enviando, mandando pra FEAM, pra FEAM ter então a... o parecer técnico sobre as questões que estavam colocadas ali... e outra participação era na audiência pública. Então, ir na audiência pública, pra estar dando o depoimento sobre o que nós encontramos de incoerência nos EIA/RIMA's, e não eram poucas. (professora Irene Cardoso, 2011)

Como se percebe do depoimento acima, além da avaliação técnica dos estudos ambientais trazidos pelos empreendedores, a mobilização das comunidades ameaçadas pelas barragens era também uma preocupação dos assessores⁷¹. O envolvimento direto das próprias comunidades era importante, tanto na contestação às informações trazidas pelos estudos oficiais, quanto nas mobilizações públicas, como se pode depreender dos relatos seguintes:

⁷¹ Conforme se perceberá no decorrer do presente trabalho, o emprego das expressões “assessores” e “assessoria” não é unânime dentre os grupos pesquisados. Portanto, utilizamos a presente expressão no momento com a ressalva de que nem todos aqueles que se propunham a dar suporte à comunidades atingidas por barragens se percebem enquanto tal, ou concordam com o uso do termo. Essa questão será melhor discutida por ocasião do capítulo 3.

Ih, foram várias viagens... Viajamos várias vezes, fomos a Belo Horizonte na FEAM... Belo Horizonte deve ter ido uma meia dúzia de vezes, para Viçosa, mais umas dez viagens para encontros e seminários que foram promovidos na Universidade. Aqui em Ponte Nova, fizemos algumas reuniões aqui também... No dia da audiência, nós reunimos o grupo todo aqui, fomos marchando e cantando aqui, com pandeiro, com faixa, até o local da reunião. O povo totalmente desinibido e organizado. Fruto do trabalho da assessoria. (senhor Zé Roberto, 2011)

Íamos com as pessoas conhecendo a comunidade, comparando com o que o RIMA falava. (...) era onde eles nos mostravam... “ó, tá falando que aqui do peixe, ó, que aqui tem a piaba, aqui tem o cascudo, tem o lambari e a cará”. E o atingido: “mas não falaram que tem o surubim”. “Tem?” “Tem”. É o atingido que falou. “Não falaram que tem o dourado não”. “Mas tem o dourado aí?” “Tem”. A comunidade estava contribuindo, não era passiva. Era troca de saber. Era um trabalho de dissecação do EIA junto com a comunidade. (senhor Zé Roberto, 2011)

Neste sentido, a experiência de Pilar, retratada nos depoimentos acima, é frequentemente trazida como exemplo de mobilização comunitária. Neste contexto, desperta a atenção o depoimento da professora Irene Cardoso, ao mencionar que presenciou, ao término da audiência pública do Projeto Pilar, o palco totalmente coberto por produtos oriundos da atividade de agricultura desenvolvida pelos moradores da comunidade, contrariando a afirmação dos empreendedores de que a atividade agrícola na região seria insipiente:

Então, em uma das audiências públicas, que foi na barragem de Guaraciaba, lá de Casa Nova, é, no momento da audiência pública os agricultores foram colocando os produtos, então quando as pessoas iam falando, eles iam colocando o que eles produziam. Cana, abóbora, mandioca, inhame, tudo o que eles produziam. No final, todo o palco onde estava sendo a audiência estava completamente coberto desses produtos. (professora Irene Cardoso, 2011)

A fala da professora entrevistada retrata o comprometimento da população atingida pelo projeto Pilar. Neste caso, ao lado do trabalho técnico realizado pela comunidade acadêmica, o engajamento da comunidade foi um fator decisivo para que muitas exigências fossem determinadas pelos órgãos licenciadores como condicionantes para a liberação da construção da barragem. Isto elevou significativamente o custo inicial da obra, fato que levou à desistência dos empreendedores na instalação da barragem. O episódio narrado pela entrevistada

pode retratar, desta maneira, o entendimento trazido por Rothman (2002, p. 47), a respeito da importância da contribuição da participação popular efetiva para a obtenção de “resultados positivos ao movimento”.

Nesta medida, o depoimento anteriormente apresentado confirma a percepção trazida pelo professor Franklin, de que a dinâmica dos trabalhos de assessoria propiciou a capacitação das comunidades rurais como sujeitos capazes de contribuir ativamente, a partir de suas próprias percepções, com o processo de discussão das consequências da construção das barragens na Zona da Mata mineira. Segundo o entrevistado,

Por meio desse processo, membros da comunidade puderam perceber a importância e valor do saber local, acumulada por gerações, quase sempre mais abrangente e completo do que as informações no EIA-RIMA, coletadas em pouco tempo por membros da equipe técnica contratada pelo empreendedor. Dessa maneira, agricultores atingidos se sentiram confiantes em usar a palavra para fazer depoimentos nas audiências públicas, e eles e a equipe técnica do NACAB/PACAB puderam identificar erros, deficiências e insuficiências nos EIA-RIMA's. Desde que a equipe do Programa Teia de Extensão começou a realizar visitas às comunidades atingidas pela PCH Fumaça e pela UHE Candonga, e prestar assessoria aos atingidos de Fumaça, a troca de saberes entre a equipe técnica e agricultores locais atingidas tem sido marco do trabalho. (Professor Franklin Rothman, 2011)

A menção ao Programa TEIA⁷² na fala do entrevistado indica presença de mais um importante coletivo a integrar a rede social na Zona da Mata. Desde 1996, a equipe do programa TEIA participou da assessoria a diferentes comunidades rurais afetadas por barragens na região, sendo que o próprio PACAB, programa de extensão criado pelo professor Franklin, é hoje um dos projetos integrantes do TEIA.

⁷² O TEIA deu início às suas atividades em 2005, e sua participação na rede social analisada é frequentemente lembrada nos casos de Candonga e Diogo de Vasconcelos, ocasião em que professores do grupo prestaram assessorias às comunidades locais. Desde a sua criação, a missão do projeto tem sido apontada como a de “gerar interação entre Projetos de Extensão a partir da utilização de ações integradoras e de intensa participação popular. Com foco na necessária interligação extensão-ensino-pesquisa, procura a investigação-ação e a interdisciplinaridade através de metodologias participativas e densa dialogicidade. Assim, se fortalecem os vínculos entre universidade e sociedade propiciadores de uma ecologia de saberes que se diferencia dos clássicos difusionismo, assistencialismo e mera prestação de serviços. Se organiza a partir de Coletivos de Criação organizativos e temáticos (Agroecologia, Saúde, Tecnologias Sociais, Economia Popular Solidária, Educação e Comunicação Populares, Gestão e Sistematização). Esses Coletivos, a partir da interação e demandas dos Projetos envolvidos, promovem ações com base em excursões pedagógicas, avaliação e planejamento comuns”. Atualmente, conta com uma equipe de 16 (dezesesseis) docentes responsáveis por projetos de extensão de departamentos como Educação, Solos, Geografia, Economia Rural, e Economia Doméstica, sendo este último na pessoa da professora Júnia Marise, atual coordenadora do PACAB. Informações obtidas no sítio oficial do projeto, disponíveis em <<http://www.ufv.br/teia/historico.htm>>, acesso em 08 de dezembro de 2011.

Interessante notar que a ideologia de trabalho do TEIA está intimamente ligada aos métodos de atuação adotados desde a formação da rede, já que o programa tem sua ação lastreada na capacitação das comunidades rurais a partir do saber local, como relatado pela professora Irene Cardoso:

O TEIA é um programa de extensão universitária que agrega, que articula vários projetos de extensão, enquanto programa, ele articula vários projetos de extensão. E os projetos que tenham uma identidade. E que identidade é essa? São projetos que trabalham com a questão ambiental, com os movimentos sociais, com educação de campo, com economia solidária, com tecnologia social, com saúde integral, e que trabalham na perspectiva da construção do conhecimento. Então não são os projetos que têm a visão antiga da extensão, de levar o conhecimento, de levar o saber para as comunidades, a gente entende que todos têm um saber, todos os saberes são importantes e que na interação, no diálogo entre esses saberes a gente constrói um saber mútuo. Então a ideia é essa, então é uma outra proposta de extensão também. (professora Irene Cardoso, 2011)

Outro aspecto importante verificado é que os depoimentos apontam para um gradativo direcionamento do MAB local rumo a uma maior autonomia em relação ao grupo de professores da Universidade. A análise das falas permite concluir que, com o passar do tempo, foi-se criando uma forma de diferenciação entre as estratégias de trabalho do MAB local e aquelas empregadas pelo núcleo da UFV. A distinção entre o emprego das expressões “assessoria técnica” como específica do grupo acadêmico, e “organização” e “mobilização” como próprias do núcleo do MAB aponta neste sentido.

Conforme se percebe no depoimento abaixo, Padre Claret emprega a expressão “o trabalho que **vocês** fazem” referindo-se à análise dos documentos oficiais realizado pelos acadêmicos junto às comunidades, o que indica que ele próprio, enquanto integrante de um movimento social, não se percebia dentro do grupo que prestava aquele tipo de atividade:

Mas no início, basicamente o que era feito era tentar assim, da parte do pessoal da universidade, era tentar, eh, traduzir em miúdo, o [EIA-RIMA, né?]. Aí o pessoal lia, lia, lia, e tal, fazia reunião. É sempre útil, eu achei o trabalho que **vocês fazem**, que no caso é... é muito interessante. Porque aí a pessoa se apropriava daquilo, né, com a sua própria linguagem, tal, e era interessante. E com o objetivo de preparar o pessoal pra audiência (...) E a **gente** entrava, pra tentar organizar o povo, juntar o povo, né? Isso acontecia muito, a **gente** se encarregava das... basicamente de juntar mesmo. (FERNANDES, Antônio Claret.

Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005) (grifei)

A fala do entrevistado aponta claramente para uma diferenciação entre o que era considerado como o trabalho realizado pela Universidade, e o que seria o trabalho do próprio movimento local, ao qual Padre Claret se considera vinculado. Desta maneira, embora os depoimentos indiquem que a comunidade universitária também participasse de eventos públicos e das audiências públicas, é preciso destacar que o papel de mobilização e organização das pessoas sempre aparece mais vinculado ao MAB local⁷³.

Conforme sinalizado no depoimento acima, o seguimento do processo de articulação entre projeto de extensão da UFV, Igreja Católica e lideranças comunitárias, paralela a um processo embrionário de formação de um movimento social de atingidos por barragens dá origem, em 2002, à criação de uma ONG por iniciativa de ex-alunos do projeto de extensão criado pelo professor Franklin. O objetivo era justamente dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido dentro da Universidade. Neste momento, o projeto de extensão é rebatizado como PACAB, Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, e a ONG herda o nome NACAB, Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. O processo de idealização do NACAB pode ser percebido pela fala do professor Franklin, abaixo:

Ahn... (...) 97, 98, surgiu a ideia, né, de uma ONG. Tentar pensar sobre, assim, uma ONG também para institucionalizar esse trabalho (...) a Universidade pode fazer alguma assessoria mas não de forma institucional, movimento popular exige, né, um trabalho mais de perto, no dia-a-dia, e... e... uma ONG tem mais condições do que uma Universidade para fazer... para fazer isso, né? (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Percebe-se no relato acima a preocupação do entrevistado em desvincular o trabalho de assessoria propriamente dita da Universidade, até como uma forma de se propiciar uma atuação mais condizente com a lógica de um movimento social.

Atualmente, o NACAB é uma ONG formalmente registrada, mas que atua com limitações. Basicamente, possui como membros permanentes seu atual presidente, senhor Leonardo Rezende, ex-aluno do professor Franklin, e outras lideranças comunitárias da região, como os senhores Paulo Viana e José Roberto. A ONG conta ainda com a colaboração de voluntários, a maior parte estudantes, sendo grande a rotatividade entre os mesmos, como se vê no depoimento de seu coordenador:

O NACAB hoje, existe... sou eu... existe a entidade, né. Mas assim, quem tá mais à frente, eu, Paulo Viana, Zé Roberto, e tem a contribuição da Aline, mas que em termos sociais no PACAB ela não foi incluída, tem o Daniel, que dá apoio... mas a gente aos trancos e barrancos vai levando a entidade, que, querendo ou não, ela é sujeito ativo na ação civil pública, então a gente tem várias ações civis públicas do NACAB... então a gente mantém a entidade, é, com as mesmas dificuldades de sempre. (senhor Leonardo Resende, 2011)

O senhor Leonardo Rezende, autor do depoimento acima, é ex-orientando do professor Franklin no mestrado em Extensão Rural. O seu envolvimento com a rede se dá em 1997, quando o mesmo ingressa no projeto de extensão, e adota como tema de pesquisa de mestrado a temática das barragens. Seu nome é frequentemente citado pelos atores entrevistados como uma pessoa que se engajou e deu continuidade ao trabalho, vinculando-o, inclusive, à sua área de formação profissional, o Direito.

Inicialmente, NACAB e PACAB confundem-se em várias ocasiões, até mesmo pela identidade de seus integrantes. Quem era participante do PACAB, também participava de NACAB. O que se vislumbra é que, a princípio, as duas organizações consistiam quase que numa entidade única, só que com esferas de atuação diferentes: PACAB vinculado à UFV, enquanto NACAB como organização civil autônoma. Atualmente, o cenário se alterou: até mesmo pela atual administração do projeto de extensão, PACAB e NACAB continuam próximos, contudo, mais individualizados. Hoje, a atuação do NACAB é percebida como a assessoria jurídica nos processos de licenciamento ambiental, prestada essencialmente por seu presidente, na condição de advogado. Esta percepção, já

⁷³ Essa questão será abordada mais profundamente por ocasião do capítulo 3.

identificada no depoimento imediatamente anterior do senhor Leonardo Rezende, é agora reafirmada no depoimento do professor Franklin:

É importante levar em consideração que parte significativa da assessoria realizada pelo projeto de extensão é conduzida em parceria com NACAB (principalmente a assessoria jurídica do Leonardo), MAB, outros parceiros e grupos das comunidades atingidas. (...) As conquistas ou contribuições da ONG NACAB são muitas, principalmente como resultado da assessoria jurídica de Leonardo Rezende, no período de quase quinze anos. (professor Franklin Rothman, 2011)

É possível perceber, pelos depoimentos, que outras organizações além do MAB regional, PACAB, NACAB e TEIA são percebidas na região como importantes para o trabalho junto às comunidades atingidas pelas barragens. Uma delas é a CPT-MG, sendo frequentemente mencionadas as pessoas da senhora Sônia Loschi e senhor João, além de Ricardo Ribeiro, que foi o agente que facilitou a inserção do professor Franklin neste universo na Zona da Mata, conforme demonstra o depoimento seguinte:

Fora da UFV, a contribuição da CPT-MG tem sido significativa, começando com Ricardo Ferreira Ribeiro, em 1995 e, a partir de 1997, o trabalho de Sônia Loschi e seu parceiro de trabalho, João, da CPT-Campos das Vertentes. É importante frisar que, desde esse início, Sônia e João têm desenvolvido seu trabalho de base na organização e mobilização dos atingidos, frequentemente junto com Padre Claret, praticamente como militantes do MAB. (professor Franklin, 2011)

Importante destacar que o Ministério Público⁷⁴, na qualidade de órgão oficial representativo do Estado, não foi reconhecido como detentor de papel expressivo na composição da rede social ora estudada. Pelo contrário: no geral, os

⁷⁴ A atuação ministerial foi investigada na presente pesquisa por considerarmos que o Ministério Público detém condição de autonomia dentro do processo judicial, sendo o órgão representativo do Estado incumbido de zelar, administrativa ou judicialmente, dentre outros interesses, pela defesa do meio ambiente e da sociedade. Desta forma, o Ministério Público é o ente público legalmente autorizado a se posicionar, ou seja, “tomar partido” dentro de uma relação jurídico-processual, o que é estritamente vedado aos membros do Poder Judiciário (juízes), que devem ser imparciais. Desta forma, a participação do Ministério Público na rede é essencial, já que este órgão tem ampla possibilidade legal de atuação nesta esfera, quer no campo administrativo, quer no campo judicial, onde existe tanto a possibilidade de ingressar em juízo, como autor de ações, caso tenha conhecimento de situações de degradação ambiental ou de violação dos direitos de comunidades atingidas por barragens, quanto o de atuar e opinar, como *custos legis*, ou fiscal da lei, nos processos que não sejam de sua autoria.

depoimentos apontam para a percepção de ausência ou insuficiência na atuação do órgão, como se pode perceber pelo relato de Padre Claret:

Mais distante. Algumas vezes... Promotor aqui de Ponte Nova, agora não estou lembrando o nome dele, mas muito assim, receptivo, mas fundamentalmente não avançava na defesa. Eu lembro que uma vez, numa resistência lá em Ponte Nova, esse promotor fez uma investigação, veio pra cima de lá, do empreendedor, com a Candonga também tentou intermediar, mas isso também não... apesar da boa vontade, a questão era tratada mais como uma questão técnica, uma questão de quantia, de valores, e não tratada como uma questão social. Não porque ele não percebesse, mas porque não era um entendimento bom. O “desenvolvimento”, entre aspas, precisa acontecer, e automaticamente essas coisas vão acontecer, e então o que nós temos que fazer é ajeitar. E ajeitar do jeito deles. Eu lembro que houve, nós acompanhamos em Porto da Pedra, foi feito um TAC [Termo de Ajustamento de Conduta], mas lá em Irapé foi feito um TAC, e aí, num dia, ficou decidido que não se enchia a barragem enquanto não se resolvessem tais, tais e tais coisas: e no outro dia, encheram. E ninguém mais teve vontade de parar. Isso mostra a fragilidade da própria estrutura do jurídico. (Padre Claret, 2011)

Interessante notar na fala acima que o “ajeitar” a que se refere padre Claret indica uma forte percepção da figura do Promotor de Justiça como uma autoridade que não tem interesse em se opor ao desenvolvimento – um desenvolvimento que é expressamente questionado pelo depoente, com se percebe pela sua preocupação em utilizar o termo entre aspas. Para esta avaliação, Padre Claret se vale de suas experiências anteriores com a instituição, como os citados casos de Irapé e Candonga. Situação contrária se dá com os integrantes do PACAB entrevistados, já que estes, por falta de vivência desta situação, não se sentiram em condições de avaliar a participação do Ministério Público. A exceção é o professor Jorge Dergam⁷⁵, conforme se pode observar no relato abaixo:

Vejo no Ministério Público, como poder do Estado, um interesse autêntico com relação à necessidade de proteção das populações e do ambiente. Tenho um relacionamento muito estreito com eles, atualmente faremos convênios para trabalhar em conjunto, mas eu vejo também que o nosso guarda-chuva legal, que seriam realmente leis federais que relacionassem os dados científicos com questões judiciais, e que tivessem realmente interesse em relação a ações, não ocorrem. Então isso também deixa uma condição extremamente frágil para o próprio Ministério Público. (professor Jorge Dergam, 2011)

⁷⁵ Jorge Abdala Dergam dos Santos é professor associado na Universidade Federal de Viçosa, departamento de Biologia. Sua participação na presente pesquisa se dá em virtude de sua atuação como membro do grupo inicial do PACAB/NACAB, além de sua experiência como representante da UFV no Conselho de Política Ambiental da Zona da Mata, COPAM.

O depoimento transcrito indica que o entrevistado, apesar de reconhecer como pouco significativa a participação do Ministério Público, atribui a lacuna muito mais à fragilidade do sistema legal brasileiro do que a deficiências internas do próprio órgão. Ou seja: para o professor Jorge Dergam, o Ministério Público tem seu campo de ação reduzido por ausência de leis que possibilitem uma intervenção mais eficaz, postura diversa daquela trazida pelo representante do MAB local.

Contudo, as demais falas acompanham a percepção trazida por Padre Claret, indicando uma flagrante parcela de descrédito em relação à instituição do Ministério Público, como se observa nos relatos seguintes:

Completamente ausente, e completamente ao lado do empreendedor.
(senhor Zé Roberto, 2011)

Olha, na verdade a Justiça... nada, nunca funcionou. Porque toda vida é assim: a gente chegava lá, munido de direito, mas o empreendedor é que saía com o direito. Nós não *tinha* direito de nada. O nosso direito a gente fazia papel de palhaço, de ir lá, atender a Justiça, e voltar do mesmo jeito, sem disposição da nossa situação. (senhor Zé Antônio, 2011)

Como se percebe nas falas acima transcritas, o Ministério Público, e, num sentido mais amplo, o Judiciário em geral, é tido como uma instituição parcial e omissa na defesa dos interesses das comunidades atingidas pelas barragens. A partir de suas respectivas experiências como lideranças comunitárias, tanto o senhor Zé Antônio⁷⁶ como o senhor Zé Roberto percebem a instituição como curadora dos interesses dos empreendedores, a despeito de eventuais direitos das comunidades afetadas.

Contudo, a formação acadêmica do senhor Leonardo Rezende, advogado especializado em licenciamento ambiental de barragens, lhe permite uma análise técnica da atuação da entidade. Segundo o entrevistado, sua experiência profissional aponta a pouca expressividade da participação do Ministério Público na rede social

⁷⁶ O senhor José Antônio dos Santos, mais conhecido por Zé Antônio, é morador da antiga comunidade de Soberbo (hoje Nova Soberbo), município de Santa Cruz do Escalvado, que foi alagada para a construção da UHE Candonga. A sua participação na presente pesquisa se deve ao seu expressivo papel como líder comunitário no processo de questionamento da construção da barragem, e sua efetiva participação e acompanhamento de diversos outros casos na região.

ora estudada. Percebe-se na fala do ator uma evidente decepção com o órgão que, na sua percepção, teria não apenas o dever, mas a autoridade necessária para zelar pelos direitos daqueles que são atingidos por empreendimentos ambientalmente impactantes:

Primeiro que eu vejo que é difícil ter um promotor com compromissos sociais. Tem mais com o contracheque que com o social. (...) A promotoria é o seguinte: é um rei que não tem coroa, que fica no castelo dele, entendeu? Então, assim, o povinho... não falo todos não. Tem uma turma gente boa. Mas é um povinho... é... sabe, não tá preparado para discutir. Por exemplo, Brito. Nós fizemos um trabalho apertando via prefeitura, promotor lá faz um TAC que acabou com tudo o que nós fizemos! Permitindo a continuidade do licenciamento, e que se façam as coisas continuando o licenciamento. Resultado: eles continuaram, ganharam a LI, e aí? Cadê o estudo que foi feito? Não foi feito nada. Atrapalhou tudo o que nós fizemos com Brito. Não sei o que que é... sabe? Então... eu acho agora o seguinte: que não sei, né? Eu vejo assim, muita falta de compromisso. Então, Candonga, com esse problema todo, nós suspendemos o processo lá da reativação econômica. E ficamos de conversar lá no gabinete de Dr. Sérgio. Fomos lá. É lógico que Candonga não ia baixar a cabeça fácil, não. Mas em vez de usar a autoridade, não usa. Eu fico indignado com isso, porque tem autoridade. Promotor tem autoridade. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Os casos de Candonga e Brito⁷⁷, mencionados na fala do entrevistado, são exemplos trazidos para demonstrar a ineficiência da atuação da instituição nos diversos casos em que o senhor Leonardo Rezende, na condição de coordenador do NACAB, teve a oportunidade de atuar como advogado de comunidades afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos. No entanto, a despeito das experiências desfavoráveis vivenciadas, é importante destacar que o ator traz a percepção de uma mudança na tendência da atuação ministerial, principalmente devido a diretrizes internas provenientes das instâncias superiores do Ministério Público:

Mas recentemente tem mudado, sabe? Tem surgido o Badini⁷⁸, preocupado com essa situação, e coordenador do CAO, organizou um setor de licenciamento, sabe? Então assim, recentemente eu vejo bons

⁷⁷ A UHE Candonga, hoje UHE Risoleta Neves, é um empreendimento de responsabilidade da CEMIG, construída no rio Doce, município de Santa Cruz do Escalvado. Já a PCH Brito é um empreendimento atualmente em fase de Licença de Instalação, de responsabilidade da empresa Novellis, projetada para ser construída no rio Piranga, município de Ponte Nova.

⁷⁸ Administrativamente, o Ministério Público estadual possui divisões internas correspondentes às várias Curadorias de responsabilidade do órgão. Dentre estas divisões encontra-se o CAOMA – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo, cujo atual Coordenador é o Promotor de Justiça Luciano Badini.

fluidos (...) mas eu vejo o seguinte: o promotor é uma autoridade muito importante. Se ele usar o poder dele pra acabar com as irregularidades do licenciamento, nossa mãe! Por isso assim, que eu admiro muito o Badini ter organizado esse processo de licenciamento, visualizou isso também, não só energia elétrica, mas mineração, tudo – mas as experiências que eu vivi tudo o que a gente fez, foi sem promotor. Aliás, atrapalhou. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Esta nova perspectiva que é apontada pelo depoente é por ele exemplificada no relato imediatamente seguinte:

Não são todos, também não. E os promotores da Comarca é que trabalham, não tem muito... Candonga eu penei. Penei. Porque eles iam lá como baderneiros – na minha visão – o pessoal quer indenização, quer dinheiro... eu vi inclusive uma ação civil pública e que a gente queria anular a licença, a promotoria deu parecer contrário às contra-razões de apelação! O Procurador em segunda instância – nossa senhora, ficou horrorizado com a manifestação da promotoria! Eu tenho o parecer. Ele escreve lá assim: “*muito me admira a promotoria ter uma manifestação dessa, sendo responsável como custos legis*”. Dessa forma. Eu tenho o parecer. E o procurador, em segunda instância, foi fundamental. Foi fundamental. Então, quando eu cheguei para fazer a sustentação oral, eu nem tinha procurado o parecer da procuradoria, porque sinceramente, eu... sabe? Não tinha muita esperança. Mas aí, eu peguei os autos lá, esperando a sustentação oral, quando eu vi aquela beleza de parecer – eu joguei o que eu tinha preparado fora e só falei do parecer do Procurador, Procurador, Procurador... deu nisso (senhor Leonardo Rezende, 2011)

De se notar na fala do ator a importância atribuída ao posicionamento da Promotoria de segunda instância, ou seja, o reconhecimento da atribuição do Ministério Público como *custos legis*, ou seja, *fiscal da lei*. Neste sentido, a defesa dos interesses das populações locais passaria não apenas pela manifestação pelo indeferimento do empreendimento (quando este não atender ao que determina a lei), mas também na garantia de recebimento, pelos atingidos, de reassentamentos e indenizações justas, nas hipóteses em que se conclua pela viabilidade, *legal* e *ambiental*, da construção da represa.

Interessante ainda notar que, na medida em que a fala dos demais entrevistados permite vislumbrar uma análise da atuação do Ministério Público a partir das experiências com as promotorias locais, a vivência profissional do senhor Leonardo Rezende permite estabelecer uma comparação entre Ministério Público local e as instâncias superiores da instituição. Nos parece assim que eventual fortalecimento da participação do Ministério Público dentro da rede ora estudada

passaria necessariamente por um novo direcionamento das Promotorias locais a partir das recentes orientações apontadas pelas instâncias superiores da instituição.

Embora pouco recorrente na fala dos entrevistados, é preciso destacar que também é mencionado nos depoimentos o CEAS⁷⁹, Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Minas Gerais. A menção ao Conselho se deu por ocasião da referência ao processo de mediação realizado no caso Candonga⁸⁰, conforme relata o senhor Zé Antônio:

No geral, a assessoria do MAB, a assessoria do CEAS, e a força com o prefeito, e nossa posição, de atitude, que nós nunca abrimos mão disso aí. Porque poderia ter todas essas forças também, mas se a gente tivesse enfraquecido, entendeu, a gente não receberia nada, porque as forças, quem tem direito, quem tem o direito somos nós. Mas nós unimos a nossa força com a força daqueles que nos apoiaram. Então nós chegamos a um final feliz. (senhor Zé Antônio, 2011).

Como se observa na fala do entrevistado, o mesmo arrola o CEAS juntamente com outras pessoas e instituições que se mostraram importantes na condução do processo de mediação em Candonga. Porém, é preciso ressaltar que, ao que se depreende dos relatos, a intervenção do CEAS na região se deu muito recentemente, motivo pelo qual não nos parece haver, por hora, elementos concretos o suficiente para concluir acerca sua relevância dentro da rede social estudada. Porém, acreditamos que em decorrência deste processo de mediação, possivelmente

⁷⁹ O CEAS, ou Conselho Estadual de Assistência Social, é uma instância do governo de Minas criado por meio da Lei 12.262, de 23 de julho de 1996, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Possui caráter deliberativo e participativo de assistência social. O órgão conta com composição paritária de vinte membros, sendo 10 (dez) representantes de órgãos governamentais e 10 (dez) representantes de entidades não-governamentais. Nos últimos tempos, o CEAS tem atuado na mediação de situações de conflito social tais como as decorrentes da implantação de hidrelétricas, valendo destacar a sua recente intervenção na mediação de Candonga. Informações disponíveis em “<http://www.conselhos.mg.gov.br/ceas/pagina/home>”, acesso em 11 de dezembro de 2011.

⁸⁰ Recentemente, foi estabelecido na comunidade atingida pela UHE Candonga, hoje UHE Risoleta Neves, um processo de mediação, com intervenção do CEAS. No dia 16 de março de 2011, o Conselho cancelou a aprovação do PAS (Plano de Assistência Social) apresentado pela empresa. A medida se reveste de importância porque a aprovação do PAS pelo Conselho é requisito obrigatório para a concessão da Licença de Operação (LO), conforme determina a Lei Estadual 12. 812/98 (MG). Tal ocorreu porque o CEAS apurou e acolheu denúncia formulada pelos atingidos de que a empresa não havia cumprido com duas condicionantes determinadas na Res. CEAS 39/2003, quais sejam: a implantação do programa de Reativação Econômica, e a “concessão de terreno, em área produtiva, de 200 m² para cada família titular de um imóvel na área urbanizada de Nova Soberbo, próximo às residências, cercado, com água disponível, com fornecimento de suporte técnico para produção, bem como de insumos e implementos agrícolas, de modo a recompor os pomares e hortas inundados”, nos prazos respectivos de 30 e 180 dias. Além disso, foram descumpridas outras duas questões: a reforma das casas em Nova Soberbo, que foram construídas com as cozinhas viradas para a rua, e a legalização dos registros dos imóveis feitos no distrito de Nova Soberbo.

o Conselho venha a fortalecer sua presença e ganhar evidência dentro da rede social na Zona da Mata, o que inclusive poderá ser analisado em estudos posteriores.

Outro fato que se destaca pela análise dos depoimentos coletados é que, além de ser seu principal idealizador, a figura do professor Franklin foi fundamental para a articulação dos organismos coletivos integrantes da rede. Isto porque em praticamente todos os casos, as pessoas que iam gradativamente se envolvendo com o trabalho de assessoria a comunidades atingidas por barragens na Zona da Mata mineira o faziam, de um modo ou outro, devido à sua ligação com o referido professor.

Esta relação é bem visível, por exemplo, entre PACAB e NACAB, ambos núcleos acadêmicos que contavam com a participação do professor Franklin. O próprio núcleo local do MAB se constitui na região a partir do conhecimento articulado entre padre Claret e professor Franklin. Esta dinâmica resta evidenciada na fala do senhor Leonardo Rezende, conforme se pode perceber abaixo:

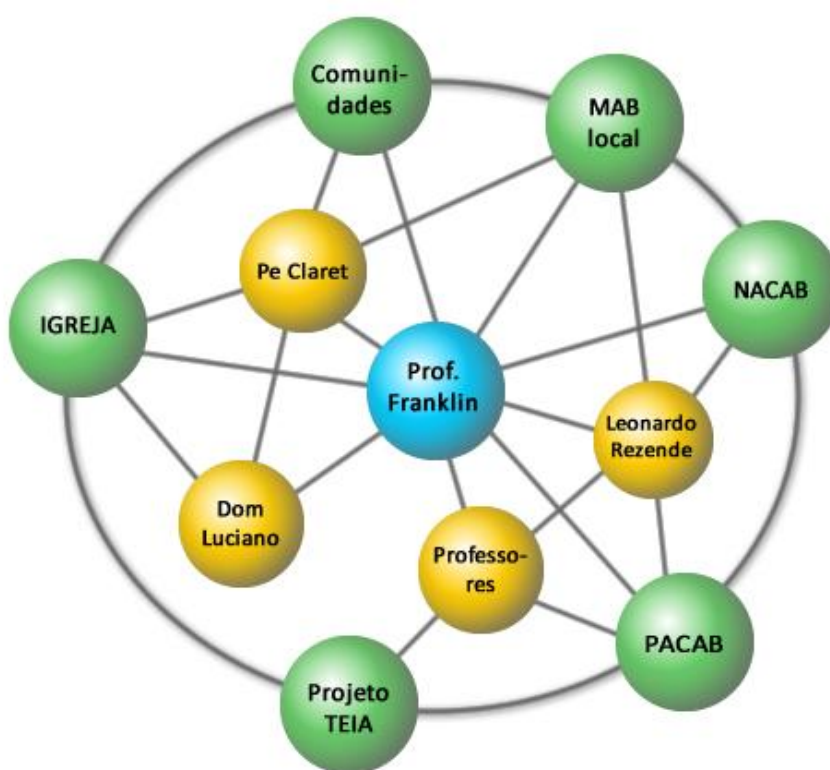
Mas eu vejo que o projeto de extensão foi o grande responsável, o MAB, ele custou a se formar aqui, porque precisava de movimentação de base, o MAB só veio a criar assim um vínculo forte com a entrada do Claret, ele criou um movimento mais de base, mas começou a articulação em cada comunidade. Tinha o MAB porque que tinha as comunidades ocupadas com os projetos. E o NACAB já é um fruto mais de 2003, que quando esses estudantes, que trabalhavam em 96, 97 se formaram, perceberam a oportunidade de trabalho na ONG de prestar serviço às comunidades. E aí surge o NACAB como uma forma de... uma entidade para, para poder fazer projetos, apoiar...(senhor Leonardo Rezende, 2011)

A fala do entrevistado evidencia um elo comum entre os coletivos que iam gradativamente se estabelecendo na região. A partir da articulação que é relatada pelo senhor Leonardo Rezende, é possível observar que nosso objeto de estudo na presente pesquisa consiste especificamente em uma rede social construída na Zona da Mata mineira, formada pela articulação entre coletivos que tinham como objetivo comum, primordialmente, a defesa dos direitos e interesses das comunidades atingidas por barragens⁸¹.

⁸¹ Ressaltamos que muito embora a rede tenha se organizado originalmente em prol da assessoria a atingidos por *barragens*, esta perspectiva tem sido atualmente ampliada para além desta temática específica, alcançando também outras situações ambientalmente impactantes. Esta tendência será abordada por ocasião do capítulo 4.

Um importante fator a ser observado é que o elo comum entre os coletivos formadores da rede social, ou seja, a procura pela legitimação de direitos de comunidades rurais impactadas por empreendimentos hidrelétricos, passava necessariamente pela figura do professor Franklin e se estendia dentre outras pessoas-chave identificadas dentro da rede social. Este elo mútuo foi o que facilitou o diálogo e a atuação conjunta entre os coletivos da rede social em formação, propiciando a sua articulação em rede, conforme procura esquematizar a Figura 6:

Figura 6. Articulação da rede social estudada a partir da figura do professor Franklin.

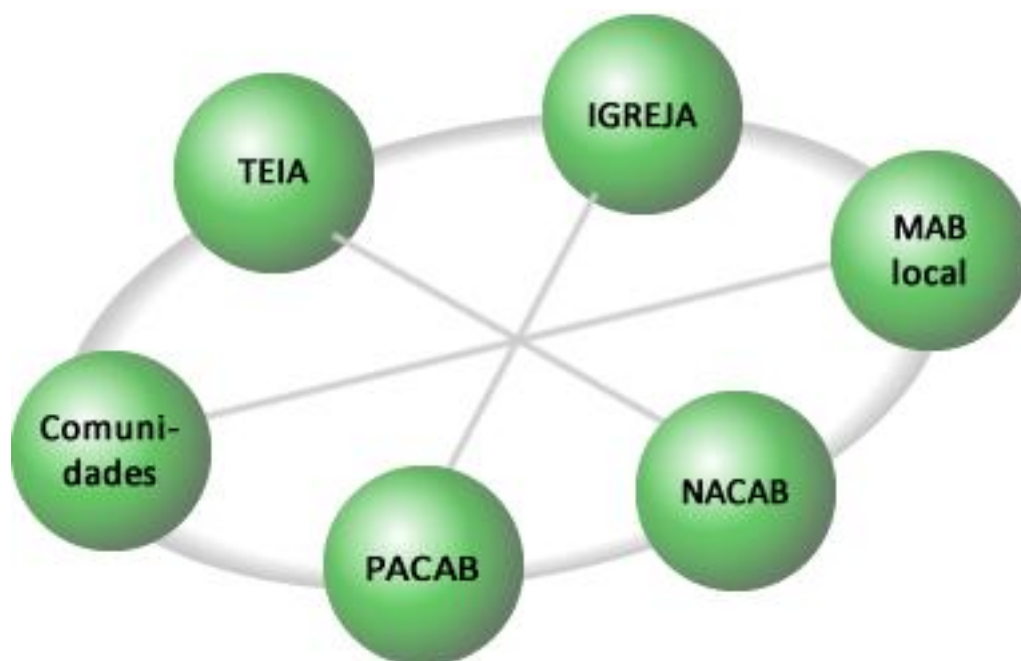


Fonte: Elaborada pela autora

Desta maneira, trata-se na verdade de uma rede social formada por nós coletivos (associativismos locais), consistindo a mesma na estrutura que é denominada por Sherer-Warren (2006) como *coletivos em rede*. É possível perceber que a rede é composta por diferentes categorias de coletivos, qual sejam: academia (PACAB e TEIA); sociedade civil organizada (NACAB); Igreja Católica;

Movimento Social (MAB local), além das próprias comunidades, conforme representado na Figura 7:

Figura 7. Coletivos em rede na Zona da Mata, Minas Gerais



Fonte: Elaborada pela autora

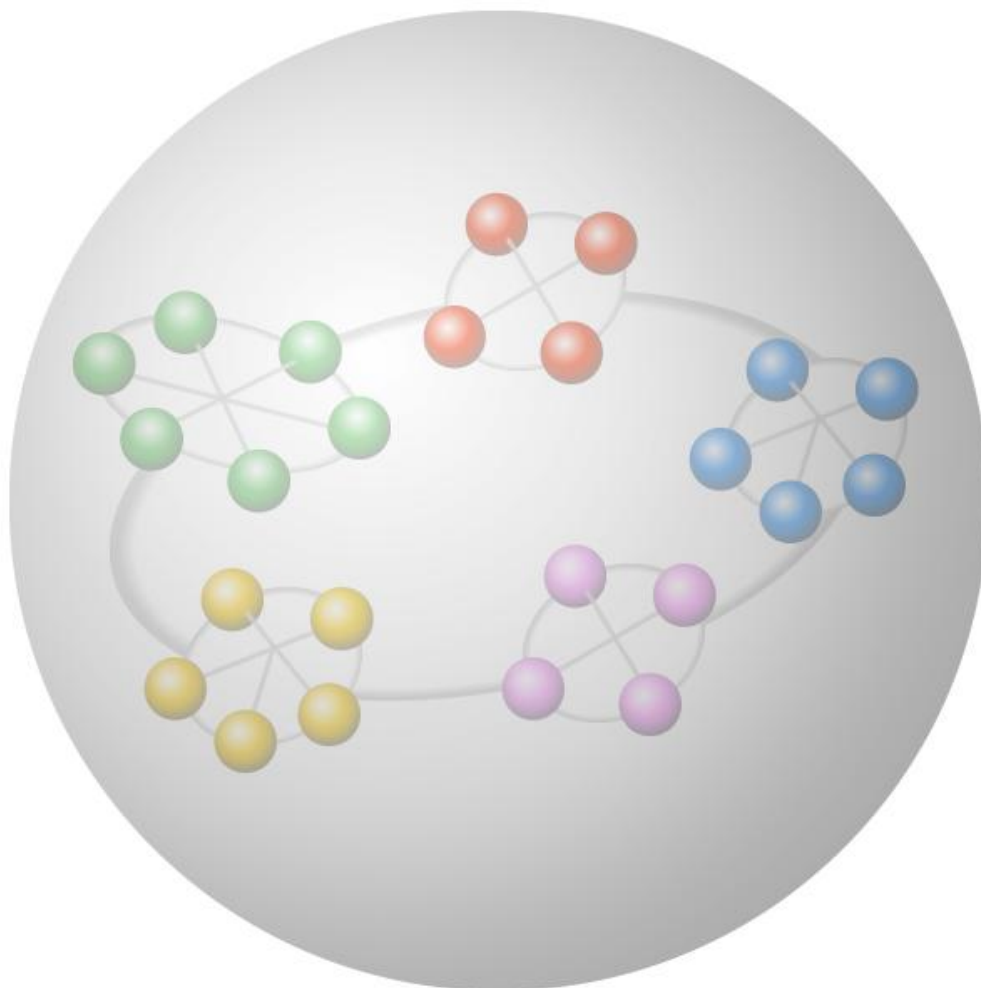
Percebe-se, desta forma, que os próprios “nós” que compõem a rede analisada nesta pesquisa (PACAB, MAB local, comunidades, etc) consistem em nós coletivos, ou seja, estes nós, por sua vez, também são redes. Ou seja, estes coletivos ou, no dizer de Sherer-Warren (2006) *associativismos locais*, ao se articularem, consistem em *coletivos em rede*, que são formadores de *redes de redes*. Em outras palavras, trabalhamos aqui com uma rede social de coletivos em rede, ou seja, uma *rede que é formada por outras redes*. E num segundo momento, esta nossa rede é também o “nó” de outra rede ainda mais complexa, ou seja, a rede de movimento social formada no Brasil pelo MAB nacional.

Isto porque, quando observarmos a rede social⁸² presente na Zona da Mata mineira a partir de uma perspectiva mais ampla, é possível perceber que ela, ao

⁸² Esclarecemos que no presente trabalho, sempre que nos referirmos ao nosso objeto de estudo, empregaremos a expressão *rede social*. Embora já tenha sido apontado que, numa perspectiva mais ampla, esta rede é também o nó ou elo de uma rede de movimento social, numa perspectiva local, ela continua a ser uma rede social.

mesmo tempo em que consiste numa rede em si própria, é também o nó de outra rede ainda mais complexa, ou seja, a rede de movimento social formadora do MAB nacional⁸³, conforme ilustra a Figura 8:

Figura 8. Rede de movimento social do MAB Nacional, mostrando como um dos nós que a compõem a rede social presente na Zona da Mata mineira.



Fonte: Elaborada pela autora

Assim, nota-se que em aproximadamente 16 anos, a atuação conjunta entre diferentes coletivos locais contribuiu para a construção de uma rede social na região da Zona da Mata mineira, organizada em função da defesa dos interesses de populações afetadas por barragens. Pelos depoimentos, percebe-se um universo

⁸³ Importante ressaltar que a rede social objeto da presente pesquisa tem como um de seus nós coletivos o núcleo local do MAB Zona da Mata, que não se confunde com o Movimento de Atingidos por Barragens em nível nacional.

significativo de empreendimentos trabalhados pela rede, ora com atuação isolada de um ou outro coletivo, ora com atuação simultânea⁸⁴.

Delineiam-se, desta maneira, os contornos de uma rede social que se constrói a partir do projeto de extensão, PACAB, pelo coletivo local do MAB, pela ONG NACAB, além da atuação das próprias lideranças comunitárias em cada localidade. A rede é também integrada por órgãos como a Igreja Católica/CPT, e o projeto TEIA, da UFV.

No processo de construção de autonomia dos coletivos da rede social, merece ser frisada a situação do MAB local, que foi o que mais se destacou do grupo original. Isto se deu basicamente pela perspectiva de forma de atuação dos coletivos. A partir de 2000, com a atuação cada vez mais presente da CPT e de integrantes do MAB nacional na região da Zona da Mata, o MAB local ganha contornos distintos, que permitem diferenciá-lo dos grupos acadêmicos. Nota-se claramente esta distinção pelo emprego freqüente nas falas da expressão “assessoria técnica” como própria da comunidade acadêmica, em contraposição às expressões “mobilização” e “organização” como próprias do MAB local.

É possível perceber que, embora esta transição aponte para o surgimento de um movimento social propriamente dito na região, o processo gerou certa tensão no interior da rede, situação que é abordada no capítulo 3.

⁸⁴ No decorrer das entrevistas, constantemente os atores mencionavam suas experiências em processos de implantação de diversos empreendimentos hidrelétricos na região. Questionados a especificarem mais detalhadamente em quais empreendimentos haviam participado, surge um universo de situações que, na maioria das vezes, demandaram a atuação conjunta de mais de um coletivo. Trazemos assim, a título de exemplificação, alguns dos empreendimentos citados: PCH Cachoeira Grande; UHE Irapé; UHE Caldeirões; UHE Aimorés; UHE Cachoeira Escura; UHE Baú; PCH Pontal; UHE Jurumirim; PCH Bráunas – Laranjal; PCH Canta Galo; PCH Nova Brito; UHE Bom Retiro; PCH Fumaça; PCH Furquim; PCH Brito; PCH Emboque; PCH Granada; PCH Cachoeira da Providência; UHE Pilar.

CAPÍTULO 3

O SER, O DIZER E O AGIR: AS TRAMAS DA REDE

*Então, a que custo que é esse desenvolvimento? A
custo do meio ambiente, a custo das comunidades?*
Professora Irene Cardoso

Neste capítulo, são apresentadas as percepções dos indivíduos que compõem a rede de apoio a atingidos na Zona da Mata mineira, assim como exposto o discurso que interliga os coletivos da rede em prol da defesa dos direitos dos atingidos por barragens.

De início, é preciso ressaltar que os depoimentos apontam para o reconhecimento de uma relação desigual de forças entre aqueles que pretendem construir a barragem, e aqueles que serão diretamente afetados por ela. Essa assimetria é o que justifica, do ponto de vista dos atores da rede, a sua participação ao lado dos atingidos, como forma de equilibrar a relação.

Mas reconhecida a situação que justifica a existência da própria rede social, é preciso responder algumas questões: como se percebem os sujeitos que compõem os coletivos desta rede? Qual é o discurso que os liga em torno de um objetivo comum? E por meio de quais ações se materializa este discurso?

3.1. Os diferentes “eu’s” dentro da rede social: a respeito dos “nós”

Assessor, mediador, ponte, ajudador, militante. Muitos são os termos empregados pelos entrevistados para se definir enquanto membros da rede social que procura prestar auxílio às pessoas que afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos. Neste sentido, é importante também investigar as razões que levaram ao envolvimento destes atores com a discussão a respeito das conseqüências das barragens. Desta maneira, tais questões nos convidam a problematizá-las dentro do contexto social a partir do qual os depoentes projetam a sua fala.

A figura do *assessor* é mais presente nos coletivos acadêmicos, conforme se pode perceber no depoimento do senhor Leonardo Rezende:

Eu me enxergo como uma pessoa que se especializou na área, né, nessa área de licenciamento, de hidrelétricas, estudou para isso, se preparou, e tem assim, é... conseguido exercer, **prestar uma assessoria eficiente**, né (...) *Você usaria a palavra assessor para se qualificar?* Assessor. Assessor. Eu sempre respeito a vontade da comunidade. (senhor Leonardo Rezende, 2011) (grifei)

O relato acima reflete, no geral, a percepção do grupo acadêmico a respeito de sua identificação dentro da rede social. Nota-se que as comunidades afetadas pelas barragens são tidas como as destinatárias do trabalho de capacitação realizado pelos agentes externos, possivelmente a razão pela qual a condição de *assessor* é muito forte dentro destes coletivos, um posicionamento que é reforçado na fala do professor Franklin:

A luta, o processo de resistência à barragem é um processo participativo e educativo que fortalece a comunidade, em particular, seu poder de barganha, de negociação com o empreendedor. (Professor Franklin Rothman, 2011)

É possível observar nos depoimentos acima a presença de uma relação entre os integrantes da rede social e, no dizer de Sherer-Warren (2006), sua “população-alvo”. A relação evidenciada nos depoimentos reflete a dinâmica já apontada por essa autora, a respeito do direcionamento das redes de movimento social para a defesa de grupos sociais mais vulneráveis, tendência que resta muito

forte, por exemplo, na fala do professor Franklin, ao destacar o caráter educativo e fortalecedor dos processos de contestação de barragens.

Ao também se perceber como assessor dentro da rede social, o professor Franklin apresenta um papel singular dentro da rede. Como se percebe pela fala do entrevistado, num primeiro momento, este faz referência à sua pessoa como principal referência na *assessoria* dentro da UFV:

Enquanto iniciador principal do projeto de extensão, em 1995, 96, eu continuei até minha aposentadoria e despedida da UFV, em 2010, como referência principal, na UFV, da assessoria às comunidades atingidas por barragens. Evidentemente, o papel da assessoria do NACAB e PACAB é primordialmente técnica. Por outro lado, creio que o fator do compromisso moral, que senti desde 1995 foi muito importante e teve ressonância desde esse período, no engajamento em nosso trabalho e com outros projetos de transformação social (...) e as iniciativas e os esforços para que a extensão universitária fosse transformada à serviço dos grupos e categorias sociais mais vulneráveis. (Professor Franklin Rothman, 2011)

Porém, o entrevistado segue seu depoimento reforçando a sua preocupação de que a extensão universitária, atividade profissional à qual estava diretamente relacionado o seu trabalho de assessoria, fosse colocada a serviço de segmentos sociais desfavorecidos. Em razão deste forte compromisso social demonstrado pelo professor Franklin, é possível observar uma nítida correspondência entre a sua declarada condição de assessor e a militância que seria própria de um movimento social. Contudo, não nos parece haver excludência entre estas duas condições (assessor e militante), já que a posição evidenciada pelo professor Franklin nos parece representar o novo tipo de ativismo ao qual se referiu Sherer-Warren, ou seja, a militância reescrita, baseada nos valores da democracia, solidariedade e cooperação (Sherer-Warren, 2006, p. 120-121).

O compromisso social que ao qual o professor Franklin se refere em sua fala parece ter raízes bem anteriores à iniciativa de criação do projeto de extensão. Segundo relata o entrevistado,

Meus pais passaram pela depressão, né, e foram... né? Influenciados, quebrados pela depressão. Meu pai... demorou muitos anos pra ele ter um emprego fixo. E ele teve a militância... eh... da esquerda, do partido... comunista, né? (...) Eh, mas era militante, assim, né, assim, né, um... um cabo, né, ahn... militante, assim, eh... na década de 30. Ahn... depois evidentemente foi muito... teve desilusão, e... quer dizer, ele viveu

muitos anos também, né, mais no idealismo e na... no discurso, quer dizer, sem uma renda, foi difícil, né? Depois... quando era menino, e tal, aí ele não falava do passado dele, a não ser que eu perguntava a... alguma coisa... para ele, né? Ahn... Mas eu, creio que tenha... Ele sempre foi atento às questões políticas internacionais, nacionais... Eh, essa socialização, né, essa... esse interesse pela... coisa, coisa pública, né, eu devo muito, muito a ele. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Como se observa no relato do entrevistado, a vivência no ambiente familiar, e principalmente a influência exercida pela figura do pai, ele próprio militante, foram determinantes para despertar o seu interesse pelas causas sociais, e posteriormente, para o seu engajamento na rede ora estudada. Importante mencionar que os demais entrevistados também apontam experiências pessoais como principais motivadores para seu envolvimento com a rede social, como se pode observar, por exemplo, nos depoimentos prestados por Padre Claret e pela professora Irene Cardoso:

A dúvida, eh... não era em relação a ser essa... essa questão de estar trabalhando, com o povo... Isso eu sempre gostei muito. (...) O pároco, ali, como que, cuidando do povo, do rebanho, né? Essa ideia, né? Isso não me entrava muito na cabeça, eu achava que, eh, devia ser um sacerdócio diferente, e eu não via muito espaço pra isso.(...) Eh... eu acho que atribuo... Eu acho que tem tudo a ver com... com o... o local onde eu nasci, né, o, o tipo de formação. (...) Eu acho que tem a ver com essa... com essa, com essa história toda, né? E sempre a preocupação que eu, que eu tive com o meio rural. Por ter ali... vivido aquela realidade, né? Eu lembro que... uma coisa que parece até engraçada. Eu... hoje que eu tô lembrando disso. Eh... nós compramos uma vez uma... uma blusa, era uma blusa grená, né? E eu trabalhei, quer ver, há uns... pelo menos mais de dez dias, cortando cana pra um fazendeiro pra eu poder comprar essa blusa. Então assim... é coisa muito... muito presente, né? (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Eu me considero uma pessoa que... eu acho que eu compreendo um pouco o problema, porque também sou filha de agricultor familiar, sou da região de Rio Doce, não sei se você conhece, mas é muito parecida com a região da Zona da Mata, então tenho uma identidade cultural, e tenho um compromisso, social e político, com essas comunidades, e quero deixar o meu conhecimento técnico a serviço delas. (professora Irene Cardoso, 2011)

O episódio da blusa grená (adquirida depois de dez dias de trabalho no corte de cana) que é relatado por Padre Claret deixa evidente o fato de que o

entrevistado, por ser nascido e criado no meio rural, teria a condição de conhecer, por experiência própria, as dificuldades que são vivenciadas por quem tem no campo o seu meio de sobrevivência. Importante notar que o evento foi tão marcante para o depoente que o mesmo é capaz de se lembrar até da cor da blusa – como destaca o entrevistado, *uma blusa grená, né?* Por sua vez, a professora Irene Cardoso ressalta a sua condição de filha de produtor rural, ou seja, de alguém de dentro do ambiente campestre, e que igualmente tem conhecimento próprio das questões que perpassam o meio rural. Nos dois casos, os entrevistados, a partir de suas experiências particulares, se colocam no lugar no “outro”. O “outro” que é também um semelhante, já que próximo em relação às trajetórias dos entrevistados.

Desta maneira, os depoimentos indicam que, modo geral, as motivações trazidas pelos atores para o seu envolvimento com a rede social de apoio a atingidos por barragens encontram-se diretamente vinculadas a questões pessoais, de foro íntimo, que os levaram a desenvolver um forte sentimento de compromisso social, como resta evidenciado na fala do senhor Leonardo Rezende:

E aí... foi começando, porque realmente não tinha ninguém do Direito para dar um apoio, tudo a ver com Direito, né, licenciamento... então, foi né... e eu também tinha essa pré-disposição, de trabalhar com pessoas mais simples, mais pobres, sempre tive esse compromisso, e... juntou a fome com a vontade de comer! (...) E eu não vou por questão de valores, de nada não, eu vou por questão de ideal mesmo. Sou contra barragem no rio mesmo, entendeu? Sou contra passar por cima dos outros mesmo, entendeu? (senhor Leonardo Rezende, 2011).

Como se observa na fala do entrevistado, duas motivações são trazidas para explicar seu envolvimento com a rede social: uma relativa às implicações trazidas para os rios com o barramento de suas águas (*“sou contra barragem no rio mesmo, entendeu?”*), e outra com relação às pessoas que são afetadas pela construção das represas (*“sou contra passar por cima dos outros mesmo, entendeu?”*). De se notar que esta última perspectiva, acerca do respeito devido ao que é *direito do outro* é muito marcante na sua fala, o que nos parece ser decisivo, inclusive, para que o mesmo viesse a conciliar a sua atividade profissional, como advogado, à sua atuação na rede social.

Outro fator significativo a ser destacado é que é que, embora o termo “assessor” possua mais aceitação dentre a comunidade acadêmica, alguns destes

atores utilizam a expressão com ressalva, ou preferem substituí-la por outros termos. É o caso, por exemplo, da professora Irene Cardoso, que se entende não como assessora, mas sim como *companheira*:

Eu me considero uma pessoa que... eu acho que eu compreendo um pouco o problema, porque também sou filha de agricultor familiar, sou da região de Rio Doce, não sei se você conhece, mas é muito parecida com a região da Zona da Mata, então tenho uma identidade cultural, e tenho um compromisso, social e político, com essas comunidades, e quero deixar o meu conhecimento técnico a serviço delas. Então, pra mim, eu me sinto muito mais companheira do que assessora. Não me vejo como assessora não, me vejo como companheira. E que na medida do possível, quero colocar o meu serviço e a minha experiência a serviço deles. (professora Irene Cardoso, 2011).

A referência ao nascimento, à criação no meio rural, faz com que a professora Irene Cardoso se coloque não *além*, mas sim *ao lado* das comunidades rurais com as quais ela tem trabalhado, uma proximidade que seria incompatível com o distanciamento que poderia ser sugerido pela expressão assessoria. Observa-se na fala que é desejo expresso da entrevistada usar o seu saber científico para ajudar as populações rurais, o que faria dela não apenas assessora, mas sim companheira destas pessoas.

Por sua vez, a preocupação demonstrada pela professora Júnia Marise em não utilizar a palavra “assessora” para se definir dentro da rede social parece decorrer de seu posicionamento a respeito das comunidades assistidas. Para a professora, a sua experiência em campo demonstraria que as comunidades possuiriam condições de se posicionarem dentro do conflito por meio de estratégias de mobilização e contestação coletiva. Segundo a entrevistada,

Então é muito claro na visão dos agricultores é, que são atingidos por barragens, uma visão das pessoas sem-terra. É contra o latifúndio. E é contra o barrageiro. É a mesma visão em termos de disputa de poder. Eles compreendem que em termos políticos, de acesso, de disposição de informação, de às vezes interferência do próprio Estado pra facilitar algumas questões eles entendem que eles estão num equilíbrio de forças diferente. Mas ao mesmo tempo, as comunidades, tanto essas, atingidas por barragens, como também as sem-terra, compreendem perfeitamente o poder de luta que eles têm pra modificar esse equilíbrio de forças (...) a gente tem, em termos de luta, essa possibilidade de reverter o quadro, porque somos mais, porque se lutarmos e nos organizarmos a gente vai conseguir uma disputa aí, mais equilibrada. *Você usaria a palavra assessora para se qualificar?* Eu acho que a palavra pra mim não convém. Eu usaria mediadora. (professora Júnia Marise, 2011).

Como se observa na fala da depoente, a mesma traça um paralelo entre as comunidades sem-terra e as comunidades atingidas por barragens, ambas envolvidas, no entender da professora, em disputas pela permanência na terra, pela permanência no próprio espaço. Neste sentido, a capacidade de contestação destas populações que é mencionada pela entrevistada (ainda que numa disputa em que o poder não se encontra igualmente distribuído) aponta que, no entender da professora Júnia, a assessoria seria o elemento de canalização de uma força latente que não poderia ser desconsiderada. Por essa razão, em sua percepção, a melhor definição para o seu papel dentro da rede social seria o de *mediadora*, ou seja, de elemento de encadeamento na relação entre comunidades/empreendedores.

Por sua vez, Padre Claret é uma figura peculiar dentro da rede social, já que é possível perceber uma nítida correspondência entre a sua condição de padre e de líder comunitário. Tanto é que, mesmo antes de se envolver com o MAB, o mesmo já participava de programas sociais de apoio a comunidades rurais promovidos pela Igreja Católica, condição que, inclusive, ocasionou sua ligação com o professor Franklin⁸⁵. E dentro deste contexto, Padre Claret se percebe como *militante*. Mais do que *padre*, ele se vê como um integrante de movimento social:

Olha, eu me vejo como um militante, e me vejo assim satisfeito por estar num espaço que possibilita uma melhor compreensão da realidade. Porque as Igrejas elas são muito interessantes, mas elas têm seus limites, que são normais em qualquer instituição. E o movimento popular ele tem uma dinâmica diferente. Então você pode ir bem mais longe na questão. Eu me encontrei neste trabalho. Estou indo para Altamira, né, como missionário, somos dois, eu e outro padre, o padre José Geraldo, de Divinésia, uma cidade perto de Ubá. Então estamos indo com esses dois objetivos: existe uma demanda grande de padres por Altamira, que é o maior município do mundo. Lá na (...) Xingu, são vinte e poucos padres, pra você ter ideia, aqui são cinquenta. Então com esse objetivo, e naturalmente, com o objetivo de ajudar o povo a se organizar. (Padre Claret, 2011)

A fala do entrevistado indica que o *ser parte* de um movimento social se reveste de uma especial importância para o mesmo, já que a militância lhe permitiria transcender, em termos de engajamento político e social, aquilo que lhe seria possível apenas da condição de padre. No entanto, a percepção trazida na fala acima não é compartilhada por outros integrantes da rede social. Em diferentes ocasiões,

padre Claret é apontado expressamente como assessor pelos outros entrevistados (embora ele próprio se posicione visivelmente contrário a essa opinião), como se observa nos relatos seguintes:

É, nós falamos assessores do MAB, continuamos assessorando comunidades atingidas, mas o MAB, MAB mesmo, é... que em tese são assessores, não é MAB, pra mim **Claret não é MAB, ele é assessor do MAB**, é Tiago, Fernanda, essa turma que tá lá são assessores, não são MAB. MAB é a comunidade, né? (Leonardo Rezende, 2011) (grifei)

E eu recebi, né, um compromisso maior, ahn... envolvimento maior, ahn, desse grupo de padres, além de padre Claret, eh... **na assessoria**. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouiri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005) (grifei)

Como se vê na fala do senhor Leonardo Rezende, Padre Claret é uma pessoa que presta assessoria ao MAB local, mas não integra este movimento, pois não faz parte da comunidade. Assim, na visão do entrevistado, por ser elemento externo ao MAB local, Padre Claret, seria, desta forma, assessor, percepção que inclusive é acompanhada na fala do professor Franklin. Contudo, nos parece que em relação à militância, a posição ocupada por padre Claret dentro da rede social é em muito semelhante àquela do professor Franklin, ou seja: a condição de assessor não excluiria a condição de militante.

Contudo, outras importantes considerações podem ser levantadas quando voltamos nosso olhar não para o ator Antônio Claret, mas sim para o **Padre** Claret assessor/militante. Isto porque o fato do coordenador do coletivo local do MAB tratar-se de um *padre* implica, necessariamente na análise entre um possível vínculo entre a Igreja Católica, instituição, e o MAB, enquanto movimento social.

Pelos depoimentos coletados, é possível perceber uma nítida conexão entre segmentos progressistas da Igreja Católica e o movimento social dentro da rede ora estudada. Um exemplo marcante da existência desta relação é a circunstância do próprio espaço físico para a instalação da secretaria do MAB no município de Ponte Nova ter sido cedido pela Igreja Católica, conforme apontado no capítulo 2. Assim, apesar de Padre Claret não reconhecer a existência de uma relação formal entre MAB

⁸⁵ A esse respeito, consultar capítulo 2 do presente trabalho.

e Igreja Católica, em muitos momentos estas organizações se confundem dentro da rede social, conforme se pode depreender do relato abaixo, prestado por padre Claret:

Não é nada assim formal, mas tem o apoio da Igreja. Tem, tem o apoio da Igreja. Este espaço que estamos utilizando hoje é uma atividade do MAB que está acontecendo, de debater a tarifa de ônibus de Ponte Nova, e aqui a Igreja está emprestando o espaço para nós. É uma parceria. O próprio movimento ele tem uma credibilidade no trabalho que ele realiza, então a Igreja apóia (...) justamente, não é assim aquela relação formal, mas é um apoio no sentido de emprestar a estrutura, e alguns casos até um apoio mais efetivo, no sentido de marcar encontros, e tal. (Padre Claret, 2011)

Embora de acordo o entrevistado a relação entre a Igreja Católica e o MAB careça de formalidade, traduzindo-se mais num apoio ou parceria, resta inconfundível na fala do ator que a presença da Igreja tem sido fundamental para a dinâmica dos trabalhos do movimento social. Neste sentido, importante ressaltar que a própria entrevista que realizamos com Padre Claret ocorreu no interior da Casa Paroquial na cidade de Ponte Nova, por ocasião do evento que é por ele mencionado no depoimento - um evento realizado pelo MAB, em que toda a estrutura foi disponibilizada pela Igreja Católica (local, alimentação, panfletagem, transporte, etc). Não que a presença expressiva da Igreja Católica em situações ligadas à questões sociais seja excepcional, mas acreditamos que, no caso da rede social ora estudada, o elemento subjetivo consistente na *pessoa* de Padre Claret foi responsável por trazer um relevo específico, peculiar, ao vínculo evidenciado entre a Igreja Católica e o MAB local.

Outro fato que chama a atenção na fala de Padre Claret é que ela torna possível perceber que o MAB local posiciona-se expressamente enquanto *movimento social* e, portanto, distinto do que chama de *assessoria*. Conforme o entrevistado,

Para nós, o MAB são as pessoas organizadas (...) são trabalhos diferentes, a missão do movimento é uma, a missão da assessoria, no caso da Universidade, é outra. Sim, veja bem, como o MAB é um movimento popular, ou seja, a missão do MAB é organizar o povo, pois o MAB é o povo mobilizado, sujeito desse processo. A missão da assessoria é aquela que compreende, apóia e ajuda, mas que tem uma presença menor... então, assim, o MAB ele é a organização do próprio povo. A assessoria é alguém que traz, tem um papel muito importante, mas de apoiar, ajudar. O MAB é o povo mobilizado. E a assessoria é o parecer, às vezes uma assessoria jurídica, ajudar a entender o RIMA, imagina, aquilo exige muito, então tem a questão da água, tem a questão da terra, então a assessoria tem um papel fundamental – mas é diferente. (Padre Claret, 2011)

A fala do ator denota uma nítida preocupação em diferenciar o movimento social, ao qual ele pertenceria, da assessoria representada pela Universidade. Isto porque fica evidenciado em sua fala a percepção de que a assessoria é uma atividade exclusiva da comunidade acadêmica, e portanto, um elemento alheio ao movimento social. Apesar de reconhecer a importância do papel exercido pela assessoria, Padre Claret ressalta que é uma atividade menos expressiva em relação à mobilização popular, esta sim, própria do movimento social.

Importante mencionar que esta distinção entre assessoria dita “técnica” e movimento social não fica restrita ao coordenador do MAB local, mas também transparece na fala de outros entrevistados, conforme se pode perceber dos relatos seguintes:

Então, eu vejo um distanciamento muito grande, entre assessoria técnica e MAB... (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Evidentemente, o papel da assessoria do NACAB e PACAB é primordialmente técnica... (professor Franklin Rothman, 2011)

Grupo da universidade, técnica, mais parte técnica. Aí é o MAB, a CPT que organizam mais as comunidades, é gente que comanda mais, né... Orientação técnica ... aí é a assessoria técnica vai com essa parte. E MAB mais na organização de comunidades... (senhor Zé Roberto, 2011).

Porém, é preciso chamar a atenção para o fato da terminologia empregada pelo coordenador do MAB local divergir daquela utilizada pelos outros coletivos da rede social. Como se observa na fala anteriormente transcrita, para Padre Claret, assessoria é atividade própria da comunidade universitária e, portanto, inaplicável para o movimento social: nesta percepção, *movimento social não presta assessoria*. Nas falas seguintes apresentadas (senhor Leonardo Rezende, professor Franklin, senhor Zé Roberto), o termo assessoria se aplicaria igualmente ao movimento social e à comunidade acadêmica, porém com a diferença de que a assessoria prestada pela academia seria a “assessoria técnica”, enquanto aquela prestada pelo MAB seria um tipo de assessoria “não-técnica”, já que pautada na organização e mobilização comunitárias.

Uma explicação possível para esta terminologia empregada pelos entrevistados nos parece residir no entendimento anteriormente esboçado pelos mesmos de que Padre Claret, além de militante, seria também um *assessor* – e neste sentido, a sua assessoria seria aquela voltada para a mobilização popular.

Desta maneira, a análise dos depoimentos indica uma repartição diferenciada de papéis dentro da rede. Como se pode perceber pelas falas coletadas, o emprego das expressões “*assessoria*” e “*assessor*”, particularmente, mostra-se melindroso. Uma das prováveis explicações talvez seja o fato de que a palavra *assessoria* traga implícita uma certa conotação de passividade (já que o termo pressupõe uma relação entre o assessor, que é aquele que *ajuda*, e o assessorado, que é aquele que *recebe*). Possivelmente por essa razão, Padre Claret, como integrante do MAB, não concorde em adotar o termo para se qualificar, já que *pessoas organizadas* (o que caracteriza um movimento social) excluiriam a passividade que poderia ser sugerida pelo emprego do termo *assessoria*.

Por sua vez, as lideranças comunitárias também expressam identificações interessantes dentro da rede social. Uma delas, o senhor Zé Antônio, traz como a sua primeira apresentação a qualificação de *atingido*, de alguém que foi prejudicado pela construção da represa de Candonga:

Eu sou um atingido do processo de Candonga, nascido nessa região, morei... vivi aqui até os 22 anos, vivi 27 anos em São Paulo, e retornei *praqui* novamente porque é o lugar da gente. (senhor Zé Antônio, 2011)

Depreende-se da fala do ator que esta forte percepção de ser um atingido pela represa de Candonga foi o fator determinante para o seu envolvimento posterior em casos semelhantes. É possível perceber aqui que a motivação demonstrada pelo entrevistado é muito semelhante àquela dos professores Franklin e Irene. Nos três casos, os depoentes relatam uma evidente preocupação em colocar a sua *experiência* a serviço das comunidades atingidas pelas barragens. No dizer do senhor Zé Antônio,

Então, nós trocamos ideia e nós ajudamos também, às vezes, ajudamos muito outras comunidades, porque a gente faz assim tipo uma filiação, nós ajudamos as outras comunidades, e as outras comunidades também nos ajudam. Então a gente une forças. E é a mesma coisa, mesma coisa, o sofrimento é o mesmo, *os abuso* é o mesmo, *as perseguição* é o mesmo, promessa de matar a pessoa é a mesma coisa, o desrespeito é o

mesmo, a humilhação é o mesmo, o descaso da Justiça é o mesmo, de prefeitura é o mesmo. (Zé Antônio).

A experiência traumática que é relatada pelo senhor Zé Antônio no depoimento acima, vivenciada por ocasião do processo de implantação na represa de Candonga na localidade onde residia o entrevistado, o levou a se solidarizar com outras pessoas que atravessam processos semelhantes. A partir de sua vivência pessoal, o entrevistado veio a se inserir num constante diálogo junto a outras comunidades afetadas por barragens, marcado principalmente pela troca de experiências. Como resultado deste processo, o senhor Zé Antônio hoje se percebe, mais que representante comunitário, como um *prestador de serviços* para as pessoas que, como ele, foram também afetadas pela construção de barragens. Segundo o entrevistado,

Eu me enxergo assim, como o mais pequeninho...porque todo mundo tem os direitos pra receber. Eu sou um **prestador de serviço** pra eles. Não sou remunerado de nada. Presto mesmo por amor. Porque eu sou uma pessoa que não aceito injustiça, e desumanidade. Não sou dono da verdade não, mas não aceito isso. Uma pessoa porque ele tem um pouco mais de conhecimento, e ele quer passar a mão naquilo que não é dele, que é do outro, ou quer pisar no outro por falta de conhecimento? Eu não aceito esse tipo de coisa. (Zé Antônio, 2011) (grifei)

Nos parece que esta percepção estampada no relato, do depoente enquanto *prestador de serviços*, decorre do forte sentimento de busca por justiça que transparece na sua fala, a exemplo do que se pôde observar, anteriormente, na fala do senhor Leonardo Rezende. O senhor Zé Antônio é alguém que “*não aceita injustiça*”; o senhor Leonardo Rezende é “*contra passar por cima dos outros mesmo*”. As palavras são diferentes, mas a motivação revelada nos depoimentos é a mesma.

Outro posicionamento peculiar dentro da rede é o do senhor Zé Roberto. Ao contrário do anterior entrevistado, o senhor Zé Roberto nunca foi morador de comunidades atingidas por barragem, sendo que o fator que parece determinante para o envolvimento deste ator na rede social é a importância por ele atribuída ao rio. Tanto é que, ao iniciar seu depoimento, a primeira apresentação trazida pelo entrevistado é como cidadão pontenovense, *nascido às margens do rio Piranga*:

Eu sou um cidadão pontenovense, nascido às margens do rio Piranga, vivi minha vida praticamente toda às margens desse rio, você vê que eu abro aqui, a primeira coisa que a gente vê é o rio. (senhor Zé Roberto, 2011)

A vida do rio, e aquilo que ele representa, é a mais forte motivação apontada pelo senhor Zé Roberto para o trabalho exercido junto às comunidades rurais. Este fato fica expresso quando o mesmo, no decorrer da entrevista, procura chamar a nossa atenção para a figura do rio, que é possível avistar das janelas de seu local de trabalho.

Por ocasião de sua inserção na rede social, o senhor Zé Roberto já havia tomado a iniciativa de fundar uma associação de proteção do rio Piranga, a ASPARPI, organização que presidiu até meados de 2000, ocasião em que a instituição foi desativada, em decorrência da construção da represa de Candonga. Como narra o entrevistado,

Aí veio o final da ASPARPI. Quando foi o ano de 2.000, a Candonga foi autorizada a construção por um ato *ad referendum*. Então, o secretário autorizou que fosse construída. Aí, eu chamei os companheiros da ASPARPI, nós fizemos uma reunião, e na assembléia nós vimos que a finalidade nossa tinha acabado, porque o rio fatalmente acabaria, como acabou. Então, agora nós não vamos ter mais rio. Porque o peixe e a vida não sobem barragem acima, eles não vão transpor, não existe transposição com sucesso. Então nós entendemos isso: tudo o que nós fôssemos fazer, em prol do rio, nós estaríamos trabalhando gratuitamente para a preservação do lago de Candonga, e a geração de energia em Candonga. Então nós resolvemos encerrar nossas atividades. A finalidade da associação ficou sem sentido. Então nós extinguímos a ASPARPI em 2.000. (...) ficou um tempo assim, até que apareceu nesse grupo aí, mas continuava, a ter um contato, as informações, aí de repente, apareceu, me chamaram pra ir a um encontro lá em Viçosa, e nesse encontro apareceu o Dergam [professor Jorge Dergam]. E ele veio com a conversa de que esse rio, de Candonga até a Brecha, pelos obstáculos que ele oferece aos peixes, ele acreditava que seria possível a manutenção das espécies ainda. Então aquilo “reacendeu a chama, ligou a brasnha lá”. Falei “vamos de novo!” E aí nós voltamos pra luta de novo. (senhor Zé Roberto, 2011)

Como se observa na fala do entrevistado, o *peixe*, como símbolo do *rio vivo*, é muito presente no seu discurso. Esta percepção fica evidenciada pelo fato de que o desaparecimento do peixe no rio Piranga, ocasionado pela construção da barragem de Candonga, foi um grande desestímulo à sua permanência ativa na rede social. Contudo, a partir do momento em que chega ao conhecimento do senhor Zé

Roberto a informação de que, conforme estudos realizados pelo professor Jorge Dergam, mencionado na fala do entrevistado, seria possível restabelecer a vida aquática no rio Piranga, o retorno ativo à assessoria é prontamente retomado pelo depoente.

A partir do contexto descortinado nas falas acima, o senhor Zé Roberto se percebe como “ponte”, como *elemento de ligação* entre assessoria prestada pelo grupo acadêmico da UFV e as comunidades rurais com as quais ele mantinha contato. Conforme narra o entrevistado,

E eu me encaixo aí como um elemento de ligação: eu fiz aquele momento de ligação entre a Universidade e a comunidade atingida na zona rural. E tinha meu interesse pelo rio, que tenho até hoje o interesse pelo rio, pela qualidade de água, pelo peixe... então o que acontecia, naquela época de comunicação difícil, só mesmo via telefone – eles me ligavam pra marcar reunião, quando conseguia um grupo que tinha alguma coisa, para estudarmos o EIA/RIMA. Vamos juntos para a comunidade. O trabalho foi muito bonito. Havia um EIA, e olhava e discutia: “*ah, eles tão falando isso aqui, é isso mesmo?*” E o povo mostrava no mapa e falava “*não, não é isso aqui que eles tão falando não*”... Aí, precisava marcar uma reunião, “*vamos marcar para tal dia. Agora, é confirmar com Zé Roberto*”. Aí, eles ligavam para mim, eu ia atrás do rapaz do rádio, que tinha um programa de manhã cedo, sertanejo, e ele avisava “*noossa reunião acontece hoje, tal hora*”. Eu era a ponte que fazia a ligação entre o pessoal, de lá e cá. (senhor Zé Roberto, 2011)

A identificação trazida pelo entrevistado é caracterizada por Rothman (2008b, p. 206) como “ponte de rede”, ou seja, “elemento que facilitava o fluxo de informação e recursos entre a comunidade afetada e a rede de apoio das ONG’s”. Nesta medida, interessante perceber como fica evidenciada na fala do depoente a sua satisfação em ter sido capaz de contribuir para com os trabalhos de assessoria, numa época em que as comunicações ainda não gozavam das facilidades hoje disponíveis, como celular, internet, etc. A dinâmica que é descrita pelo senhor Zé Roberto em sua fala retrata os trabalhos iniciais da rede social junto às comunidades rurais, trabalho este que dificilmente poderia ser realizado desta maneira caso não se dispusesse de elementos a possibilitar a comunicação entre as comunidades rurais e os assessores. A nosso ver, esta circunstância indica a expressiva mobilidade da rede social estudada na troca de informações, o que pode retratar a dinâmica já apontada por Castells (1999, p. 566), de que redes sociais são “estruturas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede”.

Outro fator interessante percebido nos relatos é que muitas vezes, o local de posicionamento do entrevistado também se desloca no interior dos coletivos da rede. Assim ocorre muitas vezes com o professor Franklin, que é criador do projeto de extensão, PACAB, mas também circula no MAB e NACAB, ou Padre Claret, que, embora membro da Igreja Católica, também se percebe como integrante do movimento social MAB. A dinâmica acima referida se faz visível, por exemplo, na fala do senhor Zé Roberto, que também desloca a sua posição, ao se considerar igualmente pertencente ao projeto de extensão:

O PACAB é recente. Quando precisou de oficializar alguma coisa dentro da Universidade, criou-se o PACAB. **A gente** trabalhava dentro da universidade, mas ficava assim meio à parte, não tinha... aí o Franklin falou que tinha que ter o projeto daquilo ali para dar um ar oficial, para funcionar dentro da Universidade. Aí foi montado o PACAB, tem uns cinco ou seis anos, aí. Leozinho e seu Paulo, e muitos estudantes, Franklin, **eu**, e mais os estudantes, porque estudantes estão sempre passando, a rotatividade é grande. De permanência maior no grupo aí fomos **nós**. (senhor Zé Roberto, 2011) (grifei)

Além de sua própria pessoa, o entrevistado faz menção aos nomes de outras pessoas que também participavam do projeto de extensão, como o senhor Leonardo Rezende, à ocasião estudante de mestrado, ou o senhor Paulo Viana, outra liderança comunitária que também participou das atividades da rede social. Mas o interessante é perceber que, ao mesmo tempo em que o entrevistado se considera uma ponte, ou, conforme Rothman (2008b, p. 206), como “ponte de rede” entre a comunidade acadêmica e as comunidades, ele também se considera como integrante do próprio projeto de extensão da Universidade. Este fato parece indicar que a vinculação aos coletivos da rede social parece influenciar diferentemente a maneira como os entrevistados se percebem dentro da rede social, já que, para padre Claret, por exemplo, o pertencer especificamente ao MAB local é fator fundamental para a sua própria identificação como militante dentro da rede social.

Como é possível observar nos depoimentos coletados, as representações sobre “quem sou” possuem diferentes perspectivas dentro da rede social estudada: assessor, militante, companheiro, mediador, enfim, uma gama de identidades que traduzem a relação vivida entre os entrevistados e as comunidades rurais. Resta agora trabalhar o discurso que interliga esses diferentes agentes em prol de um objetivo comum.

3.2. O discurso na rede

Pela perspectiva das ciências sociais críticas, orientadora da presente pesquisa, os fatos sociais estão necessariamente vinculados ao campo simbólico dos valores⁸⁶, razão pela qual a análise da carga ideológica que marca a fala projetada pelo entrevistado é fundamental.

Assim, ao se procurar evidenciar o discurso que interliga a rede de apoio estudada, percebe-se nos depoimentos coletados uma menção muito forte uma relação de *oposição*. Têm-se *atingidos*, de um lado, e *empreendedores*, de outro, o que vem a indicar o reconhecimento de evidente relação de conflito entre estes dois segmentos sociais, representada na situação de disputa quanto à forma de utilização do espaço e dos recursos naturais, conforme já apontado por Acserald (2004b).

Esta relação se evidencia, por exemplo, no emprego recorrente nas falas, dentre outras expressões, de termos como “lados”, “luta”, ou “vitória”, conforme se percebe nos depoimentos seguintes:

Eles traziam conhecimento, mas a comunidade contribuía sim, nas reuniões, e nos *acompanhamento*, e na questão de **luta**, né, pra gente tomar alguma atitude, e fazer alguma coisa, a mobilização, então tinha o retorno da comunidade. (senhor Zé Antônio, 2011)

E como que Ricardo colocou, **eles perderam** pra agência pública, apesar de alerta inicial dele. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

E eu acho que o objetivo é sempre **estar ao lado** dessas populações atingidas, defender os interesses delas, e é lógico também que **nós temos lados**. (senhor Leonardo Rezende. 2011)

Fazer intermediação, fazer mediação, **e eu não estou do lado de lá, eu estou do lado de cá**, então eu nunca... (professora Irene Cardoso, 2011)

Porque... É o seguinte: é uma... é uma **briga de, de elefante contra gafanhoto**, né? (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

A **luta**, o processo de resistência à barragem é um processo participativo e educativo que fortalece a comunidade, em particular, seu poder de barganha, de negociação com o empreendedor (professor Franklin Rothman, 2011)

⁸⁶ A esse respeito, consultar o capítulo 1 do presente estudo.

E é um cara [Leonardo Rezende] que já pegou essas comunidades todinhas, a **vitória** maravilhosa que ele teve lá em Barra do Braúna, que o empreendedor entendeu que estava tudo errado, por felicidade, um diretor que veio e procurou o Leo, e foi lá com o Leo e mostrou e o diretor concordou que estava tudo errado... (senhor Zé Roberto, 2011)

(...) reassentamento de Fumaça, sabe, uma **vitória** nossa, é, Braúna, 198 pessoas. Sabe? Então, assim, é, são coisas gratificantes que nós vamos levando na memória... (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Outro fator relevante observado nos depoimentos é que a oposição entre empreendedores e atingidos identificada na fala dos entrevistados é reconhecida como uma relação notoriamente desigual, pois o atingido é sempre percebido como em situação de inferioridade em relação ao empreendedor. O professor Franklin, principal articulador da rede de apoio, se expressa claramente neste sentido:

Eu tenho ponto de vista influenciada pela abordagem da economia política. Concordo com autores como Zhouri, Eder Carneiro, Morel Queiroz, na análise dos fatores que contribuem para essa assimetria e para que o processo de licenciamento favoreça os interesses dos empreendedores. (professor Franklin Rothman, 2011)

Ao se referir à condição de assimetria entre atingidos e empreendedores, o depoente ratifica o entendimento exposto por Zhouri e Zucarelli (2008), acerca do melhor posicionamento dos empreendedores dentro da disputa, já que os mecanismos políticos encontrar-se-iam estruturados de modo a favorecer os interesses desses últimos. Esta assimetria é percebida principalmente no decorrer do procedimento de licenciamento ambiental das barragens, conforme se pode observar, por exemplo, nos depoimentos prestados por Padre Claret e pela professora Irene Cardoso:

Quem contrata os EIA/RIMA's é o empreendedor. Então, os EIA/RIMA's, no meu entendimento, eles têm muito mais a visão do empreendedor do que a da comunidade. Ele não é neutro. Ele é feito por uma comissão, uma equipe técnica, mas ele não é neutro. Então tem muito mais o olhar do empreendedor. Depois, o empreendedor é que é o poderoso. É o que tá chegando com dinheiro, com articulação política, então ele tem muito mais poder do que as comunidades. (professora Irene Cardoso, 2011)

A relação do empreendedor com o atingido ela é ditatorial. E isso não é por causa das pessoas não, é por causa da estrutura de sociedade e de licenciamento que nós temos. Você tem toda uma rede de espaço, de participação, com as audiências, mas de outro lado você tem as brechas

para as empresas usarem todos esses espaços (...) então é ditatorial. Pode-se fazer de forma sutil, contratando psicólogos, contratando jovens para conversar com o povo, pode-se fazer de forma assim mais assim exclusiva, no sentido judicial, e pode-se fazer de forma violenta, no sentido claro, com mobilização de força policial, militar... então é uma relação ditatorial, embora haja pessoas até dentro que queiram fazer em algum momento, um trabalho diferente, mas no geral é isso. (Padre Claret, 2011)

Nota-se que a professora Irene Cardoso, para retratar a assimetria por ela percebida na relação empreendedor/comunidades, faz alusão ao caso específico dos estudos ambientais obrigatórios que devem ser apresentados pelo empreendedor no procedimento de licenciamento ambiental. A entrevistada destaca o fato de que, embora *técnicos*, estes estudos não são *imparciais*, já que produzidos para o próprio empreendedor, sem a participação das comunidades. O resultado seriam estudos ambientais tendenciosos e viciados, sem condições de atender seu objetivo primordial, o de propiciar a avaliação *técnica e imparcial* da viabilidade ambiental da obra em licenciamento.

Por sua vez, Padre Claret aponta que o próprio Estado contribui para a manutenção desta condição assimétrica entre empreendedores e atingidos. Muito embora o entrevistado mencione a existência de instâncias de participação popular (como as audiências públicas), resta evidenciado na fala do depoente a sua forte percepção dos instrumentos legais do Estado, como o Judiciário ou a força policial, como meios de garantia para a prevalência dos interesses do empreendedor.

A exemplo do que ocorre com o depoimento de Padre Claret, a insuficiência do licenciamento ambiental como instância de participação popular também se apresenta no relato do senhor Leonardo Rezende. Para este entrevistado, o procedimento é tido como incapaz de assegurar tanto a paridade de condições entre empreendedor e populações atingidas, quanto condições satisfatórias de mediação entre os agentes envolvidos no conflito. De acordo com o depoente,

E a relação comunidade e atingidos sempre foi muito difícil, primeiro, porque a instituição licenciamento não ajuda no consenso. Ela não ajuda. Ela cria uma quantidade de licença que vira e fala assim “*olha, eu vou te tirar. Você vai sair daí*”. “*Bom, eu não quero*”. Ele se conscientiza, e não quer sair dali. Então, a briga já fica feia. Mas se sai a licença, uma briga que começou antes, o licenciamento não tem instituição, e eu falo isso lá no meu livro, pra permitir o consenso das partes, pra arbitrar os conflitos, não tem. Então, a instituição do licenciamento né, ela não ajuda na mediação de conflitos. Não ajuda. O Estado sai fora, quer só liberar a licença, e tem um papel vergonhoso o Estado, neste ponto... então fica

Davi contra Golias, uma briga desigual. É desigual. E aí, é, é... como a gente vai conscientizando as comunidades, ela vai percebendo as arbitrariedades, não precisa você inventar, é só ver, né, então, é, é... muito ruim. (senhor Leonardo Rezende, 2011).

Conforme se observa no relato acima, a contribuição do processo de licenciamento ambiental para a intensificação das condições de assimetria entre os atores sociais envolvidos é uma percepção muito forte nas falas dos entrevistados. Neste sentido, a professora Irene Cardoso traz o relato a respeito de suas experiências com a análise de estudos ambientais apresentados nos procedimentos de licenciamento ambiental, evidenciando a maneira como sobressai nestes estudos mesmos a perspectiva do empreendedor:

E uma outra coisa que a gente detectava muito nos EIA/RIMA's era a falta de valorização daquilo que as comunidades possuíam. Então é muito comum encontrar escrito que a Zona da Mata era uma região estagnada. Estagnada na ótica de quem? Que era uma região pobre. Pobre na ótica de quem? Era uma região que não produzia nada. Não produzia nada na ótica de quem? Então é assim, essa produção da Zona da Mata, da agricultura familiar, é completamente invisibilizada, porque? Porque não é uma.. uma... produção que tem uma cadeia de comercialização pra ela. A comercialização ocorre. Mas ela ocorre no local, ela ocorre entre vizinhos, e isso é invisibilizado, mas é muita coisa pra economia da família, e pra economia regional. E mais do que representar pra economia, representa a segurança alimentar da região. E isso é completamente invisibilizado. Uma outra coisa é que aquilo que é valor pra comunidade, não é valor na ótica de quem fazia os EIA/RIMA's. Então falava "ah, uma casa de chão batido"... mas o que representa essa casa de chão batido? O fato de ser de chão batido pode não ter valor econômico, mas pode ter valor sentimental. "Não tinha nada no quintal". Aí, invisibilizava o pé de rosa que alguém plantou ali, ganhou a muda de alguém, então, tem um valor *per si*, o pé de rosa. Mas pra eles não tinha, nem era nem visto. Então assim, tinha uma desvalorização muito grande. (professora Irene Cardoso, 2011)

O depoimento da professora Irene retrata as contradições entre o campo de valores do empreendedor e das comunidades locais no âmbito dos estudos oficiais. Ao levantar questionamentos como "*estagnada na ótica de quem?*" "*pobre na ótica de quem?*", a entrevistada aponta para fragilidade de estudos de viabilidade ambiental que são lidos, em sua grande maioria, a partir das lentes do contratante (o empreendedor), restando muito pouco espaço para a valorização daquilo que é dotado, para os moradores locais, de valor unicamente simbólico. A desconsideração daquilo que, a princípio, não pode ou dificilmente é economicamente mensurado,

como “a casa de chão batido”, ou o “pé de rosa” é um processo que evidencia, na percepção da entrevistada, o aprofundamento das condições de assimetria entre empreendedores e comunidades.

Outro elemento identificado nas falas dos entrevistados como característico da assimetria que marca a relação entre o empreendedor e o atingido é a dificuldade por eles encontrada para o questionamento e discussão acerca das consequências ambientais da implantação de barragens. Isto porque as hidrelétricas são tidas como empreendimentos geradores não apenas de crescimento econômico, mas também mantenedoras de toda uma estrutura tecnológica, da qual a maioria de nós nos sentimos dependentes, que só é possibilitada por meio da utilização de energia elétrica. Conforme relata Padre Claret,

Aí começa a dificuldade: como que a pessoa compreende que o projeto de barragem, do mineroduto, não tem como função trazer o desenvolvimento da região, mas ele tem ali a função de explorar aquela região? Poucas compreendem. Quando se coloca a questão da energia, aí a pessoa já acha “*ah não, tem que construir, tem que fazer a barragem*”... e aí, como que você dialoga, né, com a sociedade? Um pouco isso... (Padre Claret, 2011)

Como se observa na fala acima, é nítida a preocupação do entrevistado em esclarecer não apenas as pessoas que serão diretamente afetadas pelo empreendimento em questão, mas sim a sociedade em geral a respeito das implicações da construção de empreendimentos que já trazem implícita uma mensagem positiva de desenvolvimento, de melhoria. No caso da energia elétrica, a situação é mais melindrosa, por se tratar de um serviço básico, indispensável, do qual as pessoas não querem e não podem se privar. Nos parece que a forte preocupação evidenciada nos depoimentos coletados, de se procurar colocar em perspectiva o discurso legitimador das barragens, pode ser explicada pelo reconhecimento, por parte dos entrevistados, dos graves prejuízos suportados pelas comunidades em razão da construção destes empreendimentos, conforme apontam os depoimentos abaixo transcritos:

Nós colocamos tanto por preocupação de pequenas comunidades, com pouca tecnologia, quanto com grandes operações ambientais que determinam um custo social que, geralmente, não é incorporado na folha dos custos. Isso é chamado em geral de “externalidades”. E essa externalidade, na minha opinião, engloba tanto as pessoas de poucos

recursos, e pouco conhecimento sobre o que vai acontecer com eles, no processo de decisão, quanto a própria biodiversidade, porque a biodiversidade também sofre grandemente com grandes alterações ambientais. (professor Jorge Dergam, 2011)

Vou te dar um exemplo do que acontece com a comunidade, exemplo concreto de Casa Nova. Lá tem umas duzentas pessoas, deve ter umas quarenta ou cinquenta famílias, então eu moro aqui, você mora lá. Eu olho para sua casa, e sei que você foi para a rua. Passo a tomar conta automaticamente da sua casa. Sei que você não está ali, saiu de casa. É coisa assim automática, é coisa natural se pergunta se você está em casa, não está. Precisei de alguma coisa? Eu grito, você me socorre aqui. Então, essa vida comunitária. A comunidade toda tomava conta. Todo mundo cuidava de todo mundo, todos cuidam de todos. Com a construção dos empreendimentos, eles mudam toda essa estrutura. (...) Aí você chega, e tira isso dali. Aí acaba. É a comunidade de Candonga. Você pode ter a terra, pra plantar, a meia, que se plantava, a terça, a meia... a terra foi alagada, e aí? Impossibilitou a comunidade de plantar. As poucas pessoas que foram recolocadas dali ficaram mais distantes do povoado de Santana do Deserto. Então a comunidade de Santana do Deserto está começando a sentir que ela está ficando mais isolada. Então, distanciou, quebrou esse elo, essa aproximação deles, eles interagiam ali. Santana do Deserto pra lá, Novo Soberbo pra cá, como outras comunidades também. E isso, é pesado o prejuízo. Nada recompõe isso. Nada. (senhor Zé Roberto, 2011)

Eu penso que a primeira agressão é... fica parecendo que a empresa vai fazer um favor de tirar a pessoa dali. Porque a empresa ela vem com a visão muito pessimista, descrevendo aquele espaço “*oh, não tem isso, não tem aquilo, a terra é ruim, o rio não é valorizado*”, o RIMA é sempre assim, então essa humilhação. Depois a perda material: a pessoa tem ali o espaço da vida, em geral beira-rio, com toda organização própria, e a pessoa perde aquilo e tem que reorganizar de novo – quando consegue. É uma perda grande. E outra perda grande é um pouco nesse nível psicológico, nível cultural, e esse nível que é dramático. Você vai em qualquer lugar que tem barragem e você vê o tanto de consumo de remédio controlado, aumenta muito. E cultural, você tem as comunidades mais unidas, então tem aquelas “pinguelas”, as pessoas se encontram, e quando você faz a barragem, acabou: as pessoas até brincam, que às vezes você tem lá um trio que toca sanfona, violão, cavaquinho, só quem um mora de um lado do rio, o outro do outro. Então você fragmenta e destrutura aquilo. Isso tem um impacto direto no modo de vida das pessoas, e isso afeta muito as pessoas. Financeiramente, isso não é compensado, de forma alguma. E as empresas até usam isso a favor delas: “a gente sabe que a gente não pode compensar o sentimento das pessoas, e tal...” e de fato, não conseguem. Então de fato teria que ter outro projeto de desenvolvimento, para que as pessoas fossem efetivamente ouvidas, e dentro dos órgãos também. Sem resolver isso de fundo, você fica sem resolver a questão mais principal. (Padre Claret, 2011)

A preocupação com os encargos que são suportados por segmentos sociais mais fragilizados, que transparece nos depoimentos acima transcritos (especialmente na fala do professor Jorge Dergam) parece corroborar a tendência já

apontada por Acserald (2004b, p. 33), a respeito do que ele denominou de “mobilidade do capital”, ou seja, a tendência à concentração de degradação ambiental em áreas onde a organização política e a resistência social possuam menor capacidade de articulação.

Desta maneira, os danos a que são submetidas as comunidades afetadas por empreendimentos desta natureza se iniciam, como chama a atenção o professor Jorge Dergam em seu depoimento, principalmente na carência de informação das comunidades locais, e se perpetuam na fragmentação e ruptura da vida social até então estruturada, como destacam o senhor Zé Roberto e Padre Claret. Observa-se na fala do senhor Zé Roberto que o entrevistado utiliza os exemplos dos casos de Candonga e Pilar para descrever processos de ruptura de laços comunitários fortemente estabelecidos, possivelmente há muitas gerações, laços que na visão do depoente dificilmente poderiam vir a ser restabelecidos. No mesmo sentido a fala padre Claret, sendo que, para o depoente, as perdas culturais e simbólicas sofridas pelas comunidades não são passíveis de compensação financeira, inclusive argumento ao qual recorrem frequentemente as empresas interessadas nos empreendimentos.

Observa-se desta maneira visível nos depoimentos a carga ideológica correspondente ao entendimento esposado tanto por Acserald (2004b) quanto Castells (2008), acerca da distribuição desigual dos prejuízos ambientais dentre os segmentos socialmente mais vulneráveis, sendo clara nas falas a inferência de um quadro de injustiça ambiental, nos moldes como abordada por estes autores. Neste sentido, é esclarecedor o relato prestado pela professora Irene Cardoso:

É, as barragens elas sempre são colocadas como uma coisa de utilidade pública, mesmo quando vai atender uma necessidade privada, como era, por exemplo, o caso da ALCAN, que hoje é NOVELLIS, que era produzir alumínio, a gente sabe toda a problemática que tem na produção de alumínio, poluição, pouco uso de mão de obra, gasto de energia... E qual o país que quer processar bauxita e produzir alumínio? É poluidora, gasta energia e pouca mão de obra. Então, deixa aqui. Então, a hidrelétrica de Casa Nova era pra atender especialmente a FIAT, também a ALCAN, não sei... e é colocada como se fosse uma coisa de interesse público. Pode ser em parte. A outra questão é que quando, por exemplo... Casa Nova: era muito colocado que quem estava lutando a favor dos atingidos por barragens era contra o desenvolvimento. E aí no momento em que foi detectado um problema e que construir a barragem elevaria o custo dela, o projeto foi desativado. Então, quem é que na verdade estava contra o desenvolvimento? Então, a que custo que é esse desenvolvimento? A custo do meio ambiente, a custo das comunidades?

Porque se é tão importante assim, não importa o valor econômico. (professora Irene Cardoso, 2011)

Ao mencionar o caso concreto da tentativa de construção da hidrelétrica de Pilar, a professora Irene Cardoso destaca o fato de que a viabilidade desta represa foi questionada pelos seus idealizadores a partir do momento em que o seu custo econômico se elevou consideravelmente, diante das condicionantes impostas aos empreendedores. A fala da entrevistada nos parece demonstrar o entendimento de que a UHE Pilar deixou de ser construída não pelos custos *ambientais* que seriam suportados pelos *atingidos*, mas sim diante do novo custo *financeiro* que deveria ser suportado pelos *empreendedores*, o que, por esse viés, nos parece refletir claramente a dinâmica característica de quadros de injustiça ambiental. Neste mesmo sentido, o relato do senhor Zé Antônio:

Então, olha, sinceramente, o Zé Roberto, esse pessoal aí, nós *tivemo* junto, e sempre nós estamos reunidos, é, em várias reuniões assim, sobre esse processo de barragem, a gente discute essa situação, e é uma preocupação muito grande, porque hoje com a desculpa no Brasil de eletricidade, mas né eletricidade não, isso é interesse próprio. Deles. Não é eletricidade. Mas interesse próprio deles. Porque pode gerar eletricidade de *outras forma*. Mas eles *quer* gerar energia eh, na água, por exemplo, é uma forma que eles têm condição de *robá* as pessoas. Porque todo lugar que faz *barrage*, é lugar de pessoa simples, de pessoa humilde. Eles *não sabe* falar, não sabe nada, não sabe nem como se defender, então, eles toma um prejuízo danado. Aí, o que que acontece? O empreendedor *roba*. O prefeito *roba*. Governador *roba*. Justiça *roba*. Uai? Pra onde vai essa pessoa? (senhor Zé Antônio, 2011)

Interessante notar como o senhor Zé Antônio, uma pessoa simples, e a professora Irene Cardoso, cientista altamente qualificada, abordam o assunto pela mesma perspectiva, embora se utilizando de linguagem diferente. Isto demonstra que a carga ideológica característica da justiça ambiental não se restringe aos coletivos acadêmicos, mas sim orienta a fala da rede social estudada como um todo.

Outro fator importante que se revela através da análise dos depoimentos são as considerações obtidas ao se colocar para os entrevistados a questão a respeito do “abuso” ou “mau uso” da condição de atingido, já que estes são considerados como a população destinatária dos trabalhos da rede social, em decorrência da sua fragilidade social.

A esse respeito, os relatos demonstram que já foram presenciadas situações em que o atingido teria agido em seu próprio benefício, sem se preocupar com o grupo. O professor Franklin Rothman traz suas experiências para exemplificar fatos desta natureza, como se observa no relato seguinte:

Já nos primeiros contatos na região com comunidades atingidas, em reuniões na comunidade com atingidos pela UHE Emboque, em 1995, Ricardo Ribeiro percebeu que representantes da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina já haviam conversado com alguns dos proprietários maiores e os convenceram a negociar individualmente com a empresa. Portanto, desde o início do trabalho da assessoria com os atingidos de Emboque, que continua até hoje, existia uma divisão na própria comunidade. No caso Pilar, apesar do fato que o filho do proprietário atingido, senhor Zico, foi primeiro secretário da associação dos atingidos, no decorrer do tempo, senhor Zico acabou negociando indenização com a empresa. No caso Candonga, alguns proprietários atingidos são professores da UFV e nunca apoiaram as lutas e os grupos organizados dos atingidos. Em Canaã, no período 97 a 99, nem todos os proprietários apoiaram a mobilização de resistência à UHE Cachoeira Grande. Depois que o COPAM indeferiu o pedido da licença prévia, com forte apoio de nosso projeto, salvando o rio, e um proprietário atingido construiu pequeno estabelecimento ao lado da cachoeira, outros proprietários atingidos o criticaram por se valer individualmente da vitória da luta, sem socializar os benefícios econômicos. (professor Franklin, 2011)

Os episódios que são narrados pelo depoente merecem ser destacados porque, segundo o que se pôde perceber através da análise das falas, a rede social tem historicamente conduzido sua atuação priorizando a negociação coletiva por parte dos moradores atingidos como forma de aumentar o poder de negociação das comunidades locais. Desta maneira, a ação individual do atingido poderia vir a ser um fator desestruturador das estratégias da rede social.

Porém, é preciso ainda observar que, quando questionados a respeito das razões que levariam o atingido a agir isoladamente, os entrevistados, antes de reputar o fato unicamente ao oportunismo, atribuem o comportamento a uma estratégia considerada como típica das empresas, ou seja, a de cooptar pessoas referenciais dentro das comunidades e oferecer vantagens às mesmas, em troca do convencimento dos demais moradores. Como explica Padre Claret,

Isso tem. Nesse aspecto sim. Ah não, em Candonga mesmo... Mas eles fazem isso, eles procuram presidente de associação, eles procuram uma pessoa assim de referência, às vezes pode até ser um fazendeiro, isso é

muito comum. Porque isso tanto atende à situação das pessoas, que querem que alguém resolva o problema, como atende à situação da empresa, porque convencendo uma pessoa você convence os demais. Isso é muito comum mesmo. Isso existe. (Padre Claret, 2011)

Conforme fica perceptível no depoimento do entrevistado, a experiência de Padre Claret no acompanhamento de processos de contestação de empreendimentos o torna familiarizado com este tipo de comportamento por parte das empresas proponentes das barragens. Este comportamento parece estar tão agregado à experiência da própria rede social, que a preocupação em resguardar a coesão do processo de resistência é constante nos depoimentos, como exemplifica o relato do professor Franklin:

Portanto, desde 1995, MAB, NACAB e PACAB sempre têm defendido a negociação coletiva entre grupos representativos dos atingidos e o empreendedor para evitar as divisões na comunidade e o enfraquecimento das lutas. (professor Franklin, 2011).

Ao cenário de injustiça ambiental descortinado nos depoimentos, agrega-se ainda uma forte menção à ausência do Poder Público, na figura do Estado, como assegurado de direitos. Esta percepção se revela principalmente no desapontamento revelado com a atuação dos órgãos ambientais licenciadores. A esse respeito, a experiência do professor Jorge Dergam como Conselheiro do COPAM o coloca em situação privilegiada para analisar a atuação deste órgão. Segundo o entrevistado,

O COPAM ele funciona de uma maneira bastante deficitária. O COPAM surgiu como uma forma de descentralizar as decisões tomadas em Belo Horizonte pela FEAM, mas ele não conta com um corpo técnico suficientemente independente, tanto em termos de conhecimento, quanto em termos de decisão política, para realmente analisar os processos sob uma perspectiva independente e imparcial. Então, em geral, eh... o corpo técnico que olha os processos que chegam eh... eles geralmente aprovam assim que os processos são, eh... vistos sob o impacto ambiental, contam com condições realmente formais, básicas, iguais. (...) Um grande problema, então, é a falta de preparo técnico das pessoas do COPAM. Tanto no aspecto formal, quanto na experiência com relação a questões que não aparecem nos relatórios de impacto ambiental, porque os relatórios, na verdade, eles aparecem como uma forma maquiada e sucinta de questões que são, geralmente, omitidas. Por exemplo, medidas mitigadoras que são propostas posteriormente a uma alteração de ecossistema, elas são feitas a partir de uma espécie de cardápio, e são condições que se demonstram claramente ineficientes. Mas isso aí quando chega ao COPAM como uma forma mitigadora, isso é assumido

como real e com possibilidade real de mitigação pelo corpo técnico do COPAM. E assim deve ser o COPAM em muitos lugares, no estado de Minas. (professor Jorge Dergam, 2011)

O relato do professor Jorge Dergam aponta para duas deficiências básicas do órgão ambiental: o seu *caráter eminentemente político*, o que, na concepção do entrevistado, vem a se refletir diretamente na imparcialidade da análise da viabilidade ambiental do empreendimento (situação semelhante àquela anteriormente mencionada pela professora Irene Cardoso quando da análise dos estudos ambientais); e a *falta de preparo técnico* dos próprios integrantes do órgão. Chama a atenção o desapontamento na fala do entrevistado para com o pouco compromisso no trato das questões que são levadas à apreciação do Conselho.

A referência à ineficiência do órgão pode ser observada quando o professor se refere expressamente ao “cardápio” do qual são selecionadas medidas supostamente mitigadoras aos danos ambientais causados pelos empreendimentos, alusão que retrata a lógica de *adequação ambiental* já apontada por Zhouri *et.al.* (2005), caracterizadora de uma *política de gestão* orientadora das questões ambientais.

A exemplo do que se dá com o professor Jorge Dergam, o senhor Leonardo Rezende também apresenta sérias ressalvas para a atuação dos órgãos ambientais licenciadores. No entanto, embora o entrevistado ressalte a importância destas instituições, o desapontamento com a atuação de pessoas específicas dentro dos órgãos públicos ambientais é muito expressiva na sua fala. De acordo com o entrevistado,

Muito limitada [a atuação dos órgãos ambientais]. Sabe, então assim, é, pela Lei 12.812, a licença do PAS, a aprovação do PAS é requisito superior. O CEAS agiu corretamente recentemente em Candonga, e cancelou a aprovação do PAS. Correto, sabe? E isso geraria cancelamento da licença. Eu fiz um requerimento administrativo e fiquei decepcionado. Teve um superintendente que me decepcionou muito, porque é uma pessoa íntegra, mas a pressão do Estado, né? Já tem tempo que o Estado aí age como uma prostituta, né, sorri pra quem tem dinheiro. Então, precisa dos impostos, da lógica do desenvolvimento, e tal, mas a postura do governo do Estado, né? Mas sinceramente, eu não vejo, tenho assim, vejo com ressalvas o COPAM, porque quem tem uma visão mais ambientalista no COPAM são poucos, é, e a SUPRAM em determinado momento de discussão de LP há um fator muito forte de liberar a licença. Então, assim, eu vejo com muita ressalva... acredito porque acredito nas instituições. Mas acredito com ressalva, já vou com

o pé atrás, sabe? Nesse sentido, porque tem toda essa influência. O superintendente, não anulou a licença de Candonga, porquê? Porque não quer? Ele não pode! Secretário falou “*não anula. Não anula*”. Pronto. Dá qualquer desculpa, inventa, faz isso, faz aquilo... Entendeu? Então, assim, é... difícil, mas eu vejo com muita ressalva. (Leonardo Rezende, 2011)

O evento ao qual se referiu o depoente é expressivo, já que demonstra nitidamente o reconhecimento da tendência política do órgão licenciador. Isto porque, em termos legais, não havendo aprovação por parte do CEAS para o Plano de Assistência Social (PAS) apresentado pelo empreendedor, a licença anteriormente concedida deve ser obrigatoriamente cassada – o que não ocorreu no caso de Candonga, como denuncia o entrevistado. Eventos como o acima narrado pelo senhor Leonardo Rezende é que parecem justificar a pouca confiança depositada pelo mesmo nas instituições licenciadoras, embora isto não seja suficiente para que o depoente tenha como inviabilizado o acesso a estas instâncias.

Já outros entrevistados não comungam da mesma percepção a respeito dos órgãos públicos ambientais. Em outros depoimentos, o descontentamento se revela muito mais acentuado, como nas falas do senhor Zé Roberto e de Padre Claret:

Estão todos comprometidos. Sabemos disso. Nós tivemos uma confissão, num dos últimos encontros na universidade, um representante do COPAM, e outro representante da EMATER, se omitiu de uma reunião porque recebeu um telefonema da chefia, ele falou isso em público, lá... falou e foi gravado na universidade, lá, que ia passar por julgamento uma decisão do COPAM, de dar ou não a licença, mas o chefe dele ligou, que tinha que ser a favor. E ele se omitiu. Aí, quer dizer, nós já imaginávamos isso. Então essa foi a confissão mais clara. Você olha para o representante da CEMIG, ele está do mesmo lado. O representante do Estado vai votar o interesse do empreendedor. O representante da COPASA participa do COPAM... então, essa “paridade” aí ela é muito “bacana”: todo mundo a favor. Não, não tem não. (senhor Zé Roberto, 2011).

Então, a atuação dos órgãos, em geral, como a gente sabe, é no sentido do ajeitamento das questões políticas, definidas, principalmente, pelos impérios econômicos. No entanto, você tem momentos na história que eu acho que é uma conjunção de elementos, você tem dentro dos órgãos ambientais pessoas de confiança, que têm clareza, e com questionamento deste modelo, e de outro lado, força social organizada. Isto já aconteceu, em relação à Fumaça. Houve uma coisa assim, diferente dos outros. Havia o Morel, que tinha uma função importante na FEAM, e que compreendeu que havia elementos que precisavam avançar. Então nós tínhamos plena confiança nele, e de outro lado, a população se mobilizou, parou o canteiro de obras da empresa, ocupou a FEAM... então ele começou a nos pareceres dele, começou a colocar de forma sistematizada, com linguagem técnica, aquelas questões que o

movimento, que o povo organizado defendia. E isso foi considerado muito importante, a ponto de se ter constituído uma mediação. (Padre Claret, 2011).

A fala do senhor Zé Roberto revela expressamente o seu descrédito na imparcialidade das decisões proferidas pelos órgãos públicos ambientais. Pela percepção deste ator, de pouca valia seria o acesso a estas instituições, já que, em seu entendimento, “*todos estão comprometidos*” com os interesses dos empreendedores. Esta situação seria comprovada, no entender do depoente, pela própria composição dos órgãos julgadores, integrado por pessoas vinculadas a empresas com interesse direto nos empreendimentos sob análise.

Por sua vez, o depoimento de Padre Claret levanta reflexões interessantes. Isto porque embora a fala do entrevistado não exclua o sentimento de confiança, como se dá no relato do senhor Zé Roberto, na fala de Padre Claret o sentimento de segurança não é voltado para o órgão licenciador (como se dá no relato do senhor Leonardo Rezende), mas especificamente para *o indivíduo dentro do órgão*, no caso, o senhor Morel Queiroz, funcionário da FEAM que participou da análise da viabilidade ambiental de vários empreendimentos nos quais houve a intervenção da rede social.

O professor Franklin Rothman também aponta a importância do trabalho do senhor Morel Queiroz para a assessoria prestada pela rede social. De acordo com o entrevistado,

Morel foi coordenador do setor da FEAM que analisava os EIA-RIMA's e pedidos de licenciamento de barragens por muitos anos, desde que ele começou a construir e capacitar uma equipe para isso (final da década de 1980). Na década de 2000, a unidade que ele coordenou foi desestruturada na re-organização da FEAM e, depois, do COPAM, assim prejudicando muito o trabalho técnico competente e imparcial da análise dos EIA-RIMA's e conclusões e recomendações ao COPAM sobre os pedidos de licenciamento ambiental dos empreendedores. (Professor Franklin, 2011)

Como se observa em seu depoimento, o professor Franklin aponta que, no ano 2000, a equipe que era coordenada pelo senhor Morel Queiroz foi desativada, em virtude de reestruturações da FEAM, ressaltando o depoente que a ausência do

senhor Morel Queiroz na análise dos projetos foi um grande retrocesso em termos de imparcialidade de julgamento. Segundo Padre Claret, o evento narrado pelo professor Franklin é consequência direta da postura divergente apresentada pelo senhor Morel Queiroz em relação à orientação do órgão licenciador quando da análise técnica dos empreendimentos em licenciamento. Conforme o entrevistado,

Esse Morel ele acabou, ele não foi mandado embora, mas hoje ele está em outra área, está encostadinho lá, não sei se agora ele já está fazendo, mas ele ficou assim, numa função sem nenhuma relevância. *O senhor acredita que isso aconteceu devido a essa atividade de análise dos projetos?* Eu tenho plena convicção disso. A orientação do Governo era outra. Ele estava indo contra a orientação política. Então isso acontece muito também, pessoas que são “queimadas” dentro do governo, por esta postura diferente, porque mostram, às vezes, mais que o processo é ditatorial. Discordar, você pode: você pode ir para o debate, e tal: mas se esse discordar obstruiu ou dificulta demais a implementação do projeto, aí a reação vem. (Padre Claret, 2011).

No entender de Padre Claret, o exercício da atividade profissional de maneira incompatível com a linha política orientadora dos órgãos ambientais foi responsável pela estagnação profissional do senhor Morel Queiroz. Esta percepção trazida pelo entrevistado aponta a pouca confiança depositada pelo entrevistado na atuação das instituições públicas. Importante destacar que a comparação entre as falas de Padre Claret e aquela anteriormente trazida pelo senhor Leonardo Rezende apontam para um nítido afastamento a respeito da credibilidade em relação aos órgãos licenciadores: o primeiro não confia na instituição, mas confia no indivíduo; já o segundo acredita na instituição como um todo, mas tem descrédito em relação a indivíduos específicos dentro do órgão.

A divergência expressa nas falas parece ser um dos motivos a contribuir para o gradativo afastamento entre o MAB local e o grupo acadêmico. Neste ponto, é possível perceber como elemento de separação entre a assessoria dita “técnica” e o MAB local a aceitação das instâncias legalizadas como espaços de questionamento das barragens.

A individualização do MAB local em relação aos demais coletivos da rede social parece ter sua origem em virtude da influência exercida pelo MAB nacional na região, por volta do ano 2000. A vinda de um representante do movimento nacional, senhor Josseli, e a conseqüente organização do coletivo local a partir de estruturas de base parecem ser os fatores determinantes para o

direcionamento do MAB local rumo a uma maior autonomia em relação ao grupo acadêmico da universidade, como apontado no relato de Padre Claret:

O Josseli, assim, foi, parece que ele veio... Eu acho que é 2000, em 2000 que o Josseli foi... eh, isso 2000, eu acho. Aí ele... ele é uma pessoa assim muito, muito tranqüila, mas muito... muito capacitada. Aí ajudou a organizar o povo. (...) Aí a partir daí que nasceu o movimento... porque o pessoal começou a perceber, “bom, eh... não basta só se preparar pra audiência pública. Isso é importante, mas tem que enfrentar a empresa, tem que enfrentar as autoridades, tem que criar caso, tem que se mobilizar...” E aí eu acho que a... o jeito foi sendo mais de movimento, a partir daí. (...) É, isso aí, eh... nasceu um pouco dessa vinda do, do Josseli, né? Ele trouxe a ideia de organização de grupos de base. Porque o grupo de bases ele dá uma agilidade ao processo. (...) Quer dizer, são grupos pequeninhos, né, cada um com dois coordenadores, de preferência um homem e uma mulher, né? E aí, quando você tem uma notícia pra passar, por exemplo, “ah, vai ser amanhã de madrugada”. Aí passa pros coordenadores, né? E rapidinho ali, com moto, e tal, todos os grupos tão sabendo, né? Uma coisa assim muita... isso dá agilidade ao processo, né? (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

É interessante notar na fala do entrevistado como o mesmo vincula expressamente o surgimento do movimento social ao fortalecimento do sentimento de que seria preciso fazer mais do que preparar as comunidades para as audiências públicas. O sentimento de insuficiência das estratégias até então priorizadas pela rede social evidenciado pelo entrevistado parece estar ligado à percepção por ele anteriormente expressada, de que esta atividade seria típica do que o mesmo consideraria como assessoria técnica, e portanto, distinta do movimento social. Caberia então ao movimento social, no entender do entrevistado, contribuir a seu próprio modo naquilo que até então havia estado concentrado na comunidade universitária.

Nos parece que a insatisfação demonstrada pelo entrevistado demonstra que, no seu entender, o processo de questionamento dos empreendimentos unicamente dentro dos espaços institucionalizados não possibilitaria a autonomia necessária ao movimento social. Desta maneira, na percepção de Padre Claret, a contestação via espaços informais se reveste de especial significado, já que se traduz na própria formação da identidade do movimento social dentro da rede.

Contudo, este processo de redirecionamento e autonomia do MAB local não é visto da mesma forma pelos entrevistados. De acordo com o senhor Leonardo Rezende, por exemplo, este posicionamento do MAB local indica que o movimento

local não consideraria como viável o acesso aos órgãos estatais, postura com a qual não concorda o entrevistado. Na percepção do senhor Leonardo Rezende, a manifestação em espaços informais é relevante, porém não deve excluir as vias convencionais, conforme se pode perceber pelo relato abaixo:

Não acho que o MAB tá certo quando despreza essa participação, tá errado, porque nós temos que atuar lá, né? Cometeu irregularidade vai pra rua, vai gritar, vai pra justiça... mas eu acho que não pode desprezar. Então isso aí eu não... por mais que seja irregular e tal, acredito nas instituições... né? Vou continuar fazendo as ações, vou continuar fazendo, vou no COPAM... sei que eu falo lá, entra num ouvido e sai no outro, pra alguns e tal... mas é isso. (Leonardo Rezende, 2011).

A fala do senhor Leonardo Rezende parece indicar a sua preocupação em construir metodologias de ação coordenadas dentro da rede social, de maneira que as manifestações formais e informais do processo de questionamento das barragens sejam complementares, e não excludentes. Contudo, não nos parece que Padre Claret, como coordenador do MAB, exclua, por definitivo, a possibilidade de contestação via instâncias legalizadas. O que parece sobressair da fala do entrevistado é a maior relevância atribuída à manifestação não institucionalizada. Neste sentido, de se observar o depoimento abaixo:

Porque... É o seguinte: é uma... é uma briga de, de elefante contra gafanhoto, né? Então... no nosso entendimento, quando a pessoa, eh... se organiza, né, cria (...) cresce, cresce o poder de barganha. Ou de barganha, ou até de resistência, pra barragem não sair, né? Quando ela senta no início, geralmente a empresa dá a volta por cima. Porque as pessoas, eh, de um lado as pessoas estão despreparadas, né? E do lado da empresa as pessoas estão preparadas, né? Pra enganar, pra fazer um monte de promessa, um monte de ilusão, né? Então, a gente defende assim, que o pessoal, chega num momento, que tem que sentar, né. Que... que tem não, que é importante até sentar. Quando você vê que o poder de barganha já cresceu. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouiri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Como se percebe pela fala de Padre Claret, a orientação do MAB local para ações mais voltadas aos espaços não legalizados possivelmente seja explicada pelo fato do movimento social não acreditar que a contestação por meio dos órgãos oficiais seja capaz de gerar pressão política suficiente a aumentar o poder de negociação das comunidades. Há uma nítida sensação de desconfiança expressa no

depoimento do entrevistado, o que pode ser um fator a dificultar o relacionamento entre o MAB local e as instâncias públicas.

No entanto, a percepção que é trazida por Padre Claret não é acompanhada por outras pessoas também intimamente ligadas ao movimento social. O próprio Dom Luciano relativizava a postura trazida pelo coordenador do MAB local, como é resgatado por Padre Claret:

E... o Dom Luciano, ele sempre apoiou o movimento, tá... Pagou pelo direito, mas... ele... ele acha, eu acho que ele continua achando. Que o método, não deveria ser esse de enfrentamento, né? Então ele, ele sempre tentava assim, favorecer a... o diálogo, achava que tinha de conversar com a empresa... E a estratégia do movimento é justamente de você evitar de sentar com a empresa, né? A não ser quando você já tem um poder maior de barganha, aí tudo bem, né? (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

A fala acima revela a existência de divergências dentre próprios responsáveis pela coordenação do movimento social em construção na Zona da Mata, já que Dom Luciano, contrariamente a Padre Claret, não entendia que o diálogo com as empresas via órgãos oficiais não poderia ser menosprezado.

É interessante ainda notar que esta divergência que é sinalizada na fala de Padre Claret não se restringe ao MAB local, mas termina por gerar reflexos dentro da própria rede social, retratando o que já havia sido apontado por Lopes e Baldi (2009), de que a rede social não é um espaço isento de disputas internas. A esse respeito, interessante notar como o conflito identificado nas falas entre a assessoria dita “técnica”, e as estratégias do movimento social transparece, igualmente, no depoimento do professor Franklin Rothman, conforme segue:

Agora, hoje, acho... eu acho que se perguntar hoje, tem que ser muito difícil pra mim, nesse sentido, eh... Porque se por um lado, né, eh, quer dizer, toda a filosofia, né, da metodologia de ação comunitária, né, (...) eh, o assessor, ajuda (...) a população andar com suas próprias pernas (...) Então... agora, é uma coisa assim, o discurso, e tal. Agora na prática, ali com a gente tiver um ator assessor vendo isso e vim... e percebendo, vamos dizer, uma... influência (...) diminuindo minha ação como assessor.(...) Então, assim, por um lado, né, quer dizer, em termos da metodologia, isso tá correto. Mas em termos... da auto-percepção da importância da gente com assessor é difícil. Porque eu vejo que (...) eu sou menos procurado e... cada vez menos necessário como... assessor, nessa mobilização, organização, etc. Também a estratégia, o movimento mudou, né? (...) Então nosso papel hoje é diferente, né, e menos importante no sentido, porque a audiência, organizar pra audiência

pública, tem menos importância na estratégia do... do movimento, do movimento regional. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Como se observa na fala do entrevistado, este expressa a sua dificuldade, como assessor, em conviver com as novas orientações adotadas pelo movimento social, antes muito mais vinculado à comunidade acadêmica. Esta situação talvez seja muito visível para o professor Franklin, devido à posição de articulador por ele ocupada dentro da rede social. Isto porque, a partir do momento em que o MAB local, que surge a partir da relação pessoal entre o professor Franklin e Padre Claret, cresce em autonomia devido à influência exercida pelo MAB nacional, a figura do assessor fica menos patente dentro das novas metodologias que passam a ser priorizadas pelo MAB local.

O descompasso que é apontado pelo professor Franklin em seu depoimento, a respeito da diminuição da importância do papel da assessoria “técnica” pelo movimento social pode ser confirmada pelo seguinte relato trazido por Padre Claret:

Foi um trabalho, foi gratificante mesmo. Cá em Pilar, eu acho que teve um investimento maior também do, dos professores, da equipe de professores, né? **Mas eu não acho que isso tenha sido, assim, um fator determinante, não.** Eu acho que é mais a resistência do povo mesmo ali. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005) (grifei)

Quando o entrevistado faz menção em sua fala ao projeto Pilar, fica muito evidente que, apesar de reconhecer a importância do trabalho prestado pela comunidade acadêmica, Padre Claret atribui o indeferimento da barragem muito mais à mobilização popular, papel próprio do movimento social, do que ao trabalho da assessoria técnica. Este depoimento se reveste de especial importância quando levamos em consideração que o episódio de Pilar é um exemplo sempre recorrente nas falas dos entrevistados quando se trata de um caso de sucesso trabalhado pela rede social. Desta maneira, o fato do coordenador do MAB local valorizar a ação do movimento social em detrimento da ação da comunidade acadêmica aponta para um

inequívoco conflito de idéias dentro da rede social, a respeito da importância das estratégias abordadas pela assessoria técnica e MAB enquanto movimento social.

Observa-se ainda que o gradativo direcionamento do MAB local rumo à maior autonomia em relação à comunidade universitária desencadeou a reestruturação interna da rede social, no que diz respeito, principalmente, à participação dos coletivos acadêmicos. Esta dinâmica é sinalizada na fala do professor Franklin, como se pode observar no relato seguinte:

Tendo em vista que, na década de 2000, MAB ficou cada vez menos dependente do PACAB e da ONG NACAB, e apenas pontualmente buscou apoio com análise dos EIA/RIMA's, nos últimos anos da década incentivei mais atenção do PACAB ao objetivo de informar a comunidade universitária sobre a questão das barragens. Nesse sentido, a promoção pelo PACAB de seminários e outras atividades para lembrar e comemorar 14 de março como Dia Nacional e Internacional das Populações Atingidas por Barragens se tornou a oportunidade de informar a comunidade universitária a respeito da questão das barragens, sensibilizar esse público aos objetivos do MAB e mobilizar recursos humanos, principalmente alunos, para integrar o PACAB. (professor Franklin, 2011)

Como se vê na fala acima, a atitude do professor Franklin em direcionar a atuação dos coletivos acadêmicos para ações mais centralizada em ambientes internos à Universidade parece indicar que, a partir da postura adotada pelo MAB local, o entrevistado passa a adotar atitudes muito mais próximas da condição de assessor/pesquisador que de militante. É possível perceber claramente que no relato acima o professor Franklin projeta sua fala na qualidade *coordenador do projeto de extensão*, e não como militante do MAB. Neste sentido, entendemos que a individualização do MAB local em relação aos demais coletivos da rede foi uma circunstância que gerou uma nova organização da rede social em relação à sua estrutura inicial, tanto no que diz respeito aos coletivos formadores da rede, quanto em relação aos indivíduos integrantes destes coletivos.

No que concerne à nova estrutura interna da rede social, diferentes entendimentos são observados nas falas coletadas. Em alguns deles, a situação é indício claro de desarticulação entre os coletivos da rede, como se observa nos depoimentos prestados pelo professor Franklin e pelo senhor Leonardo Rezende:

Que a assessoria se tornou muito mais, assim, com a igreja, principalmente com o padre Claret... diminuiu muito, assim, o papel da

universidade (...) Então, e não há... concordância, (...) de visão sobre estratégia, né? (...) Eu acho que a influência tem sido em grande parte positiva e importante para fortalecer o movimento, mas que, ainda têm alguns momentos (...) seria bom para o movimento pra refletir. Quer dizer, eu senti que perdi algum espaço, inclusive, que não há, não vejo, assim, um trabalho integrado de assessoria. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Sabe, então é o seguinte: é, hoje eu digo que nós estamos muito desarticulados (...) Então, eu vejo um distanciamento muito grande, entre assessoria técnica e MAB... é, mas é... eles têm priorizado muito essa ideia de... que é importante, a luta do povo, eu sou, faço parte da rede de advogados populares, a nossa luta jurídica é junto com a mobilização popular. Mas não é uma sem a outra, não, né. Tem que ser as duas em conjunto. Houve uma separação, não sei por que, um distanciamento muito grande, por exemplo: nós tínhamos o Conselho de Atingidos, que nós éramos convidados, os atingidos eram convidados, pra discutir as questões lá. De uns tempos prá cá... faz a reunião lá, só eles. Entendeu? Então, assim, já falei isso, com Claret, falei com Fernanda, falei que eles tão errados, não sei, o quê que é, qual que é o problema... então assim, eu acho que hoje esse distanciamento não... por exemplo, toda mobilização que teve lá em Ponte Nova contra Brito, Baú, é do MAB. Eles tavam lá em Fumaça, Emboque, então assim, é... hoje eu vejo, eu acho que por uma opção ideológica marxista que eles têm adotado, mas teve um distanciamento muito grande, não sei porque. Não sei porque. E eu vejo que se isso não mudar, vai... não sei nem como é que vai ficar. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

A fala do professor Franklin indica que o afastamento entre movimento social e comunidade acadêmica não possibilitaria, no entender do entrevistado, o trabalho articulado entre os coletivos da rede social. Neste mesmo sentido se expressa o senhor Leonardo Rezende, já que, para o depoente, a ação conjunta entre assessoria técnica e movimento social deve ser priorizada. O que depreende das falas acima é a preocupação evidenciada pelos entrevistados de que a desarticulação percebida dentre os coletivos da rede social, ocasionada principalmente pelo afastamento do MAB local, venha a desestruturar os trabalhos da assessoria.

Contudo, esta preocupação não é compartilhada pela professora Irene Cardoso, já que, para a depoente, a atitude questionada nas falas do professor Franklin e do Senhor Leonardo Rezende aponta para o crescimento do MAB local como movimento social, o que, em sua percepção, trata-se de um fator positivo. No dizer da entrevistada,

Acho que não tem tanto esse afastamento não, eles vivem aqui, participam das coisas que a gente organiza... parece que hoje tem uma...

uma... politização do MAB que não tinha naquela época, o que não é ruim. O MAB tá mais independente da Universidade hoje, eu acho que é mais isso. Caminha, eles fazem as lutas deles, então acho que é mais uma independência do MAB, o que é ótimo. Ótimo que seja assim. E ainda eu acho que o que falta acertar nessa independência do MAB é como que a gente consegue fazer assessoria, fazer trabalho junto com eles, sem ferir essa independência. (professora Irene Cardoso, 2011)

O que se destaca no relato da professora Irene é a preocupação trazida pela mesma de que a assessoria técnica precisaria procurar se adaptar aos novos contornos apresentados pelo coletivo do MAB local. Observa-se na fala da entrevistada que a mesma entende ser muito importante que, neste processo formação de autonomia do MAB local, a comunidade acadêmica esteja preparada para atuar em conjunto, mas sem desrespeitar os contornos próprios do movimento social. Assim, no entender da professora Irene Cardoso, a construção de um movimento social propriamente dito no âmbito da rede não se traduziria em elemento de desarticulação da rede social, mas sim em fator agregador de força à assessoria.

Da análise das falas depreende-se, portanto, que muito embora a rede social se encontre estruturada em prol de um objetivo comum, conflitos internos podem ser observados, especialmente no que toca à opção pelos espaços institucionalizados e não-institucionalizados para materialização das estratégias de ação da rede. No entanto, a nosso ver, entendemos que a contestação via espaços informais que, no caso da rede ora estudada, se encontra historicamente ligada ao coletivo do MAB local, corresponde ao elemento organizacional da mobilização na esfera pública à qual se refere Sherer-Warren (2006). Por esta razão, nos afigura natural este maior direcionamento do MAB local para este tipo de atividade, inclusive entendido por esta autora como forma de pressão política das mais expressivas.

No entanto, a par destas divergências internas, sobressai nas falas dos entrevistados uma forte percepção a respeito da ausência do Estado no cumprimento do seu papel de guardião de direitos dos segmentos sociais menos favorecidos. Esta postura revelada nos depoimentos nos leva a inferir que é justamente na lacuna deixada pela omissão do Poder Público que a rede social estudada encontra espaço para materializar seu discurso e justificar o seu posicionamento na defesa dos interesses das comunidades ameaçadas pelas barragens, como forma de procurar equilibrar a relação entre atingidos/empreendedores.

Dentro deste contexto, é necessário observar as principais dificuldades enfrentadas pela rede social, assim como as potencialidades do trabalho por ela desenvolvido, questões abordadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

LIMITAÇÕES, POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DA REDE: O AVANÇAR DO FIO

Eu acho que hoje, tenho a impressão de que todos podem não se expressar da mesma forma, mas a gente busca um desenvolvimento justo para todos. Um desenvolvimento que seja bom para todo mundo.

Senhor Zé Roberto

Uma vez resgatado o processo histórico de formação da rede social e identificados o discurso e os conflitos que interligam os seus coletivos, resta buscar entender sob que circunstâncias o trabalho da rede têm se desenvolvido. Procuramos assim levantar algumas considerações a respeito das limitações, conquistas e novas perspectivas que se apresentam para a rede social, na busca pela construção da justiça ambiental.

4.1. O que se procura, o que se conquista: das limitações e potencialidades da rede.

É interessante notar que uma das maiores dificuldades apontadas pelos entrevistados remonta ao momento inicial de formação da rede. Ficou evidenciado nas falas que o processo de construção de uma rede social que tinha como intuito discutir, pela perspectiva das comunidades rurais, os impactos gerados pela construção de barragens, isto no interior de uma Universidade Federal então tida como eminentemente conservadora foi um processo particularmente difícil. Conforme relata o senhor Leonardo Rezende,

Até então, naquela época, um projeto de extensão desse nível na UFV era complicado, porque a UFV é conservadora, e era muito mais conservadora ainda, em 95, 94... (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Os depoimentos apontam para a percepção de um desencontro entre o ambiente eminentemente tradicional da Universidade Federal de Viçosa e a nova perspectiva abordada pelo então embrionário projeto de extensão. A formalização de um projeto de extensão direcionado para a defesa dos interesses de comunidades rurais fragilizadas, em detrimento dos interesses de projetos econômicos que contavam com o respaldo do poder público consistiu numa iniciativa inédita dentro da Universidade. Um episódio marcante neste sentido foi a realização do seminário a respeito das consequências ambientais das barragens, organizado pelo professor Franklin, conforme se pode observar no relato abaixo:

Mas aí outra ação de extensão que nós pensamos... isso uma época instável, né? Organizar um seminário... sobre a questão de barragens com todos os principais atores. Com todos os atores principais. Um diálogo sobre a questão da barragem. Eu fiquei como... eh... principal organizador, né? E... com muita dificuldade, sem financiamento. Não consegui financiamento da CNPq, da FAPEMIG. Ao final... última hora, consegui uns R\$ 600,00 lá do chefe do departamento pra ajudar pagar passagens. Conseguimos um trabalho, que eu tenho orgulho, né, de ser um trabalho pioneiro. Ahn... e... eu acho que tocado, né, como iniciativa... e positivo. Trouxemos representantes da Eletrobrás, CEMIG, né, das empresas Categuases Leopoldina, FIAT, etc. E do movimento regional e nacional. Trouxemos (...) dois dos jovens, né, do CRAV e do MAB nacional (...) Trouxemos (...) pequenos agricultores atingidos, meeiros, etc. Quase encheu o auditório, né, do meio rural, mais de 150 pessoas, quase 200. A representante do reitor, na (...) abertura, ela tava do meu lado e comentou: “*você tá doido!*”. Quando ela viu os atingidos, os meeiros e os... né, outros militantes lá, e... o gerente do projeto da

FIAT, do pessoal da Cataguases, da CEMIG aqui na frente, viu que, que é uma dinâmica, muito conflitual,... que era muito diferente pra Viçosa, né? **O pessoal não tinha tradição de trazer para universidade o pessoal das minorias, né, dos... desses pequenos agricultores, né? Semana do fazendeiro, é os fazendeiros.** Então até hoje, né, os pequenos agricultores não tem muita dedicação, né, muito menos movimento social. Então foi um... (...) um evento pioneiro. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouiri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005) (grifei)

Como se percebe no depoimento, o entrevistado chama a atenção para o desconforto vivenciado pelas autoridades da Universidade diante da presença de militantes e pequenos produtores rurais no evento por ele realizado. O relato reforça o entendimento de que até aquele momento, havia pouco espaço para a presença de minorias no ambiente acadêmico, sendo incomum a iniciativa adotada pelo entrevistado. Depoimentos como os do professor Franklin revelam o grau de resistência que marca o início da construção da rede social em seu ambiente original de formação.

Tendo em vista a sua condição de articulador inicial da então embrionária rede social, o professor Franklin assume uma condição privilegiada para postular a respeito deste estranhamento de orientações entre o projeto de extensão e a instituição de ensino. Neste sentido, o entrevistado aponta que, a princípio, não percebeu por parte da instituição nenhuma iniciativa em apoiar ou estimular os trabalhos do projeto de extensão, nos moldes em que propostos. Embora o professor ressalve que nunca houve um encaminhamento expreso por parte da UFV para o encerramento das atividades do projeto de extensão, o depoente relata ter encontrado muita resistência no ambiente universitário, o que aponta para um processo longo e principalmente desgastante para a inserção e legitimação do projeto:

Muita resistência... e pouco apoio, né? Não sei (...) mas eh, tinha muita... resistência. Porque a Cataguases⁸⁷, pressionou, né, tinha um incidente, né, do processo que tem até hoje, da Cataguases contra eu e Alexandre. Denunciando, né, ação de arbitrariedade, (...) e eles aproveitaram pra levar a gente na justiça e pra acionar a administração da universidade para... impedir nossa... nossa ação, né? E essa ação naquela época, em noventa e... acho que foi em 97, 98, (...) houve dois... dois momentos, dois inquéritos, né? Um iniciado pela Cataguases, acho que outro pela... (...) houve inquéritos internos, sindicâncias internas, né, (...) e essa

⁸⁷ A Cataguases-Leopoldina é uma empresa concessionária de energia elétrica responsável pela instalação de diversos empreendimentos hidrelétricos na região da Zona da Mata mineira.

pressão com idéia, né, de intimidar, né? Então foi... foi muito difícil, né? Foi uma luta... Eu não senti, (...) apoio, né? Dentro do departamento, quer dizer, também, não tive apoio (...) ou veto direto, mas eles também não interferiram, com... com o meu trabalho. (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005).

As sindicâncias administrativas a que foram submetidos os professores integrantes do PACAB, mencionadas na fala do depoente, são igualmente relatadas pela professora Irene Cardoso. Conforme a entrevistada,

Eu lembro que uma vez nós todos fomos chamados na Reitoria, porque a barragem nos denunciou, que nós estávamos falando em nome da Universidade Federal de Viçosa, e a Universidade Federal de Viçosa não nos tinha autorizado a falar em nome dela. Então ela denunciou e a gente foi chamado lá na Reitoria. E aí é claro que a gente morreu de rir, né. Porque em nenhum momento nós falamos em nome da UFV. Nós falamos enquanto professores, agora, se a gente leva junto o nome da Universidade, isso é o direito que nós temos enquanto professores universitários. (...) Então só pra mostrar a ânsia da empresa de tentar, de alguma forma, nos prejudicar, porque ela sabe muito bem o que representa quando um professor universitário, com doutorado, vai lá e aponta os erros que têm em EIA/RIMA's, inclusive junto aos órgãos ambientais. (professora Irene Cardoso, 2011)

Tanto a professora Irene Cardoso quando o professor Franklin reforçam em suas falas a percepção de que as denúncias formuladas pelas empresas junto à Universidade tinham a intenção de intimidar os professores que participavam das atividades do projeto de extensão, estratégias que possivelmente se viam facilitadas pelo ambiente notoriamente conservador da instituição à época. Percebe-se desta maneira que os incidentes descritos nos relatos dos entrevistados também retratam as dificuldades enfrentadas pelos primeiros integrantes da rede social em formação, em decorrência do ambiente pouco propício ao desenvolvimento de atividades até então ausentes da instituição. Tal dificuldade de legitimar um projeto comprometido com um movimento social, por si só já é reveladora, quando se pensa nas barreiras históricas que marcam as lutas sociais no Brasil.

É preciso destacar, contudo, que hoje os fatos têm demonstrado uma maior abertura da UFV no tocante à discussão de questões que envolvam grupos minoritários, o que pode ser demonstrado, dentre outros casos, pela atuação do

Programa TEIA dentro da rede social⁸⁸, projeto que engloba iniciativas de vários Departamentos da Universidade com orientações muito semelhantes àquela adotada pelo PACAB. No entanto, este tipo de limitação ainda é mencionado em alguns depoimentos pelos entrevistados, principalmente no que se refere à dificuldade para obtenção de financiamento para projetos científicos desta natureza, conforme aponta o professor Franklin Rothman:

Nem a UFV, nem a FAPEMIG e outros órgãos de financiamento de pesquisa e extensão apóiam projetos de contestação, denúncia e resistência a grandes projetos de infra-estrutura, como a construção de hidrelétricas. (professor Franklin, 2011)

Entendemos, contudo, que a tendência apontada pelo professor Franklin vem sendo gradativamente revertida, já que muitos destes projetos já contam com a participação de bolsistas financiados pelas agências de pesquisa mencionadas pelo entrevistado, o que pode ser um indício da legitimidade do projeto de extensão que integra a rede social.

Com relação a outras limitações enfrentadas pela rede, é importante destacar a fala da professora Irene Cardoso, já que a mesma resume três questões básicas que são frequentemente abordadas pelos demais entrevistados: tempo, pessoal e o desgaste proveniente do trabalho de assessoria. Conforme se pode perceber no relato da depoente,

São duas coisas que eu acho bem difíceis, ou melhor, três. Uma é tempo, que a gente precisa de tempo pra estar dedicando, a gente é muito ocupado. A segunda é encontrar pessoas sensibilizadas, pra fazer esse trabalho, porque não é todo estudante, professor, que queira se dedicar a isso. E terceira, é porque é um enfrentamento, né. Então eu acho que é até por isso que as pessoas, muitas, né, não vão, porque acaba, né, sendo um enfrentamento político, e isso desgasta, é estressante. (professora Irene Cardoso, 2011)

O desgaste psicológico a que se refere a depoente, já exemplificado no episódio das sindicâncias administrativas a que foram submetidos professores do

⁸⁸ A respeito do trabalho atualmente desenvolvido pelo Projeto TEIA/UFV, consultar capítulo 2 do presente trabalho.

PACAB, é também objeto de referência nas falas do professor Franklin e da professora Júnia Marise, como se observa nos depoimentos seguintes:

No segundo semestre de 1997, depois de dois anos de trabalho muito intensivo e desgastante como coordenador do projeto de extensão (incluindo processado pela Cataguazes Leopoldina e sujeito duas vezes a sindicância interna na UFV, por motivo de acusações da ESSE Engenharia... (professor Franklin Rothman, 2011)

Mas eu tinha aquele medo, vou cair de novo na luta, no conflito... porque é muito sofrido pro profissional, pro pesquisador, porque é uma causa de vida. Não é uma causa, digamos assim, a minha atividade profissional... é uma causa de vida, uma causa pessoal mesmo. (professora Júnia Marise, 2011)

O desgaste psicológico, e de certa forma, também profissional, proveniente do envolvimento destes atores em atividades que envolvem conflitos traumáticos como aqueles que podem ser ocasionados pela construção de barragens (já que, nesta perspectiva, os integrantes da rede social estariam lidando, em última instância com o deslocamento compulsório de populações rurais que ordinariamente mantinham forte ligação, histórica e também cultural, com os recursos naturais e o espaço nos quais se encontravam inseridos, por vezes, há muitas gerações⁸⁹), guarda também estreita relação com a aludida carência de recursos humanos dentro da rede social, o que foi inclusive anteriormente destacado pela professora Irene.

Importante notar que este tipo de limitação também transparece fora dos grupos acadêmicos, como se observa na fala de Padre Claret:

Veja bem, em relação a pessoas, a ser militante, a gente até brinca, porque a pessoa ela abre mão de muita coisa, né. Então, existe uma grande demanda por militantes. Por exemplo, hoje, se a gente fosse pensar pelas demandas que existem, precisaria no mínimo quinze, vinte, disponíveis mesmo, então é uma demanda muito grande. (Padre Claret, 2011)

É possível que a carência de pessoal disponível seja mais sentida dentro do coletivo do MAB local que no interior dos coletivos acadêmicos, já que, na academia, sempre existe a possibilidade de conciliar a atuação da assessoria com a

⁸⁹ Acserald, 2004b; Zhouiri *et.al*, 2005.

produção científica, o que é atrativo para professores e discentes, ao passo que a militância, como reforça Padre Claret é, na maioria das vezes, gratuita.

Por sua vez, a limitação de recursos financeiros também é frequentemente mencionada pelos entrevistados como um fator relevante a limitar a atuação dos trabalhos da rede social. À exceção de poucos financiamentos que foram obtidos no âmbito do projeto de extensão, a grande maioria dos recursos econômicos disponibilizados para a rede é proveniente de doações ou de capital próprio dos sujeitos envolvidos com os trabalhos de assessoria. Conforme apontam o professor Franklin e o senhor Zé Roberto,

Em termos operacionais, falta de recursos financeiros para pagar transporte para deslocamento dos alunos e professores ao campo tem sido uma das principais limitações. (professor Franklin Rothman, 2011)

Então, você vê, que tem horas que o recurso ajuda, você ter condição. Eu tinha condição de fazer isso, eu tinha um salário bom, o banco pagava bem na época, não tinha dificuldade. Quando eu saí, que eu comecei minha nova vida profissional, até definir né, meu espaço no mercado, eu fiquei meio de pé amarrado, você fica meio angustiado, sem recurso, aquela vontade, o pessoal tá querendo ir, como é que eu posso levar, não posso levar no meu carro, teria que pagar um ônibus pra ir lá levar... Uma vez eu consegui uma *van* por minha conta, o prefeito lá que frequentava muito a região lá, "*pode mandar a van vir aqui em Viçosa*", na época, eu lembro, foram oitenta reais. Era muito, a van levou o pessoal pra Viçosa lá, e até hoje eu estou esperando os oitenta reais! A gente vê essa dificuldade, só isso aí que a gente vê. Só essa limitação, essa dificuldade (...) E acaba que todo esse trabalho é um trabalho voluntário, é um trabalho gratuito, a gente praticamente paga para fazer isso... Acaba que às vezes a gente tem que pagar. É pela causa. Vou dizer que a gente ama isso não, porque a gente ama outras coisas, mas é uma causa, é um ideal que a gente tem. (senhor Zé Roberto, 2011)

É importante ressaltar, todavia, que a limitação financeira que é retratada nas falas acima não é percebida como fator a inviabilizar as atividades da rede social pelos entrevistados. Percebe-se nos depoimentos que a carência de recursos econômicos é percebida pelos depoentes, porém encarada como uma situação contornável, ou mesmo incentivadora dos trabalhos de assessoria. É o que sobressai nas falas de Padre Claret e do senhor Zé Roberto:

E a questão do recurso, é sempre uma limitação em qualquer lugar. Agora isso para nós não é muito central, porque nós temos percebido o seguinte: com o que se tem, se consegue muita coisa; e o próprio

trabalho vai gerando solidariedade. Tem muita gente que não tem às vezes o tempo, ou não tem jeito pra ser militante, mas que ela apóia: por exemplo, nós vamos ter o evento dia 22 [22 de novembro de 2011] em que nós vamos precisar do som. E nós estamos convictos de que alguém vai patrocinar. Então é mais nesse sentido, a gente acha que a solidariedade vai suprimindo a limitação; dos recursos (Padre Claret, 2011)

As dificuldades são principalmente financeiras. Primeiro lugar, a dificuldade financeira. E eu acho também que, ao mesmo tempo que a gente tem essa dificuldade, isso valoriza muito o trabalho da gente. É muito gratificante, porque eu não tenho recurso, mas eu consegui. Mesmo sem recurso, eu consegui. (senhor Zé Roberto, 2011).

É possível observar na fala do coordenador do MAB local a confiança depositada em recursos externos que são obtidos a partir da atuação do próprio movimento social. A percepção trazida por Padre Claret parece refletir a postura da própria rede social a respeito do assunto, já que em outros depoimentos, como os do senhor Zé Roberto, também se apresentam no sentido de que a carência financeira dificulta, mas não impede o trabalho de assessoria. A nosso ver, o direcionamento da rede social na busca de recursos que é evidenciado nos relatos acima transcritos vem demonstrar a existência de interação entre a rede social e o território onde acontecem as relações da rede, conforme abordado por Lopes e Baldi (2009).

Contudo, a despeito das limitações apontadas pelos entrevistados, a grande dificuldade que resta evidenciada nos depoimentos é a de desconstruir, tanto nas comunidades, quanto na sociedade em geral, o discurso já consolidado de que a barragem significa o progresso e o desenvolvimento. No dizer do entrevistado,

Então, eu penso que uma grande dificuldade é que ninguém quer opinião. Às vezes, a pessoa não sabe que tá apanhando. Aí começa a dificuldade: como que a pessoa compreende que o projeto de barragem, do mineroduto, não tem como função trazer o desenvolvimento da região, mas ele tem ali a função de explorar aquela região? Poucas compreendem. A maioria só vem a compreender depois que o projeto já está consolidado, aí, já se está numa situação desfavorável, em relação ao tempo e em relação ao governo. Eu acho que esse é um limite, e talvez o principal. (Padre Claret, 2011)

A limitação que é abordada por Padre Claret em sua fala se reveste de um contorno ainda maior quando se leva em consideração que a atuação da rede social depende do envolvimento das próprias comunidades afetadas. Possivelmente, seja esta a razão para a forte preocupação que é evidenciada na fala do entrevistado, já

que enquanto o próprio atingido não se conscientiza a respeito das reais implicações do empreendimento, o campo de ação da rede social fica muito restrito.

O obstáculo ao qual se refere padre Claret é também abordado em outros depoimentos. O senhor Zé Roberto também compartilha suas experiências neste sentido:

A dificuldade ela é grande pelo seguinte. Como eu te falei, a primeira coisa que o empreendedor quer é o apoio do prefeito. Com o prefeito, ele ganha o vereador. Vereador tem muito mais credibilidade e respeito com as comunidades que serão atingidas do que qualquer cidadão. Um médico que chegar lá não tem a mesma credibilidade de um vereador. Vereador chega e diz: *“tem um empreendimento aqui que vai ser muito bom, muito bom pra vocês, e tal”*. Então aquilo já cria aquele clima de que coisa boa vem aí. Então, pra você desmitificar aquilo, é difícil. (senhor Zé Roberto, 2011)

A partir de sua experiência de trabalho com as comunidades rurais, o entrevistado ressalta a dificuldade encontrada para se desconstruir um discurso que, muitas vezes, é trazido para as comunidades por pessoas que gozam de confiança na localidade. Neste sentido, a experiência em Candonga é frequentemente trazida nos depoimentos como exemplo, já que naquela localidade inicialmente houve muita resistência por parte dos próprios moradores quanto à atuação de integrantes da rede social.

Este fato foi marcante, por exemplo, para Padre Claret, diretamente envolvido no episódio, a ponto do ocorrido ser por ele relatado tanto em 2005, para a equipe da FAFICH, quanto posteriormente para nós, já em 2011:

Às vezes a pessoa que quer a barragem, ou que tem outros interesses, aí as pessoas se aproveitam disso. Mas Candonga nós tivemos problemas, a equipe toda, isso aí foi no início do processo, eu tô lembrando agora. Por exemplo, onde ia ser pública lá. Foi uma... uma farsa, né? E nós fomos, por exemplo, na época tava eu, tava... o Zé Roberto, né, que era da ASPARPI, né, em Ponte Nova, tava o Paulo Viana, tinha um grupo. O grupo foi assim, eu acho que a gente tinha enxotado, sabe, assim: *“ah, o que que esse pessoal de Ponte Nova quer aqui?”*. Na visão do pessoal a barragem é uma coisa, assim, muito boa, o pessoal de, de Soberbo. E a gente tava indo ali pra atrapalhar. Era como se alguém quisesse oferecer uma coisa pra eles e a gente num (...) é, pra atrapalhar, não era bom, é, pra atrapalhar. Então tem, tem problema sim. *AZ – Como é que isso se inverteu depois no trabalho?* Então, aí, nós, bom, *“não tem como entrar, fazer o quê?”*. Aí, quando começou, eu acho que a empresa pisou na bola na história da construção das casas. Porque o pessoal tinha muita preocupação com isso. O pessoal não tinha muito essa dimensão da terra... O pessoal até falava dos quintais, que aquilo ajudava na sobrevivência, mas não conseguia, parece, visualizar depois como é que

seria depois a questão dos quintais, ficaria sem, ou se teria, com é que seria. Mas a casa o pessoal percebia. E a empresa começou a construir o Novo Soberbo, e o pessoal não podia entrar lá. Aí o pessoal já ficou meio... meio desconfiado, né. Quando... um ou outro conseguiu ver, tinha casa, o até o plano onde tava aqui assim, o telhado da casa tava o que? Junto da rua. (...) mas lá embaixo assim lá embaixo, uma... verdadeira, tipo assim, uma favela, né? Aí o pessoal começou a ligar: “ah, não, nós precisamos de ajuda, e tal...”. Aí fez lá um grupo de 20 pessoas. Aí conversou, e tal... E... nos dispusemos... E aí começou um processo diferente, né? (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Isso aconteceu em Candonga. Nós fomos lá, com um grupo de pessoas, e na audiência, as pessoas questionaram: “*o que vocês estão fazendo aqui, vocês estão lá em Ponte Nova, e não tem nada a ver com o problema aqui de Soberbo*”. Os próprios atingidos... E não é culpa de ninguém. A empresa ela... eu acho que esse é outro desafio. Essa questão do povo despertar o quanto antes, e o outro o poderio que a empresa dispõe. Então já existe esse sentimento de abandono, de vontade de melhorar a região, e a vida das pessoas, isso é normal. E a empresa, muito espertamente, já chega com esse fomento. Esse talvez seja o segundo desafio: como que a gente desmascara a empresa, mostra que não vai acontecer, você olha para a realidade, que não vai acontecer, que quando você faz a barragem, a região não se desenvolveu, pelo contrário, ficou mais pobre. Mas como que o povo compreende isso? Como explicar isso? (Padre Claret, 2011)

O exemplo de Candonga trazido na fala de padre Claret permite perceber que a limitação à qual se refere o depoente está diretamente relacionada à própria falta de informação dos atingidos a respeito das reais implicações da construção da barragem para com os modos de vida até então existentes na localidade que seria impactada pelo empreendimento. Neste sentido, é possível perceber que uma forma encontrada pela rede social para contornar essa dificuldade foi justamente incentivar a troca de informações entre as comunidades afetadas pelas barragens na região. Conforme explica o senhor Zé Antônio,

Nós trocamos idéia e nós ajudamos também, às vezes, ajudamos muito outras comunidades, porque a gente faz assim tipo uma filiação, nós ajudamos as outras comunidades, e as outras comunidades também nos ajudam. Então a gente une forças. E é a mesma coisa, mesma coisa, o sofrimento é o mesmo, os abuso é o mesmo, as perseguição é o mesmo, promessa de matar a pessoa é a mesma coisa, o desrespeito é o mesmo, a humilhação é o mesmo, o descaso da Justiça é o mesmo, de prefeitura é o mesmo... (senhor Zé Antônio, 2011)

Conforme se observa no relato do senhor Zé Antônio, a metodologia empregada pela rede social, de convidar as lideranças comunitárias para compartilharem suas experiências em outras localidades ameaçadas por barragens, pode funcionar tanto como estratégia para reverter o quadro de pouca informação das comunidades rurais a respeito do empreendimento, quanto como uma forma de se estabelecer um vínculo de confiança com a comunidade local, diante da presença de alguém que igualmente é atingido, que já atravessou ou está atravessando experiência semelhante em decorrência da construção de barragens.

Com relação às conquistas e desafios da rede, no campo ideológico, é importante destacar que a capacitação política das comunidades locais, assim como a conscientização da sociedade a respeito das consequências advindas da construção de barragens são fortes objetivos apontado pelos integrantes da rede social, conforme se pode observar nos depoimentos seguintes:

Não adianta que o direito seja assegurado, embora isso seja fundamental, mas a cabeça da pessoa não mudou. (...) A nossa maior construção, conquista, não é conquista de barrar a barragem, a maior conquista é a construção da pessoa. Porque a hora que a pessoa se vê participando, e se transforma enquanto pessoa, e depois vê que pensa e sente diferente, isso é muito importante. Então, acredito que a principal conquista é justamente pessoas que hoje comportam uma visão diferente. (Padre Claret, 2011).

A não-construção da barragem é um dos principais objetivos porque evitaria diversos impactos socioambientais, tais como o deslocamento forçado, perdas materiais e simbólicas, etc. Mas, além disso, a assessoria, especialmente a da ONG NACAB, visa contribuir para um processo de desenvolvimento sustentável nessas comunidades; e apoiar políticas públicas que visam mudança na matriz energética (energia solar, eólica...) para evitar a fragmentação e destruição dos rios. (professor Franklin, 2011)

Uma grande vantagem é o crescimento político da comunidade. A independência maior que a comunidade se apodera, um conhecimento maior. (senhor Zé Roberto, 2011)

A conscientização do povo, atingido e não atingido, sabe? É, evolução da consciência, sem dúvida, dos problemas que uma barragem gera, que ela vem com o mito do desenvolvimento, então isso tudo foi um ganho histórico, ainda há muitas coisas por conquistar. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

A fala dos entrevistados permite inferir que a construção de consciências é uma forte orientação da rede social. Este fato resta muito evidente quando Padre Claret reforça o entendimento de que a não construção da barragem seria um

elemento periférico em relação à conscientização política das pessoas. Entendemos que esta perspectiva da rede está calcada principalmente na discussão a respeito das contradições da matriz energética adotada no Brasil, e da necessidade de se procurarem alternativas mais sustentáveis para a produção de energia, como é apontado pelo professor Franklin.

Já no campo material, a não construção do empreendimento, ou seja, o “conseguir barrar a represa” é um elemento muito presente nas falas como representativo da vitória da assessoria⁹⁰, o que resta evidenciado, por exemplo, pelos relatos do senhor Leonardo Rezende e do professor Franklin:

Entre as mais importantes realizações, estão a retirada do pedido de licenciamento pelo Grupo Fiat e Alcan, em 2000, e o fato que, até hoje, não **foi construído barragem** no rio Piranga na região Casa Nova. Situação semelhante no caso UHE Cachoeira da Previdência, indeferimento da LP nos casos Cachoeira Grande, na década de 90, e Cachoeira Escura, em 2010. (professor Franklin, 2011) (grifei)

Nossa, nós temos muitas vitórias. Mas muitas coisas a conquistar. Eu vejo que... a mobilização, por exemplo. Pedra do Anta, já **paramos duas vezes a hidrelétrica** lá, já. Cachoeira Grande, a cachoeira tá lá, até hoje. Pra cima de Ponte Nova, é, saiu a licença de Brito, mas não tem nem uma pedra lá até hoje. Tem as ações, MPF, MPE no meio, agência também está no meio, pra baixo de Ponte não tem barragem, a Brookfield desistiu de Baú, a concessão voltou para o governo, e... são vitórias, né? (senhor Leonardo Rezende, 2011) (grifei)

Como se observa nas falas transcritas, os entrevistados relacionam diversos casos nos quais a rede social conseguiu evitar que a barragem fosse construída, episódios estes considerados como importantes vitórias da assessoria, como destaca o senhor Leonardo Rezende. Neste sentido, interessante perceber como este entrevistado emprega a expressão “*a cachoeira tá lá até hoje*”. A fala do senhor Leonardo Rezende parece indicar assim que a manutenção dos rios liberados, assim como a preservação dos modos tradicionais de vida nas localidades onde seriam construídas as represas, nos casos em que houve atuação da assessoria, pode representar marcos visíveis e concretos da atuação bem sucedida da rede social, o

⁹⁰ Importante lembrar que a menção nas falas ao termo vitória (dentre outros) remete à situação de conflito vivenciada pela rede, conforme já destacado no capítulo 3 da presente pesquisa.

que pode justificar a importância que é atribuída à não construção das represas como conquistas da rede estudada.

No entanto, é preciso destacar que embora o impedimento da construção da barragem seja quase sempre uma referência quando se coloca para os entrevistados a questão acerca das conquistas da rede social, é possível perceber que esta circunstância não é tida um fator determinante. Isto ocorre porque resultados positivos são percebidos pelos depoentes, mesmo que ocorra a construção da barragem. É o que se infere a partir dos relatos seguintes:

Há ganhos sim. Nós temos o exemplo aqui de Fumaça, em Diogo de Vasconcelos. Com a assessoria, um grupo conseguiu ser reassentado num padrão menos traumático. Foi com apoio da UFV, foi com apoio do NACAB, participei pouco dessa etapa, o grupo que foi, o povoado que foi reassentado foi bem. Então, há possibilidade desse ganho. Porém, por maior que ele seja, é pouco. É pouco com relação ao que eles perdem. (senhor Zé Roberto, 2011).

Às vezes, por exemplo, existe um local onde se quer implantar barragem. A gente vê que existe força real pra evitar, aí nós vamos trabalhar nesse sentido. Se é um lugar onde já se implantou barragem, existe a possibilidade da força real para se garantir direitos que ficaram para trás. (...) Em relação à conquista do direito, então nós temos como citar Fumaça, mesmo Candonga, com toda a fragilidade, com toda força do governo, principalmente, que foi muito grande, mesmo assim, Soberbo ainda é uma conquista (...) Candonga, mesmo assim, com tanto limite que foi imposto, mesmo assim houve conquistas, não somente no sentido da Soberbo, ou mesmo do reassentamento – foram 03 hectares, Fumaça chegou a 23, mesmo assim há pessoas que têm uma visão diferente. Ainda têm conquistas. (Padre Claret, 2011).

Assegurar o direito das populações atingidas, e assegurar que a vontade dessas populações seja respeitada. Então, quando há o interesse de não fazer a hidrelétrica, nós vamos lutar por esse interesse. É um interesse legítimo, da mesma forma que é o interesse de fazer. E eu acho que o objetivo é sempre estar ao lado dessas populações atingidas, defender os interesses delas, e é lógico também que nós temos lados. Como é que eu falo... Em relação à construção de hidrelétricas, eu sou contra. Contra. Vivencio os projetos. Pra natureza é muito danoso. Não se compensa, não se mitiga tudo o que tem que ser feito, sabe, é... dificilmente as populações saem melhores do que estavam antes, é muita briga, então assim, eu acho que os objetivos são esses. Manter os rios livres – que essa geração de energia vai mudar, e assegurar o direito das comunidades atingidas. São populações aí, com pouca articulação política, pobres, mas um povo muito nobre. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

As falas acima projetadas permitem observar que, muito embora na visão dos entrevistados a construção da represa represente perdas culturais e simbólicas

que não podem ser financeiramente compensadas, o acesso à indenizações mais justas e a reassentamentos que viabilizem a reconstrução da vida social das comunidades locais também são percebidos como resultados positivos da atuação da rede social, como atestam, por exemplo, as referências feitas por padre Claret e pelo senhor Zé Roberto aos casos de Fumaça e Candonga.

A nosso sentir, a percepção trazida pelos entrevistados indica a importância atribuída pela rede social a se procurar mais do que simplesmente barrar a construção da represa. Como reforça o senhor Leonardo Rezende, o objetivo primordial é defender os direitos das populações afetadas pelas barragens, e assegurar o respeito da vontade destas comunidades.

Colocadas as questões a respeito das principais limitações e desafios da rede social apontadas pelos entrevistados, importante agora destacar as novas perspectivas que têm se apresentado para os trabalhos da rede, o que é abordado na seção seguinte.

4.2. Qual o caminho a seguir? As novas perspectivas da rede.

É interessante notar que uma das características marcantes da rede social, ou seja, a figura do professor Franklin como sua referência central, tornou-se, com o passar do tempo, uma grande dificuldade enfrentada pela rede. Isto porque, dada a centralização das atividades dos coletivos em torno do referido professor, o advento da sua aposentadoria e conseqüente afastamento da UFV foi um momento extremamente desgastante para a rede social, já que nessa ocasião não havia alguém pronto a assumir a posição até aquele momento por ele ocupada.

Importante destacar que, muito embora a figura do professor Franklin estivesse profissionalmente vinculada ao grupo universitário, a sua aposentadoria e conseqüente ausência da coordenação do PACAB gerariam reflexos diretos nos demais coletivos da rede, justamente em razão da condição deste docente de articulador central da rede de apoio. Essa dinâmica pode ser compreendida a partir da fala de Padre Claret, abaixo:

No início era tudo junto mesmo, depois cada um ganhou autonomia [referindo à articulação entre MAB local e UFV]. Claro que, com o

Franklin, como ele estava desde o início, então era mais por causa da pessoa dele mesmo. (Padre Claret, 2011)

Interessante notar que, muito embora reste evidenciado nos depoimentos que MAB e academia tomaram caminhos diferentes com o passar do tempo, remanesceu uma ligação visível entre movimento social local e comunidade acadêmica, ligação esta que se constituía em torno de um vínculo *pessoal* com a figura do professor Franklin, o que fica notório quando Padre Claret, ao se referir à articulação entre MAB e UFV, deixa expresso o vínculo estabelecido com a figura do professor Franklin, ao utilizar a expressão “*por causa da pessoa dele mesmo*”.

A partir da importância de que sempre se revestiu a figura do professor Franklin para a articulação dos coletivos da rede social, uma retrospectiva histórica permite observar que os sinais iniciais da tensão que marcaria o referido processo de transição da coordenação do projeto de extensão começariam a se manifestar ainda por ocasião da saída do professor Franklin para cursar o pós-doutorado no exterior. Conforme narra o próprio docente,

Quando ia sair, em 1999, para cursar um ano de pós-doutorado no exterior, preoquei com certa descontinuidade do trabalho do projeto de extensão. Os professores que haviam iniciado o projeto de extensão comigo, Rafael, Gumerindo, Irene, Fátima Lopes, já tinham se afastado do NACAB para envolver em outras atividades. A professora Izabel Vieira, do DER, concordou em acompanhar as atividades do NACAB em minha ausência. No entanto, foi o Leo Rezende que fez a maior contribuição em dar continuidade à assessoria, principalmente no caso da PCH Fumaça. (professor Franklin, 2011)

O relato trazido pelo entrevistado indica que a ausência de professores com disponibilidade ou interesse em assumir as atividades do PACAB durante o seu afastamento para o pós-doutorado era um indicador do que viria a ser um dos momentos mais críticos vivenciados pela rede social estudada: a aposentadoria do então coordenador do projeto, no ano de 2010. Segundo o professor Franklin,

Quando, em 2009, comecei pensar e planejar aposentadoria da UFV, começou também um processo longo e difícil de tentar construir uma forma de dar continuidade do trabalho do PACAB e do NACAB, a ONG. A ONG NACAB ainda estava lutando na busca de sustentabilidade e estava, e ainda está, longe de ser substituto do projeto de extensão na assessoria aos atingidos na região. Vários colegas comentaram comigo que PACAB não deveria parar, “morrer” depois de minha aposentadoria. Portanto, uma das prioridades em 2010 foi a busca

para alguém, algum professor e grupo de apoio para garantir a continuidade do projeto de extensão. (professor Franklin, 2011)

A fala do entrevistado deixa evidente a sua preocupação em assegurar a continuidade das atividades de assessoria após a sua aposentadoria na UFV, o que pode ser explicado pelo forte compromisso social já demonstrado pelo professor Franklin para com as comunidades rurais que vinham sendo afetadas pelos diversos empreendimentos hidrelétricos previstos para a Zona da Mata mineira. Nesta ocasião, a continuidade do projeto de extensão esteve seriamente comprometida, como aponta o senhor Leonardo Rezende:

Quando essa turma saiu, porque não consegui financiamento da FAPEMIG, porque tinha que defender atingido, tinha os problemas internos lá do grupo de pesquisa... Então, eles foram se afastando. E o Franklin foi ficando isolado, na extensão. O Franklin, em 2000, sai para o pós-doutorado, eu fico aqui, busco uma bolsa de extensão, pedi o Rafael pra assinar um projeto, Rafael assina, mas já distanciado, ele... é... e aí o grupo enfraqueceu, ficou só o Franklin. E um pouco pela dificuldade dele de articulação, ficou só ele até ele aposentar. E inclusive foi aposentar e não tinha ninguém pra passar o bastão. Aí me procurou, *“que que você acha de Fulano?” “Fulano não”. “E Fulano? “Não vai assumir, Franklin. Quem vai querer trabalhar pra pobre sem dinheiro... entendeu, tomar porrada? Ninguém! Ninguém.”* Entendeu? E aí é, é.. por acaso aparece a Júnia. Que é fruto dos estudantes lá do PACAB, e aí ela assume.” (senhor Leonardo Rezende).

Como se observa no depoimento do entrevistado, o período que antecedeu a aposentadoria do professor Franklin foi marcado pela precariedade da atuação do projeto de extensão, principalmente pela ausência de docentes vinculados do projeto. A fala do ator evidencia também a ausência de recursos provenientes de financiamento científico, assim como conflitos internos ao próprio projeto de extensão, que, de certa forma, também dificultaram o processo de transição da coordenação do projeto. A fala do senhor Leonardo Rezende retrata, assim, o grande impasse vivenciado principalmente dentre os coletivos acadêmicos da rede social na ocasião da aposentadoria de seu coordenador, impasse que vem a termo quando a professora Júnia Marise, à qual se referiu o entrevistado, aceita assumir a coordenação do PACAB, já em 2011. Neste sentido, o relato do professor Franklin:

Esse processo foi difícil, mas teve desfecho com a Professora Júnia Marise, do Departamento de Economia Doméstica, se oferecer para assumir a coordenação do projeto de extensão e minha indicação dela e

da aluna Andressa como bolsista e eu e Aline Delesposte trabalhamos junto com elas para elaborar e submeter projeto ao PIBIC-2011, que foi aprovado. (professor Franklin, 2011)

O momento em que a professora Júnia Marise assume a coordenação do PACAB marca o surgimento de um novo ciclo dentro da rede social. Isto porque, a partir desse momento, toda a estrutura acadêmica do PACAB, que até então se encontrava centralizada na pessoa do professor Franklin, passa por uma reestruturação. É importante perceber que a própria professora Júnia faz menção à responsabilidade de assumir um projeto que até então, praticamente se confundia com a figura de seu coordenador. Conforme a entrevistada,

E aí o Daniel, por contato com Daniel, do NACAB, Leonardo, tudo, eles acabaram falando dessa possibilidade, mas eu nunca cogitei coordenar um projeto dessa natureza, porque é o legado do professor Franklin. E de repente eles se reuniram, e do ponto de vista político, profissional, acadêmico, eles reconheceram meu trabalho e eu fiquei muito feliz, quando fui procurada pelo professor Franklin, dizendo que o grupo, tinha sido, né, consenso que eu seria a pessoa adequada, digamos assim, pra substituí-lo. Então, foi um desafio muito grande que eu assumi (...) O Franklin tinha uma posição central, tudo era centralizado, porque o Franklin, porque o Franklin, e porque o Franklin... e talvez por isso tenha sido tão difícil que alguém acompanhasse esse legado dele depois, porque acabava ficando muita coisa, e ele tinha essa possibilidade de estar fazendo isso. (professora Júnia Marise, 2011)

Interessante notar como a professora Júnia Marise, ao utilizar a expressão “*legado*” deixa muito expressa na sua fala a intensidade do vínculo percebido entre o professor Franklin e o projeto de extensão até então por ele coordenado. Esse fato, muito possivelmente, contribuiu para a dificuldade vivenciada na rede social de se transferir a coordenação do projeto por ocasião da aposentadoria do professor Franklin, circunstância que é anteriormente salientada pela própria entrevistada em seu depoimento.

Outro ponto relevante que se destaca na fala da atual coordenadora do PACAB é a forte orientação então trazida ao projeto, no sentido de uma maior organização estrutural e intensificação da produção científica do mesmo. Neste sentido, assim se posiciona a professora Júnia Marise:

Essa é a idéia. Tanto que nós começamos, eu por ser de ONG, trabalhava com prefeitura, eu tenho uma visão muito grande assim de gestão de projetos, e uma forma de gerir projetos em termos de organização. Então eu estou tentando dar... digamos assim, a minha cara ao projeto. E isso nós começamos a organizar da seguinte forma: olha, nós precisamos de

um grupo de estudos consistente, não que antes não existisse, mas que isso seja uma atividade formal, que nós possamos realmente preparar os estudantes, para que não caiam em campo sem experiência, o que pode ser danoso, tanto para a comunidade quanto para os próprios estudantes, e ao mesmo tempo, tentar ampliar esse PACAB, prá fazer uma ponte muito maior. Nós conseguimos ano passado realizar o primeiro encontro, né, sobre barragens, conflitos ambientais sobre barragens na Zona da mata, então foi muito bom, porque a gente conseguiu fazer parcerias com outros departamentos. (professora Júnia Marise, 2011)

Como se depreende do relato da professora, a experiência anterior da entrevistada foi determinante para a reformulação estrutural do projeto de extensão. Desta maneira, observa-se em sua fala uma grande preocupação em aliar ao trabalho de campo o trabalho científico, e, paralelamente, descentralizar as atividades do PACAB, de modo a que não se passasse novamente pela mesma dificuldade vivenciada por ocasião da aposentadoria do professor Franklin. Conforme ressalta a depoente,

Então, quando fala, né, o PACAB: não falo Júnia. Eu, falo: o PACAB. Porque eu não quero essa idéia de centralizar, porque a gente sabe que isso é um caminho muito perigoso de seguir, né. (professora Júnia Marise, 2011)

Destaca-se ainda na fala da professora Júnia a importância atribuída ao fortalecimento do projeto de extensão, de modo a se construírem possibilidades concretas de financiamento científico, o que é uma das grandes dificuldades frequentemente apontadas nos depoimentos dos entrevistados da área acadêmica. Segundo a coordenadora do projeto de extensão,

Bom, talvez o legado do professor Franklin tenha sido para nós o grande ponto de partida. Porque foi a luta da implantação, da garantia de um projeto pequeno de extensão, que tivesse respeito dentro da Universidade, como a gente sabe que tem hoje. Então, o que a gente tem de diferente hoje? Manter essa estrutura, mas tentar ampliar aquilo que for preciso. Seria basicamente isso. **Nós mantemos, é claro, a essência, mas nós buscamos ampliar um pouco essa visão.** Nós temos buscado envolver os estudantes, né, infelizmente a gente não pôde estar presente em eventos, mas nós fizemos vários trabalhos já, mandamos, temos trabalhado com os estudantes nesse sentido, de estar aliando publicação, de estar aliando esta experiência, de estar fazendo registro, de estar tentando manter um acervo, uma série de coisas que eu diria de gestão mesmo, operacional, né, que a gente tem tentado fazer, como forma de deixar esse legado, que amanhã eu não sei de quem será. Talvez um pouco mais sistematizado, né... E eu vejo hoje um dos grandes desafios,

e é uma meta que a gente tem agora, em termos desse próximo ano de trabalho, é buscar financiamento pra esse projeto, que o professor Franklin nunca conseguiu. Apesar da relevância, ele tentou várias vezes, mas qual que é a visão? Que hoje, nesse fortalecimento, nessa experiência que a gente tem de evento, a gente vai acabar tentando, e a gente vai acabar conseguindo. Porque um projeto dessa natureza merece uma estrutura adequada. A gente tá lutando na pró-reitoria de extensão, a gente conseguiu um pequeno espaço, então é preciso que um projeto dessa natureza e relevância pra comunidade, que ele tenha um espaço, e enfim, tudo o que tem possibilidade, o PACAB ta inserido, né, é essa a meta que a gente tem tentado adotar. (professora Júnia Marise, 2011) (grifei)

É preciso destacar na fala da entrevistada a preocupação revelada em se estimular o envolvimento de estudantes nas atividades desenvolvidas pela rede social. Este é um ponto que se reveste de importância, na medida em que se observa a possibilidade de contribuição da rede social para a formação de futuros profissionais dotados de uma bagagem acadêmica que possibilite o seu comprometimento com as questões sociais. Neste mesmo sentido, assim se expressa o senhor Leonardo Rezende:

A conscientização do povo, atingido e não atingido, sabe? É, evolução da consciência, sem dúvida, dos problemas que uma barragem gera, que ela vem com o mito do desenvolvimento, então isso tudo foi um ganho histórico. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

É possível observar que os relatos trazidos pela atual coordenadora do PACAB e pelo coordenador do NACAB parecem retratar uma preocupação comum aos coletivos da rede social estudada, já que a construção de cidadãos críticos numa sociedade marcada pela desigualdade se reveste de especial importância para se obter um novo olhar sobre a realidade, o que também nos remete, necessariamente, à construção da justiça ambiental.

Outro ponto de grande importância na fala anterior da professora Júnia Marise é a referência expressa à ampliação da perspectiva inicial do projeto de extensão, o que se observa quando a entrevistada revela a sua preocupação em *manter a essência, mas ampliar a visão*. Percebe-se aqui um importante indicador de uma nova realidade vivenciada pela rede social, ou seja: a ampliação da sua abrangência para *além* das questões específicas das hidrelétricas. É o que explica a professora Júnia Marise:

E nós ampliamos essa questão da barragem. É o que nós estamos tentando, até porque o próprio MAB está fazendo isso. Um exemplo claro: o mineroduto. Hoje o mineroduto é uma das questões que a gente, né... nós começamos inclusive a fazer a primeira denúncia na Câmara, aqui a gente foi, fez essa denúncia em nome do PACAB mesmo, fizemos um levantamento da situação, do panorama, através de técnicos, a gente né, tinha colaboradores, nós fizemos assessoria nas comunidades, explicando, enfim, a gente tem tentado ampliar um pouco, aí, essa questão. Não que o PACAB vai deixar de ser, e a essência é e sempre será os atingidos por barragens, mas há uma visão muito maior, né, dentro dessa perspectiva da disputa pela terra, como um todo. (professora Júnia Marise)

A fala da entrevistada indica claramente o novo direcionamento dado ao projeto de extensão, ao se procurar discutir outras questões ambientalmente impactantes que têm se apresentado no campo de atuação da rede social, que não aquelas relacionadas às barragens hidrelétricas. Neste sentido, a depoente traz em seu relato o exemplo do mineroduto da empresa Ferrous Resources⁹¹, empreendimento que, caso implantado, atravessará diversos municípios mineiros, dentre eles vários na Zona da Mata mineira, causando significativos impactos ambientais.

Outro fator relevante observado na fala da atual coordenadora do projeto de extensão é o fato de que este encaminhamento para a discussão de novos eventos ambientalmente impactantes não é uma perspectiva isolada dentro do PACAB, mas transparece igualmente nos demais coletivos da rede social. O relato anteriormente trazido pela professora menciona expressamente que o MAB local já tem se orientado neste sentido, o que pode ser atestado ao se observar a fala de Padre Claret, abaixo:

A primeira coisa que o MAB busca é de fato garantir o máximo de direitos onde de fato o direito já foi violado. Garantir o direito das pessoas. E o segundo objetivo do movimento é garantir que as pessoas

⁹¹ O mineroduto ao qual que se refere a professora Júnia Marise é um empreendimento da empresa Ferrous Resources do Brasil, e cujo procedimento de licenciamento ambiental encontra-se sob a responsabilidade do IBAMA. Com aproximadamente 400 quilômetros, o mineroduto ligará a mina Viga, de propriedade da Ferrous, em Congonhas/MG, ao porto em Presidente Kennedy, no sul do Espírito Santo. Se instalado, a estimativa é que tenha capacidade para transportar 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano na primeira fase, podendo expandir para 50 milhões de toneladas de minério anuais na segunda fase. Na primeira fase, o mineroduto passará por 22 municípios, sendo 17 em Minas Gerais, três no Rio de Janeiro e dois no Espírito Santo. Dentre os municípios mineiros constantes da área de intervenção do empreendimento, encontram-se as cidades de Viçosa e Paula Cândido, por exemplo, além de outros municípios da Zona da Mata mineira. Informações disponíveis no site da empresa Ferrous Resources do Brasil, disponível em <<http://www.ferrous.com.br/index.php/projetos/view/14/14>>, acesso em 24 de março de 2012.

não só tenham o direito assegurado, mas que elas sintam a mensagem. (...) Então isso depende muito, são várias atividades, e a atividade ela nem é só na questão da barragem. Nós trabalhamos também a questão da energia, porque, na verdade, a energia é uma forma de você entrar na cidade. O que acontece: quando a empresa ela faz a barragem, ela trata da questão da água, domínio da água, mas é também, imediatamente o domínio da energia, como se fosse leite que você tira de um curral. E essa é uma forma do movimento entrar na cidade. Percebendo isso, estamos debatendo as tarifas em geral, tarifa da água... porque nesse sistema hoje, as tarifas são formas de você transferir renda da classe trabalhadora para a classe dominante. Então, por exemplo, é por isso que está acontecendo este trabalho aqui hoje, em Ponte Nova. Discutiu, panfletou, e agora chama todo mundo para uma audiência pública no dia 22 [de setembro de 2011] à noite. É por isso que nós estamos debatendo a questão do mineroduto, são seis municípios envolvidos. Porque embora seja o Movimento dos Atingidos por Barragens, que nasceu a partir dos traumas das barragens, o objetivo principal nosso é organizar o povo para transformar a sociedade. Então a gente debate as questões que estão agredindo o povo, com o objetivo de legalizar as diversas questões. Agora claro que existem questões prioritárias, que no caso são duas: é a energia, é a barragem, é o minério, né... e no caso das cidades, são as tarifas. (Padre Claret, 2011)

Uma tendência muito importante que é sinalizada na fala do entrevistado é a intenção do movimento social de extrapolar os limites da área rural, e ganhar espaço também dentro das cidades, preocupação que possivelmente seja explicada pela maior visibilidade social do meio urbano em relação ao meio rural. Assim, percebe-se na fala do ator um nítido cuidado em estabelecer uma ligação visível entre os meios urbano e rural, o que possibilitaria um campo de atuação muito mais amplo para o movimento social. Possivelmente, o propósito evidenciado pelo entrevistado, de procurar colocar em perspectiva também as questões que estão diretamente ligadas à vida na cidade, como as tarifas de água, seja explicado pela possibilidade do movimento social ganhar visibilidade, e agregar força à sua atuação.

Outro ponto presente na fala de Padre Claret que reforça esta nova orientação do MAB local é igualmente a menção à questão do mineroduto, também discutido pelo movimento social. Como já apontado pela professora Júnia Marise, o MAB local tem participado também dos debates a respeito desse empreendimento. Esta nova articulação surgida a partir da implantação do mineroduto nos parece ser um indício do fortalecimento da articulação entre movimento social local e coletivos acadêmicos dentro da rede social.

Neste sentido, importante destacar que a professora Irene Cardoso, participante do programa TEIA, também se refere à construção do mineroduto, conforme se observa do relato seguinte:

Agora mesmo, amanhã, vai ter uma audiência pública de mineroduto, que vai estar acontecendo lá na Economia Rural. Então acho que tem mais pessoas que estão se envolvendo, acho que a tendência é pra isso... a Júnia tá envolvida no trabalho, agora, na Economia Doméstica, a Márcia sempre esteve envolvida, se não totalmente como com Franklin... (...) Mas eu acho que tem outras pessoas chegando, tem Marcelo, tá chegando aí, o Marcelo que é seu orientador, é uma pessoa especial, tá envolvido no mineroduto, então tem outras pessoas chegando, e vão ocupando e assumindo esse papel. (professora Irene Cardoso, 2011)

Como se observa no depoimento da entrevistada, a construção do empreendimento em questão tem servido como ponto de partida para a o fortalecimento da articulação entre os coletivos acadêmicos, e, por sua vez, destes com o MAB local. A entrevistada menciona em sua fala nomes de novos professores que têm se envolvido com os trabalhos de assessoria, o que parece nos indicar que a renovação dos trabalhos da rede social tem passado não apenas pelo surgimento no seu campo geográfico de atuação de novos empreendimentos ambientalmente impactantes (como tem retratado a possibilidade de construção do mineroduto) mas também pela própria renovação dos indivíduos integrantes desta rede.

Importante destacar que a articulação que é mencionada pelos entrevistados tem sido possibilitada principalmente pela criação do *e-mail* institucional do projeto de extensão (pacab@ufv.br). Conforme destaca a professora Júnia Marise,

Nós criamos uma rede de informação, nós criamos o e-mail do PACAB, então isso facilitou bastante. A gente hoje consegue estar muito mais articulado, né. (professora Júnia Marise, 2011)

A ferramenta à qual se refere a depoente tem se mostrado um importante instrumento de divulgação das atividades do PACAB, e também canal eficaz de comunicação com os demais coletivos da rede social estudada, o que representa a tendência já abordada por Sherer-Warren (2006) e Castells (1999), de que as novas tecnologias de comunicação têm facilitado a articulação entre coletivos em rede.

A consulta ao acervo de mensagens eletrônicas do PACAB, no período compreendido entre maio de 2011 e abril de 2012, demonstra uma intensa movimentação do projeto de extensão, com o agendamento de reuniões periódicas, grupos de estudo, participação e organização de eventos, dentre outras atividades correlatas envolvendo professores e alunos. Interessante perceber que as mensagens analisadas apontam para a atuação conjunta principalmente entre PACAB, NACAB, MAB local e projeto TEIA, sendo importante destacar o envolvimento destes coletivos na recente discussão do mineroduto e no processo de mediação em Candonga.

A seguir, transcrevemos algumas mensagens veiculadas via endereço eletrônico do PACAB, que demonstram o atual processo de articulação entre os coletivos da rede social ora estudada:

Bom dia pessoal! Estamos com a intenção de montarmos uma instalação pedagógica do MAB/PACAB, na semana do fazendeiro, junto à Troca de Saberes. Tivemos a ideia de montar uma instalação sobre a produção de energia elétrica, simulando os danos que são causados pela mesma. Seria um modo de recriar uma barragem e mostrar os danos (socioambientais e etc.. Da mesma forma, devemos mostrar as outras possibilidades de geração de energia alternativa. A professora Irene deu a ideia de ser no Parque da Ciência, onde o Edmar é o responsável. (...)
Atenciosamente, Andressa.
(mensagem eletrônica enviada por pacab@ufv.br, no dia 29 de junho de 2011)

Bom dia colegas! Sexta feira (14/10) às 14 horas, haverá uma reunião na sala do Doutor Leonardo (edifício Panorama), para que ele nos dê maiores informações sobre a assessoria aos atingidos de Candonga. Aqueles interessados que puderem me acompanhar, entre em contato comigo. Aguardo.
Att, Andressa
(mensagem eletrônica enviada por pacab@ufv.br, no dia 10 de outubro de 2011)

Boa tarde a todos, repasso o email que recebi do Thiago sobre a Assembléia Popular sobre a falta d'água em Viçosa. É importante que todos do PACAB compareçam!
Att, Camila

Olá para todos e todas!

Nos últimos seis meses, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em parceria com outras organizações do campo e da cidade vem denunciando os inúmeros impactos ambientais, sociais e econômicos da construção do mineroduto da FERROUS Resources do Brasil que levará minério de ferro de Congonhas (MG) para Presidente Kennedy (ES) atravessando 22 cidades em 3 estados. Em Viçosa ele atravessa várias comunidades em um traçado de 15 km. Foram realizadas reuniões

locais, seminários regionais e a Audiência Pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais no final de 2011 de onde saíram diversos encaminhamentos.

Dando continuidade no permanente esforço de alertar toda a população sobre os prejuízos que este empreendimento causará, convocamos as organizações para realizar mais um debate sobre este tema tendo agora foco na questão da água. É de conhecimento de todos que nossa cidade passa por uma grave crise de abastecimento em plena época de chuva, sobretudo nos bairros mais altos, como Santa Clara e adjacências, que também são os mais pobres. Esta crise vem alarmando autoridades e sendo destacada em todos os meios de comunicação em nossa cidade.

Queremos realizar uma Assembléia Popular sobre a falta d'gua em Viçosa para debater com toda a população este importante problema e alertar que a construção do mineroduto da FERROUS vai piorar as coisas porque passará justamente na área de manancial na altura do bairro Paraíso. Rasgará em diversas partes a frágil Bacia do Rio São Bartolomeu de onde saem 60% da água tratada pelo SAAE. As placas da empresa estão lá para quem quiser ver. Isso sem falar que em Congonhas a FERROUS captará cerca de 1.400 m³ de água por hora do Rio Paraopebas além de atingir outros mananciais ao longo do trajeto. É este o desenvolvimento que queremos?

Para construir coletivamente essa mobilização faremos uma reunião quinta-feira, 29 de março de 2012, às 14h na sala 06 do CEE. A presença de todos é essencial. Confirmem a participação neste e-mail.

Tiago Alves, Movimento dos Atingidos por Barragens
(mensagem eletrônica enviada por pacab@ufv.br, no dia 22 de março de 2012)

Boa tarde pessoal, ontem tivemos uma reunião com o Leonardo (NACAB/PACAB), em que ele nos passou a situação de Candonga, e nos instruiu em algumas ações que poderiam ser realizadas no local. Gostaríamos então de marcar uma reunião com urgência para discutirmos o que conversamos na ocasião, e combinarmos uma ida, também urgente, a Candonga. A reunião então fica marcada para segunda-feira (16/04), às 18:00 horas no Departamento de Economia Doméstica. PAUTA: Candonga. É MUITO IMPORTANTE A PRESENÇA DE TODOS!!!

Att, Camila

(mensagem eletrônica enviada por pacab@ufv.br, no dia 13 de abril de 2012)

Leo, quanto você acha que precisa? Coloca na rede, posso ver se contribuo com meus projetos.

Irene.

(mensagem eletrônica encaminhada pela professora Irene Cardoso no dia 18 de abril de 2012, em resposta à convocação feita pelo PACAB para viagem à Candonga)

Boa tarde pessoal, acabei de receber a confirmação do carro pra amanhã (27/4) às 16:30 no DED. Como combinado, quem for e puder comparecer no departamento às 14:00 horas para decidirmos qual vai ser a dinâmica na reunião. Peço que os membros do PACAB, se possível, fossem com a camisa do Projeto.

Att, Camila

(mensagem eletrônica enviada por pacab@ufv.br, no dia 26 de abril de 2012)

O teor das mensagens apresentadas retrata a realização de diversas ações integradas entre MAB local, PACAB, programa TEIA e NACAB. Duas situações têm merecido destaque neste processo: a discussão acerca do mineroduto, e a intervenção no processo de mediação em Candonga. Neste último caso, vale ressaltar nas mensagens a movimentação realizada via PACAB/NACAB/TEIA para obtenção de recursos para o deslocamento de estudantes e professores até a localidade de Novo Soberbo, a fim de prestarem assessoria à comunidade na condução do processo de mediação com a empresa responsável pela barragem.

Outro fator importante que se depreende das mensagens é que é possível observar que as atividades da rede social parecem acompanhar o ciclo de implantação dos empreendimentos trabalhados, se mostrando mais visíveis nas fases iniciais, de discussão e implantação dos empreendimentos, e mais latentes nas fases em que se têm mais projetos consolidados. Padre Claret evidencia este processo, conforme se percebe no relato seguinte:

Porque quando você tem o início do processo na região, aquela rede em torno do projeto, as pessoas começam a reagir, as pessoas vão muito para fora, se articulam, então nós tivemos essa fase. E entramos numa fase onde se têm projetos parados, se têm projetos já construídos, e a tendência é as pessoas se acomodarem. Então, assim, o movimento continua ativo da mesma forma: não do modo como acontecia antes, com mobilizações, mas nas reuniões nas comunidades. (Padre Claret, 2011)

Muito embora o entrevistado se refira em sua fala especificamente ao MAB local, a nosso entender a dinâmica que é por ele descrita pode se aplicar à rede social como um todo. Desta forma, a partir da fala de Padre Claret, é possível perceber a importância de que se revestem a possibilidade de construção do mineroduto na área de atuação da rede social, assim como o processo de mediação estabelecido em Candonga, já que estes eventos parecem ser elementos marcantes para a intensificação do processo de articulação entre os coletivos, e consequentemente, para a maior visibilidade das atividades da rede social estudada. Neste sentido, é importante destacar que o surgimento de novas situações de conflito

tem propiciado inclusive a inserção no âmbito de atuação da rede social de outras modalidades de comunidades socialmente vulneráveis, como se dá no caso daquelas que são ameaçadas pela construção do mineroduto.

Assim, o que se tem observado é que, a partir da nova realidade que tem se apresentado para a rede social, esta tem se adaptado principalmente pela ampliação de sua perspectiva inicial para além da temática específica das barragens. Neste sentido, o relato trazido por Padre Claret:

E agora já começa a haver sinal desse outro processo de novo: pelo jeito a gente vai entrar de novo nesse que aconteceu no início, agora claro, com mais qualidade, com mais consciência, com mais cumplicidade. Eu tenho muita fé que as pessoas vão reagir. Então eu acredito que nos próximos períodos haja muitas manifestações, e com uma qualidade jamais estabelecida. (Padre Claret, 2011)

A fala trazida pelo entrevistado pode representar a dinâmica que tem orientado a trajetória da rede social, já que a partir das experiências anteriores, a rede pode vir a refinar e fortalecer suas estratégias de ação, inclusive aumentando seu campo de atuação, o que igualmente tem sido evidenciado nos depoimentos dos demais entrevistados. Neste sentido, é importante perceber que o relato de padre Claret evidencia o fato de que a rede social ora estudada está em constante processo de formação, o que nos parece indicar a existência de um processo cíclico de renovação da rede social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REDE E NÓ NA CONTRUÇÃO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Porque quando se discute a questão ambiental, né, a gente tá discutindo a questão do espaço, quer dizer, do espaço da pessoa, e do espaço em todas as formas de vida. Então, é tudo muito integrado, né? Se a gente mexe isso, você bota um muro... igual lá no caso de Candonga, um muro de sessenta metros de altura.

Padre Claret

Ao longo dos últimos capítulos, procuramos reconstituir e analisar a trajetória da rede social identificada na Zona da Mata mineira, voltada para a defesa dos interesses de comunidades atingidas por barragens.

Tendo como objetivos resgatar o processo de formação desta rede social, identificar o campo de valores que marca o seu discurso, e destacar suas principais limitações, desafios e perspectivas, a pesquisa foi construída a partir de um delineamento predominantemente qualitativo, tendo como quadro teórico de fundamentação o das ciências sociais críticas. A natureza do estudo foi descritiva, sendo empregadas como técnicas metodológicas a pesquisa documental e científica, além de entrevistas semi-estruturadas. Posteriormente, os dados coletados foram trabalhados por meio da técnica de análise do discurso.

Historicamente, o surgimento da rede social objeto da presente pesquisa pode ser situado no ano de 1995, por ocasião da iniciativa do então docente da Universidade Federal de Viçosa, professor Franklin Daniel Rothman, em criar um

projeto de extensão dentro da Universidade voltado para a discussão das conseqüências dos empreendimentos hidrelétricos, a partir da perspectiva das comunidades locais afetadas pelas barragens.

Tendo como referência central a figura de seu principal articulador, o professor Franklin, delineiam-se os contornos da rede social estudada, que se constrói a partir da articulação entre o projeto de extensão liderado por este professor, o PACAB, e outros coletivos, como o núcleo regional do MAB na Zona da Mata mineira, a ONG NACAB, além da atuação das respectivas lideranças comunitárias em cada localidade. À rede social sob análise agregam-se ainda coletivos como a Igreja Católica/CPT, e o programa TEIA, da UFV. É possível perceber que a rede é composta por diferentes categorias de coletivos, qual sejam: academia (PACAB e TEIA); sociedade civil organizada (NACAB); Igreja Católica; Movimento Social (MAB local), além das próprias comunidades.

Constatamos desta maneira a existência de uma rede social em operação na Zona da Mata mineira, formada pela articulação entre coletivos cujo objetivo comum é, primordialmente, a defesa dos direitos e interesses das comunidades atingidas por barragens. Trata-se na verdade de uma rede social formada por nós coletivos. Em outras palavras, trabalhamos aqui, conforme expressa Sherer-Warren (2006), com uma *rede de coletivos em rede*, ou seja, uma rede que é formada por outras redes.

Importante ainda destacar que, dentro da perspectiva da sociedade em rede, tal como proposta por Castells (1.999), a rede social que consistiu em nosso objeto de estudo insere-se num contexto muito mais amplo, tornando-se, ela mesma, enquanto rede, parte de uma estrutura que é designada por Sherer-Warren (2006) como *rede de movimento social*. Desta maneira, no caso específico da Zona da Mata mineira, a rede social pesquisada é também o “nó” de outra rede ainda mais complexa, ou seja, a rede de movimento social formada no Brasil pelo MAB nacional.

Com relação aos indivíduos que compõem os coletivos da rede social na Zona da Mata mineira, verificou-se que as motivações por eles apresentadas para o seu envolvimento com a rede encontram-se diretamente vinculadas a questões pessoais, de foro íntimo, que os levaram a desenvolver um forte sentimento de compromisso social. A partir desta perspectiva, os entrevistados expressam diferentes identidades dentro da rede.

A condição de *assessor* é mais presente na comunidade universitária, embora utilizada com reservas, já que alguns membros da academia, em vários momentos, preferem substituir o termo por expressões como *ajudador*, *mediador* ou *companheiro*. Já no que se refere ao MAB local, a condição de assessor é expressamente negada, sendo a figura do *militante* assumida como representativa dentro deste coletivo. Contudo, importante ressaltar que, em diferentes ocasiões, Padre Claret, o coordenador do MAB local, é percebido pelos demais entrevistados como assessor.

Outro aspecto interessante observado na morfologia da rede foi a trajetória apresentada pelo coletivo do MAB local dentro da rede social. Inicialmente mais dependente do núcleo acadêmico da Universidade Federal de Viçosa, a partir do qual se originou, o movimento social local cresce em autonomia principalmente a partir de 2000, por influência do MAB nacional na região.

Percebe-se que a raiz desta maior independência do MAB dentro da rede estudada, especialmente em relação ao grupo universitário, se dá principalmente pela opção pela utilização de espaços não-institucionalizados para materialização da assessoria, em substituição ao questionamento técnico dos estudos ambientais, estratégia tida como típica dos coletivos acadêmicos.

A partir desta circunstância, é possível observar uma nítida repartição de papéis no interior da rede social, entre “*assessoria técnica*”, enquanto aquela que é prestada pela academia, e assessoria “*não-técnica*”, caracterizada pela mobilização e organização popular, tidas como próprias do movimento social.

Em relação ao discurso que permeia a fala dos entrevistados, observa-se que é percebida pelos mesmos uma notória relação de oposição, entre atingidos, de um lado, e empreendedores, de outro, uma relação que é marcada pela assimetria, já que o atingido é sempre percebido pelo olhar da rede social como em situação de inferioridade em relação ao empreendedor.

A carga ideológica que marca o discurso da rede social está lastreada, desta maneira, às percepções simbólicas dos entrevistados a respeito do quadro de injustiça ambiental que marca a matriz energética brasileira, já que a sociedade é vista como um espaço de condições desiguais, nas quais as circunstâncias sócio-econômicas legitimam o discurso do empreendedor e desmerecem os modos de vida tradicionais das comunidades locais.

Nesta medida, é justamente na lacuna deixada pela omissão do Estado como guardião de direitos que a rede social encontra espaço para materializar seu discurso e legitimar a sua ação, colocando-se ao lado das comunidades rurais fragilizadas, como forma de procurar equilibrar a relação e assim contribuir para a obtenção de resultados ambientalmente mais justos.

Como maiores dificuldades do trabalho da rede social, são apontadas limitações como tempo disponível, pouca disponibilidade de recursos, humanos e financeiros, além da dificuldade em desmistificar, seja junto às comunidades locais, seja diante da sociedade como um todo, o discurso já consolidado da barragem como sinônimo de progresso e desenvolvimento.

Com relação às conquistas da rede social, a não-construção da barragem aparece como elemento de referência, muito embora o crescimento político das comunidades, a efetividade da participação popular nos processos de licenciamento ambiental, a conquista de indenizações e reassentamento mais justos e a possibilidade de contribuir para a transformação da sociedade permitam vislumbrar, pela ótica dos entrevistados, resultados positivos da assessoria, ainda que ocorra a construção da represa.

Observou-se ainda que a rede social tem se direcionado no sentido de ampliar a sua atuação para além da perspectiva inicial da temática específica das barragens, principalmente devido ao surgimento de outras situações de conflito no seu campo geográfico de atuação, a exemplo do que ocorre com o mineroduto.

Nesta perspectiva, é possível observar que a rede social ora estudada encontra-se em constante processo de formação, o que vem a evidenciar a existência de um processo cíclico de sua renovação. Desta feita, a tendência apontada pela rede é a de permanente rotatividade entre os indivíduos que a integram, bem como a articulação com novos coletivos, circunstância que poderá, inclusive, ser objeto de análise em estudos posteriores.

Conforme se pôde observar, a rede social estudada surgiu a partir do questionamento a respeito das conseqüências ambientais advindas para os segmentos sociais menos favorecidos em decorrência da implantação de empreendimentos como as hidrelétricas, que historicamente são tidas como empreendimentos geradores de energia limpa e de baixo custo – uma carga valorativa que se intensifica para as PCH's, consideradas como de menor impacto em relação às UHE's.

Neste sentido, os empreendimentos que são contestados a partir da atuação da rede social estudada são tidos como representativos de progresso e desenvolvimento, motivo pelo qual uma das limitações apontadas pela rede social é justamente a dificuldade em se colocar em perspectiva o discurso socialmente legitimado do empreendedor.

No entanto, embora seja preciso reconhecer que os projetos hidrelétricos são planejados tendo em vista precipuamente a obtenção de lucro por seus empreendedores – um propósito que, na maioria das vezes, impede maiores preocupações para com o futuro daqueles que serão diretamente afetados pelo empreendimento – importante levar em consideração que, em última análise, a utilização da energia elétrica acarreta benefícios que se estendem à sociedade como um todo. O próprio Bermann (2002, p. 01), um importante crítico das implicações ambientais da produção energética no país afirma que “o acesso à energia é base importante da existência humana, essencial à satisfação de necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, habitação, e também mobilidade e de comunicação”.

A utilização da energia elétrica possibilita a todos nós comodidades que vão desde os mais avançados recursos tecnológicos até confortos tão simples, tão básicos, que podem até passar despercebidos, como uma lâmpada acesa dentro das nossas casas. Esta própria pesquisa somente se tornou possível a partir da utilização de recursos dependentes da energia elétrica, energia esta que, muito possivelmente, foi gerada em empreendimentos responsáveis pela desarticulação de modos tradicionais de vida e por muitas outras situações semelhantes àquelas que são reportadas pelos integrantes da rede social estudada.

Contudo, se de um lado é inegável reconhecer os benefícios advindos da utilização da energia elétrica, de outro lado fica evidenciado também que os custos ambientais da geração desta energia têm sido suportados numa parcela flagrantemente desproporcional pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Conforme aponta Ludwig (2003, p. 226), “a perda de tudo o que é pequeno e modesto é um triste processo do qual hoje somos testemunhas”.

Como se vê, as questões trazidas à discussão a partir da atuação da rede social estudada não são simples, muito menos de fácil resolução.

Acreditamos que um ponto crucial à reflexão consista no reconhecimento da desproporcionalidade na distribuição dos ônus ambientais da produção energética, circunstância que tem levado a rede social ora estudada a questionar os *custos* a

partir dos quais se tem mantido o modelo de desenvolvimento adotado no país. Como bem colocado pela entrevistada professora Irene Cardoso, *“a que custo que é esse desenvolvimento? A custo do meio ambiente, a custo das comunidades?”*

A fala da entrevistada nos remete à intrínseca relação existente entre sociedade e meio ambiente, conforme já apontado por Acserald (2004b). Isto porque no conflito ambiental que se estabelece quando da construção de um empreendimento hidrelétrico, na disputa pelo acesso ao ambiente reclamado para a construção da obra, o campo simbólico de valores das populações locais se reveste de menor importância que o campo de valores trazido pelo empreendedor. Nesta medida, a rede social se entende inserida dentro de uma sociedade essencialmente marcada pelo conflito, na qual segmentos sociais como as populações afetadas pelas barragens têm seus interesses e direitos suplantados pelos interesses orientados primordialmente pelas racionalidades econômicas.

Por esta razão, a produção de energia por meio de hidrelétricas tem representado um conflito que, por ser ambiental, é também necessariamente social, já que as externalidades do processo de produção da energia têm sido socialmente direcionadas para as comunidades tradicionais, segmentos social e economicamente mais frágeis, uma situação, portanto, característica do cenário de injustiça ambiental a marcar a matriz energética brasileira.

Neste sentido, é possível que o ponto de partida no sentido de construção de um modelo de desenvolvimento calcado em bases ambientalmente mais justas e democráticas esteja no incentivo à políticas públicas que priorizem a utilização de fontes alternativas de energia, uma necessidade para a qual Bermann (2002) tem frequentemente chamado a atenção. Segundo este autor, a partir de estudos empíricos é possível afirmar que, no Brasil, *“as fontes alternativas de energia elétrica e combustíveis têm um enorme potencial para substituir as fontes convencionais (...) As fontes alternativas trazem impactos ambientais e sociais muito menores que as fontes convencionais”* (BERMANN, 2002, p. 04).

A questão se reveste de especial importância quando levamos ainda em consideração que o contexto que tem marcado a matriz energética pode se traduzir, também, em outras áreas. Isto porque projetos de significativo interesse econômico que, via de regra, contam com o respaldo do poder público, como minerodutos, auto-estradas, mineração, implantação de linhas de distribuição energética, instalações industriais, enfim, empreendimentos cujas estruturas sejam geradoras de relevantes

impactos ambientais, podem reproduzir a mesma realidade representada pelas hidrelétricas no que toca à distribuição desigual das “externalidades” dentre as camadas menos favorecidas da sociedade, num cenário de flagrante injustiça ambiental.

E na medida em que a rede social estudada procura contribuir para com uma nova forma de se ver e entender a realidade, a mesma evidencia a sua importância como instrumento para legitimação de direitos e construção de justiça ambiental. Neste sentido, a rede social sob análise tem se constituído enquanto *rede*, mas também como *nó*, ao se inserir na estrutura muito mais complexa das redes de movimento social ambientalistas, que, no dizer de Castells (2008, p. 142) “encontram-se no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura”.

Acreditamos assim que a pesquisa que ora se encerra possa contribuir na reflexão não apenas a respeito das implicações ambientais advindas da atual matriz energética no Brasil, mas também sobre as próprias contradições de um modelo político no qual pouca margem de opção tem sido disponibilizada para populações sócio e economicamente mais vulneráveis, a respeito das escolhas do chamado desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. 296p.

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. 296p.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A. et.al. (Org). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288p.

ACSERALD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. *et.al.* (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. 316p.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, H. *et.al.* (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. 316p.

ALVES, P. C.; RABELO, M. C. Repensando os estudos sobre representações e práticas em saúde/doença. In: ALVES, P.C.; RABELO, M.C. (Orgs). **Antropologia da Saúde: traçando identidades e explorando fronteiras**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Relume Dumará, 1998, p. 107-121.

AMARAL, V. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Disponível em: < http://www.rits.org.br/redes_teste.cfm>, acesso em 22 de agosto de 2011.

BERMANN, C. **Concepções de uma política energética sustentável do Seminário Internacional Fontes alternativas de energia e Eficiência energética – opção para uma política energética sustentável no Brasil** – Câmara do Deputados, Brasília, DF, 18-20 de junho de 2002. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/boell.html>>, acesso em 11 de março de 2012.

BERMANN, C. Os atingidos por barragens e a privatização. **Informativo do MAB**. São Paulo, vol. 12, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 11 de março de 2012.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. Tradução de Carlos Machado de Freitas. In: ACSELRAD, H. *et.al.* (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. 316p.

CAPPELE, M.C.A.; MELO, M.C.O.L.; GONÇALVES, C.A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais. Revista Eletrônica de Administração da UFLA**, vol. 5, n. 1, 2003.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. Florianópolis: **Texto Contexto Enferm.**, out./dez. 2006. p. 679-84. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>, acesso em 25 de março de 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 698p.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 529p.

CERNEA, M.M. Involuntary resettlement: social research, policy and planning. In: CERNEA, M.M. (ed). **Putting people first: sociological variables in rural**

development. 2.ed. New York: Oxford University Press for the World Bank, 1991, p. 188-215.

CHIZZOTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Año/vol.16, n.002. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2003, p.221-236.

DUQUE, G. Experiências de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. **Cadernos do CEAS**, n. 91. Salvador, 1984.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética). **AAI dos aproveitamentos hidrelétricos da bacia do Rio Doce. Avaliação ambiental distribuída (AAD) e análise dos conflitos**. EPD 1-50-0001 RE R4. Brasília, novembro de 2007.

FAZITO, D.; SOARES, W. **Análise das Redes de Migração Interna no Brasil (1986-1991): aspectos macroestruturais**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Migr_Fazito_Soares_Text.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2011.

FLICK, U. **Desenho de pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 163p.

GERMANI, G.I. Os expropriados de Itaipu. **Cadernos do PROPUR**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

GOULD, K.A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H. *et.al.* (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 316p.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Rev. Adm. Pública**. v.43, n.5, p.. 1007-1035. 2009

LUDWIG, M.P. **Descortinando a paisagem – a construção social do espaço e o sentido de lugar: uma comunidade rural da Zona da Mata de Minas Gerais nos umbrais do Século XXI**. 2003. 239p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) . Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. 239p.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999, 260p.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000, 269p.

MARTINS, J.S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Rev. Adm. Pública**. v.43, n.5, p.. 1147-1180. 2009.

MCCULLY, P. **Rios silenciados. Ecologia y politica de las grandes represas**. Tr. Leticia Isauralde. Santa Fé, Argentina: Proteger Ediciones, 2004.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA – MME. CENTRAIS HIDRELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010**. Plano 2010. Relatório Executivo. Rio de Janeiro, dezembro de 1987. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96652-88.pdf. Acesso em 04 de março de 2012.

OLIVEIRA, S. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. 296p.

PINHEIRO, O.G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M.J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.183-214.

PINTO, A. M.; JUNQUEIRA, L. A. P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública.** v.43 n.5, Sept./Oct. 2009

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede** na teoria sociológica. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>, acesso em 22 de agosto de 2011.

REIS, M.J. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS, M.J. e BLOEMER, N.M.S. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura, Ed. da UFSC, 2001.

ROTHMAN, F.D. Política ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo de caso. In: **Raízes**, vol. 21, n. 01, Campina Grande, p.45-52, jan./jun. 2002.

ROTHMAN, F.D. Conflitos socioambientais, licenciamento de barragens e resistência. In: **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008a. 344p.

ROTHMAN, F.D. Licenciamento ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo comparativo. In: **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008b. 344p.

ROTHMAN, F.D; FIRME, A.J.; OLIVEIRA, J.; COSTA, M.G.A. Parceria entre Universidade, ONG e o Movimento dos Atingidos por Barragens para o Fortalecimento da Organização das Comunidades Atingidas. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004.

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C.F.; LÚCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANDÍN ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010. 266p.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado: Brasília, v.21, n. 1, p. 109-130, jun./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?** Cadernos CRH: Salvador, v.21, n.54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SCHERER-WARREN, I. **Redes enquanto conceito propositivo dos movimentos sociais**. Disponível em <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/2c97aa7f-5c62-4343-8f8b-072f21081f3f/Default.aspx>, acesso em 26 de novembro de 2011.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M.J. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008. 344p.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In PINGUELLI ROSA, L. et.al. (ed). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE, 1988.

SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A.L. DAOU, A.M. **Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS/Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1987.

SOARES, D.F. **A cidade do lago: São João Marcos e o reservatório de Ribeirão de Lages**. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Programa de História Oral. Projeto

Vozes de Minas: Sub-projeto: Ambientalistas mineiros. **Entrevista com Franklin Daniel Rothman**. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Programa de História Oral. Projeto Vozes de Minas: Sub-projeto: Ambientalistas mineiros. **Entrevista com Antônio Claret Fernandes**. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2005.

VAINER, C.B. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H. *et.al.* (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 316p.

VAINER, C.B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 208p.

VAINER, C.B. e ARAÚJO, F.G.B. **Implantação de grandes hidrelétricas**. Travessia: jan-abr, 1990, p. 18-24.

WORLD COMISSION ON DAMS (WCD). Relatório: **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Novembro, 2000.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A. *et.al.* (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A. *et.al.* (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288p.

ZHOURI, A.; ROTHMAN, F.D. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008. 344p.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M.C. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais – notas preliminares de uma pesquisa em andamento. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**. 04 a 06 de junho de 2008. Brasília, DF, 2008.

ANEXO A – Lista de municípios da Zona da Mata, Minas Gerais, de acordo com a classificação do IBGE.

Microrregião Ponte Nova	Microrregião Manhuaçu	Microrregião Viçosa
Acaiaca	Abre Campo	Alto Rio Doce
Guaraciaba	Caparaó	Brás Pires
Piedade de Ponte Nova	Durandé	Cipotânea
Rio Casca	Manhuaçu	Lamim
Santo Antônio do Grama	Matipó	Piranga
Sericita	Santa Margarida	Rio Espera
Barra Longa	São José do Mantimento	Teixeiras
Jequeri	Alto Caparaó	Amparo do Serra
Ponte Nova	Caputira	Cajuri
Rio Doce	Lajinha	Coimbra
São Pedro dos Ferros	Manhumirim	Paula Cândido
Urucânia	Pedra Bonita	Porto Firme
Dom Silvério	Santana do Manhuaçu	São Miguel do Anta
Oratórios	Simonésia	Viçosa
Raul Soares	Alto Jequitibá	Araponga
Santa Cruz do Escalvado	Chalé	Canaã
Sem-Peixe	Luisburgo	Ervália
Vermelho Novo	Martins Soares	Pedra do Anta
	Reduto	Presidente Bernardes
	São João do Manhuaçu	Senhora de Oliveira

Microrregião Muriaé	Microrregião Ubá	Microrregião Cataguases
Antônio Prado de Minas	Astolfo Dutra	Além Paraíba
Carangola	Guarani	Dona Eusébia
Eugenópolis	Mercês	Laranjal
Miradouro	Rodeiro	Pirapetinga
Orizânia	Silveirânia	S. Antônio do Aventureiro
Rosário da Limeira	Ubá	Argirita
Tombos	Divinésia	Estrela Dalva
Barão de Monte Alto	Guidoval	Leopoldina
Divino	Piraúba	Recreio
Faria Lemos	São Geraldo	Volta Grande
Miraí	Tabuleiro	Cataguases
Patrocínio do Muriaé	Visconde do Rio Branco	Itamarati de Minas
São Francisco do Glória	Dores do Turvo	Palma
Vieiras	Guiricema	Santana de Cataguases
Caiana	Rio Pomba	
Espera Feliz	Senador Firmino	
Fervedouro	Tocantins	
Muriaé		
Pedra Dourada		
São Sebastião da Vargem Alegre		

Microrregião Juiz de Fora

Aracitaba	Ewbank da Câmara
Bicas	Juiz de Fora
Coronel Pacheco	Mar de Espanha
Goianá	Oliveira Fortes
Lima Duarte	Pequeri
Matias Barbosa	Rio Preto
Paiva	Santa Rita de Ibitipoca
Piau	Santos Dumond
Rochedo de Minas	Simão Pereira
Santa Rita do Jacutinga	
São João Nepomuceno	
Belmiro Braga	
Chácara	
Descoberto	
Guarará	
Maripá de Minas	
Olaria	
Pedro Teixeira	
Rio Novo	
S. Bárbara do Monte Verde	
Santana do Deserto	
Senador Cortês	
Bias Fortes	
Chiador	

ANEXO B – Lista de municípios da Zona da Mata, Minas Gerais, de acordo com a área de abrangência da SUPRAM Zona da Mata, Minas Gerais.

Abre Campo	Caiana	Dores de Campos
Acaiaca	Canaã	Dores do Turvo
Além Paraíba	Caparaó	Durandé
Alfredo Vasconcelos	Capela Nova	Ervália
Alto Caparaó	Caputira	Espera Feliz
Alto Jequitibá	Carandaí	Estrela Dalva
Alto Rio Doce	Carangola	Eugenópolis
Alvinópolis	Cataguases	Ewbank da Câmara
Amparo da Serra	Chácara	Faria Lemos
Antônio Carlos	Chalé	Fervedouro
Antônio Prado de Minas	Chiador	Goiana
Araponga	Cipotânea	Guaraciaba
Argirita	Coimbra	Guarani
Astolfo Dutra	Conceição de Ipanema	Guarará
Barão do Monte Alto	Coronel Pacheco	Guidoval
Barbacena	Descoberto	Guiricema
Barra Longa	Desterro do Melo	Ibertioga
Barroso	Diogo de Vasconcelos	Ipanema
Belmiro Braga	Divinésia	Itamarati de Minas
Bias Fortes	Divino	Jequeri
Bicas	Dom Silvério	Juiz de Fora
Brás Pires	Dona Eusébia	Lajinha

Lamim	Patrocínio do Muriaé	Rochedo de Minas
Laranjal	Paula Cândido	Rodeiro
Leopoldina	Pedra Bonita	Rosário da Limeira
Lima Duarte	Pedra do Anta	S. Bárbara do Monte Verde
Luisburgo	Pedra Dourada	Santa Bárbara do Tugúrio
Manhuaçu	Pedro Teixeira	Santa Cruz do Escalvado
Manhumirim	Pequeri	Santa Margarida
Mar de Espanha	Piau	Santa Rita do Ibitipoca
Mariana	Piedade de Ponte Nova	Santa Rita do Jacutinga
Maripá de Minas	Piranga	Santana de Cataguases
Martins Soares	Pirapetinga	Santana do Deserto
Matias Barbosa	Piraúba	Santana do Manhuaçu
Matipó	Ponte Nova	S. Antônio do Aventureiro
Mercês	Porto Firme	Santo Antônio do Grama
Miradouro	Presidente Bernardes	Santos Dumond
Miraí	Raul Soares	São Francisco do Glória
Muriaé	Recreio	São Geraldo
Mutum	Reduto	São João do Manhuaçu
Olaria	Ressaquinha	São João Nepomuceno
Oliveira Fortes	Rio Casca	São José do Mantimento
Oratórios	Rio Doce	São Miguel do Anta
Orizânia	Rio Espera	São Pedro dos Ferros
Paiva	Rio Novo	S. Sebastião Vargem Alegre
Palma	Rio Pomba	Sem-Peixe
Passa Vinte	Rio Preto	Senador Cortês

Senador Firmino

Senhora de Oliveira

Senhora dos Remédios

Sericita

Silveirânia

Simão Pereira

Simonésia

Tabuleiro

Taparuba

Teixeiras

Tocantins

Tombos

Ubá

Urucânia

Vermelho Novo

Viçosa

Vieiras

Visconde do Rio Branco

Volta Grande